

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

RAFAELA SILVA DORNELAS

**MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A
DIMENSÃO POLÍTICA E OS SABERES NA AGROECOLOGIA**

**VITÓRIA
2016**

RAFAELA SILVA DORNELAS

**MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A
DIMENSÃO POLÍTICA E OS SABERES NA AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristiana Losekann

VITÓRIA

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Biblioteca Central
da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

D713m Dornelas, Rafaela Silva, 1989-
Movimento agroecológico no Brasil : considerações sobre a
dimensão política e os saberes na agroecologia / Rafaela Silva
Dornelas. – 2016.
136 f. : il.

Orientador: Cristiana Losekann.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ecologia agrícola. 2. Agricultura alternativa. 3. Agricultura -
Aspectos ambientais. I. Losekann, Cristiana. II. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

RAFAELA SILVA DORNELAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cristiana Losekann– Orientadora Professora do PGCS/Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Prof^o. Dr^o Breno Marques Bringel - Professor do Instituto de Estudos Sociais e Política/Universidade Estadual do Rio de Janeiro - IESP/UERJ

Prof^a Dr^a Adelia Miglievich Ribeiro – Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo

Suplentes:

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, meu pai e minha irmã por serem parte dessa jornada desde seu início, pelo incentivo e apoio em cada pedacinho de sonho.

A todos os sujeitos que constroem cotidianamente, com muito esforço e muito amor o movimento agroecológico no Brasil.

A Cristiana Losekann, que além de me orientar, o fez com carinho e compreensão. Agradecendo-a busco também agradecer a todas(os) as(os) professoras(es) que muito me inspiram ao fazer de suas profissões também um espaço de luta por justiça e por direitos.

Às amigas(os) de mestrado, que compartilharam das angústias e aprendizados durante esses dois anos.

Aos amigos queridos que além de muito me ensinarem, me ajudaram em momentos que eu mesma tinha dificuldade de acreditar na conclusão desse trabalho. São muitos e muitas, mas destaco aqui Filippe Guimarães, Demetrius de Oliveira, Rafael Sapiência, Natália Almeida e André Biazoti.

Ao João, pelo carinho e companheirismo, fundamentais para que esse trabalho fosse concluído.

RESUMO

O presente trabalho busca, inicialmente, remontar a trajetória do movimento agroecológico no Brasil tendo por base a crítica ao processo de modernização agrícola, as mobilizações em torno da agricultura alternativa nos anos 80 e a perspectiva da Ecologia de Saberes nos processos de construção do conhecimento agroecológico. Para isso, inicialmente caracterizamos o que entendemos por movimento agroecológico, aproximando-o dos conceitos de movimento sociais e redes. Na sequência, tratamos dos marcos na trajetória do movimento agroecológico no que diz respeito à valorização de saberes, verificando os processos, principalmente na dimensão política e no campo das metodologias, que nos permitem aproximar as dinâmicas do movimento agroecológico da ecologia de saberes, assim como de rupturas com as colonialidades do saber e do poder.

Palavras-chave: Movimento Agroecológico; Agroecologia; Ecologia de Saberes; Colonialidade.

ABSTRACT

This research aims, initially, trace the trajectory of the agroecological movement in Brazil, based on the criticism of the agricultural modernization process, the mobilizations of alternative agriculture in the 80s and the prospect of Knowledge Ecology in the construction of agroecological knowledge . For this, initially we characterize what we mean by agroecological movement, approaching to the social movement and networks concepts. Following, we treat the milestones in the trajectory of the agroecological movement in relation to the valuation of knowledge, checking processes, especially in the political dimension and in the field of methodologies that allow us to approach the dynamics of agroecological movement of the ecology of knowledge, as well as breaks with colonialities of knowledge and power.

Keywords: Agroecological Movement; Agroecology; Knowledge Ecology; Coloniality.

Lista de Siglas

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ACA – Articulação Capixaba de Agroecologia
AGB – Associação de Geógrafos do Brasil
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
ASA – Articulação do Semi-Árido
APTA – Associação de Programas em Tecnologias Alternativas
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CBA – Congresso Brasileiro de Agroecologia
CCA – Construção do Conhecimento Agroecológico
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL – Comissão Econômica e para a América Latina e o Caribe
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira
CUT – Central Única dos trabalhadores
EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
EFA – Escola Família Agrícola
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
ERA – Encontro Regional de Agroecologia
FBB – Fundação Banco do Brasil
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FAEAB – Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil
FASE - Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional
FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
M/C – Modernidade / Colonialidade

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPEA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia
OCCa – Observatório dos Conflitos no Campo
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PTA – Projeto Tecnologias Alternativas
RADV – Rede Alerta Contra o Deserto Verde
RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental
UFES- Universidade Federal do Espírito Santo
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco
VUNC – Valor, Unidade, Números e Comprometimento

Sumário

Introdução	10
Dentro do Mar tem Rio: Sobre os caminhos e escolhas da pesquisa	12
Metodologia	17
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE AS BASES DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL.....	25
1.1 – Modernização Agrícola e Impactos para a Agricultura Familiar.....	26
1.1.2 - Sobre o contexto político e econômico da Modernização Agrícola no Brasil	32
1.1.3 - Modernização Agrícola no Brasil e Colonialidades	34
1.2- Agroecologia e Articulação em Rede	42
1.2.1 – Agroecologia em Rede: o Movimento Agroecológico.....	46
1.2.2 – Reflexões sobre a politização do ambiente: Agroecologia como Movimento por Justiça Ambiental	54
CAPÍTULO 2: O SURGIMENTO DA AGROECOLOGIA COMO MOVIMENTO E A PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO	57
2.1 – Colonialidade do Saber e rupturas a partir da Ecologia de Saberes	57
2.2- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil.....	61
2.3 - Extensão Rural e Educação Popular: reconhecimento, valorização e diálogos de saberes	64
2.4 – Perspectiva da Ecologia de saberes na trajetória do movimento agroecológico no Brasil.....	69
2.4.1 – Os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (1981 a 1989).....	70
2.4.2 – A contribuição da Rede PTA para o diálogo de saberes na Agroecologia	75
2.4.3 – O surgimento da Articulação Nacional de Agroecologia e a consolidação da perspectiva de Construção do Conhecimento Agroecológico	79
Capítulo 3 – CONSOLIDAÇÃO E LIMITES DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO: INTERAÇÃO DE SABERES NA CONSTRUÇÃO E REALIZAÇÃO DO III ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (III ENA).....	86
3.1 – O Encontro Nacional de Diálogos e Convergências.....	87
3.2 – O processo preparatório para o III ENA.....	90
3.3 – O III Encontro Nacional de Agroecologia.....	101
3.4 – Pós III ENA: Avaliação e Rumos da ANA.....	118
3.5 – Movimento Agroecológico: Trajetória, Consolidação, Valorização de saberes e Limites	121
Considerações Finais.....	129
Referências Bibliográficas	132

Introdução

A presente pesquisa de dissertação de mestrado se orienta pela seguinte questão: se e como, na formação, trajetória e consolidação do movimento agroecológico no Brasil, o mesmo contribui à valorização da diversidade de saberes na construção do conhecimento e nos espaços de debate e participação.

O movimento agroecológico no Brasil abarca grande diversidade de sujeitos, organizações e movimentos sociais. As raízes desse movimento estão na crítica ao processo de modernização agrícola e nos debates que envolveram a agricultura alternativa nos anos 80. Inicialmente, a predominância nos espaços de debate e construção de conhecimento era de sujeitos e organizações com alguma relação com a Universidade (estudantes, professores). Ao longo do tempo, alguns acontecimentos, publicações e debates marcam as mudanças na forma como a questão da transmissão de conhecimentos é expressa no movimento.

Já nos anos 2000, as organizações que compõem o movimento agroecológico trabalham com a ideia de Construção do Conhecimento Agroecológico (CCA) com base na valorização do saber popular e no diálogo de saberes. A presente pesquisa busca compreender a formação dessa perspectiva ao longo da trajetória do movimento agroecológico.

Tal trajetória é remontada, em parte, a partir de publicações, anais de encontros, relatórios e entrevistas com sujeitos que participam desde os anos 80 das mobilizações que envolvem a crítica ao processo de modernização agrícola. Desde 2014, a participação em encontros, seminários e reuniões serviram também para a realização de etapas empíricas da pesquisa. O destaque é para o III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), em 2014, a partir do qual lançamos o olhar à diversidade na participação e às inovações metodológicas na proposta de valorização e diálogo de saberes.

Antes do primeiro capítulo apresentamos a trajetória de interações e vivências que, desde 2008, inspiram e constroem o formato dessa pesquisa, a parte é intitulada *Dentro do mar tem rio: sobre os caminhos e escolhas da pesquisa* e também tem caráter introdutório. Na sequência apresentamos a *Metodologia* utilizada na pesquisa, assim como sua relação com as escolhas teóricas. O texto é dividido em

três capítulos que serão apresentados logo abaixo e as considerações finais.

No capítulo 1, intitulado *Considerações sobre as bases do movimento agroecológico no Brasil*, tratamos inicialmente do processo de modernização agrícola, dos impactos sobre a agricultura familiar, do contexto sócio-político e econômico das transformações ocorridas no campo e da leitura desse processo a partir das reflexões acerca da Modernidade / Colonialidade. Na sequência, ainda no primeiro capítulo abordamos o surgimento do debate agroecológico no Brasil, baseado na crítica à modernização agrícola, e do que chamamos movimento agroecológico, aproximando-o dos conceitos de Movimentos Sociais e Redes.

Quanto ao processo de modernização agrícola, será tratado com mais afinco no período de início da intensificação no Brasil, entre os anos 60 e 80. A partir dos anos 80, ajustamos o foco para o surgimento das iniciativas e mobilizações que envolviam a Agricultura Alternativa e posteriormente a Agroecologia em sua dimensão política.

No capítulo 2, intitulado *“O surgimento da Agroecologia enquanto movimento e a proposta de Construção do Conhecimento Agroecológico”*, iniciamos com considerações sobre a colonialidade do saber e a proposta de rupturas a partir da ecologia de saberes como aporte teórico. Em seguida nos voltamos para a trajetória de mobilizações que dá origem ao movimento agroecológico no Brasil com foco em seus processos que envolvem o debate sobre conhecimento, que culminam na noção de Construção do Conhecimento Agroecológico.

O segundo capítulo avança até o II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2006. Outro encontro nacional ocorreu após essa data: o III ENA (2014). O Capítulo 3, intitulado *Consolidação e limites do movimento agroecológico: interação de saberes na realização do III Encontro Nacional de Agroecologia*, traz, inicialmente, narrativas sobre o III ENA, desde o início do processo preparatório (2012), passando pela realização do encontro (2014), até o “Seminário de Avaliação do III ENA e debates sobre o futuro da ANA” (2014). No último subcapítulo buscamos reunir as narrativas dos capítulos 2 e 3 com o objetivo de visualizarmos alguns resultados das etapas de pesquisa e refletirmos sobre a consolidação e os limites do movimento agroecológico com foco nos processos que buscam romper com as colonialidades do saber e do poder.

Dentro do Mar tem Rio: Sobre os caminhos e escolhas da pesquisa

“Andar implica hacer preguntas, discutir y aprender a lo largo del camino (SUÁREZ-KRABBE, 2011, p.203).”

Me reservo, logo no início, a uma comunicação mais subjetiva com o leitor. Escrevo sobre minha trajetória que se relaciona a esse trabalho. Trago conceitos que aparecerão e serão esclarecidos ao longo do trabalho, mas que, nesse momento, me esforço em utilizar, majoritariamente, como palavras que primeiramente vieram a mim, em determinados contextos e acompanhadas de indagações.

Tendo em vista que trato aqui de uma pesquisa de longa data (7 anos) e que parte de motivações inicialmente relacionadas a vivências, questões e desafios que me foram apresentados na trajetória entre o terceiro ano de graduação (2009) até o presente momento, reservo esse espaço inicial para compartilhar com os (as) leitores (as) quais foram essas experiências e a relevância das mesmas para essa pesquisa.

Ingressei na UFES em 2007, no curso de Ciências Sociais. O primeiro contato com as questões que envolvem o campo no Brasil ocorreu quando iniciei como monitora voluntária no Observatório dos Conflitos no Campo (OCCa – UFES). Na ocasião, o projeto de extensão era coordenado pelo Professor Paulo César Scarim, lotado no Departamento de Geografia da UFES. O Observatório trabalhava com temas variados relacionados ao campo, entre eles Agroecologia e Educação do Campo. Na ocasião, me interessei pela Agroecologia e me dediquei a observar a relação entre alternativas para a agricultura familiar e a Educação do Campo. O estado do Espírito Santo é pioneiro na Educação do Campo: em Anchieta surgiu a primeira Escola Família Agrícola (EFA) do Brasil, a EFA de Olivânia, em 1969.

Em 2009, estudantes ligados ao curso de Geografia da UFES fundaram o Coletivo Casa Verde, do qual fiz parte. Trata-se de um grupo que pretende contribuir no fomento do debate e das práticas da Agroecologia na universidade e no espaço urbano em geral, com foco no fortalecimento da relação campo-cidade.

Inspirada nessas experiências, programei uma viagem pelo estado do Espírito Santo

para conhecer de perto as iniciativas de construção da Agroecologia e Educação do Campo. Optei pelo norte do estado pelas intensas movimentações da sociedade civil no sentido da luta por direitos no campo e pela aproximação com uma organização não governamental sediada em São Mateus, a Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (APTA)¹. Nessa ocasião, me instalei por várias vezes em EFAs, na casa de agricultores e agricultoras, em comunidades quilombolas e na casa de amigos que trabalhavam com assessoria técnica e que estavam ligados a movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento Quilombola, dentre outros.

Dessas vivências intensificadas, que envolviam o processo de pesquisa para a monografia de conclusão da graduação, o que posso destacar aqui é a dimensão que diz respeito ao território e seu uso. O termo Território é amplamente usado no contexto das mobilizações que envolvem a Agroecologia. Levando em consideração também as diversas formas de utilização do conceito de Território com as quais tive contato ao longo das vivências, utilizo, nessa pesquisa, a formulação de Arturo Escobar (2015). O território é aqui entendido como:

el espacio –biofísico y epistémico al mismo tiempo– donde la vida se enactúa de acuerdo a una ontología particular, donde la vida se hace ‘mundo’. En las ontologías relacionales, humanos y no-humanos (lo orgánico, lo no-orgánico, y lo sobrenatural o espiritual) forman parte integral de estos mundos en sus múltiples inter-relaciones [...] Los territorios no son estáticos, como tampoco lo son los mundos, y nunca lo han sido (ESCOBAR, 2015, p.98)

Tal definição nos permite tratar, para além do espaço físico, da complexidade das relações estabelecidas em um espaço determinado, não somente entre as pessoas, mas das mesmas com o que as circunda, suas crenças e suas significações do mundo. Como veremos adiante, outras fontes de definições acompanham minha trajetória, mas teoricamente sintetizo fazendo coro à definição expressa na citação acima.

Conheci diversas áreas de plantio de monoculturas nas quais não se viam animais e nem pessoas morando, e conheci também comunidades de agricultura familiar com

¹Trata-se de uma associação composta por agricultores, técnicos, professores, estudantes e pesquisadores que trabalham em prol “da construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável socialmente, economicamente, culturalmente e ambientalmente e tomando como base os processos Agroecológicos que harmonizem a produção agrícola e a necessária conservação da natureza e que tenha como base as famílias camponesas.” (www.apta-es.org.br).

muitas famílias. A diferença é clara entre um território pensado apenas como recurso e um território que é também abrigo, lugar de vida. Do ponto de vista teórico, essa dualidade me apareceu a partir das interações com a Professora de Geografia Lídia Antongiovanni, tanto as presenciais, quanto na leitura de sua tese de Doutorado intitulada: *“Território como Abrigo e Território como recurso: territorialidades em tensão e projetos insurgentes no Norte do ES”*, de 2006.

No Censo de 1960, a população urbana era de 32.004.917, enquanto a rural era maior: 38.987.526 pessoas, segundo o IBGE, viviam em meio rural. Já em 1980, em apenas duas décadas, a população urbana saltou para 82.013.375, superando em números a população rural de 39.137.198. (IBGE, 1960;1980). Essas questões se relacionam à primeira parte dessa pesquisa. Como chegamos à atual situação do campo no Brasil e no ES? O que representou o processo de Modernização Agrícola para a agricultura familiar? Como um espaço que antes era majoritariamente utilizado como abrigo, como lugar de vida, se tornou tão esvaziado?

Também nesse percurso conheci a Articulação Capixaba de Agroecologia (ACA), fundada em 2005. Trata-se de uma articulação em rede que surge a partir do reconhecimento da impossibilidade de se conviver com o Agronegócio e da disposição para a construção de uma unidade capaz de fortalecer as lutas voltadas para a autonomia do campesinato no Espírito Santo.

Quando retornei da viagem pelo ES, junto aos companheiros do Coletivo Casa Verde e da ACA, aprovamos o projeto “Universidade, Agroecologia e Sociedade: Diálogos de Saberes”, que deu origem ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEA-UFES), coordenado pelo Professor João Carlos Saldanha e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Participei por cerca de 2 anos (2010 e 2011) do Coletivo Casa Verde e fui bolsista de Iniciação à Extensão também por cerca de 2 anos no NEPEA – UFES (2011 e 2012). O processo de identificação e sistematização de experiências agroecológicas no ES aprofundaram meus conhecimentos e consequentemente, meus questionamentos no que diz respeito à construção da Agroecologia como uma alternativa viável para o campo no Brasil. A participação no NEPEA me inspirou a buscar mais informações a respeito da Agroecologia e do debate que surgiu no Brasil, vinculado à crítica ao processo de Modernização Agrícola.

Refletindo sobre a contribuição das Ciências Sociais para pensar tais questões e em especial às minhas possibilidades de contribuição, decidi buscar, de forma mais aprofundada, a dimensão política da Agroecologia. A ACA, a que já me referi anteriormente, é ligada à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), e muitos outros estados no Brasil possuem também articulações estaduais. Tais articulações me pareceram fundamentais para o crescimento da Agroecologia no Brasil, pois reúnem agricultores, técnicos e acadêmicos numa espécie de rede de fomento e fortalecimento das experiências. Como surgem essas redes? Em que contexto?

As questões que elenquei até agora foram trabalhadas de forma razoavelmente aprofundada em minha monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais. No processo de aperfeiçoamento enquanto pesquisadora, durante o mestrado, senti a necessidade de retomar algumas dessas questões, tendo-as como bases do debate agroecológico no Brasil. Dentre as principais conclusões daquele trabalho, trago nas atuais reflexões, em especial, a idéia de que o processo de modernização agrícola no Brasil foi marcado pelo favorecimento de um modelo de agricultura advindo da Revolução Verde, em detrimento das inúmeras formas locais de se fazer agricultura, de acordo com diferenciações geográficas e culturais. Esse processo, que se mostrou homogeneizador e excludente, ocasionou, além de grande êxodo rural, conflitos pelo campo brasileiro, que envolvem principalmente a concepção de *uso do território*. De um lado, a agricultura familiar camponesa, na luta por garantia a seu lugar de vida e acesso aos investimentos do Estado; e de outro, o Agronegócio, com a maior parte das terras, dos investimentos e também com níveis alarmantes de degradação ambiental, num contexto em que o território é visto estritamente como recurso.

Parte dos agricultores e agricultoras que resistem a esse processo no campo buscam, a partir da Agroecologia, ter garantidos os direitos que envolvem a produção de alimento saudável em diálogo com uma relação sistêmica e harmônica com a terra. No contraponto ao processo de modernização agrícola, a orientação a partir da Agroecologia implica também na busca por autonomia camponesa, no sentido que incentiva a produção pelos camponeses das sementes, a libertação dos insumos químicos industrializados, entre outros aspectos intensificados pela Modernização Agrícola. Na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), interagem esses agricultores e agricultoras, técnicos e técnicas de organizações de Assistência

Técnica e Extensão Rural (ATER), militantes de movimentos sociais do campo, professores universitários, estudantes e mais uma diversidade de sujeitos que apoiam e constroem a perspectiva agroecológica.

Uma das iniciativas que mais me chamou a atenção foram os Intercâmbios Agroecológicos e acredito que faz sentido explicá-los aqui, por sua relevância nas opções referentes a esse trabalho. Essa metodologia gira em torno de levar agricultores de uma comunidade que está em transição agroecológica para conhecer outras comunidades que também passam pelo mesmo processo. O fundamento dessa iniciativa é de que os sujeitos possam trocar saberes sobre os avanços e desafios da produção de alimentos saudáveis, e considera que criar redes entre os agricultores para que os mesmos possam compartilhar seus saberes é melhor do que um técnico ir à propriedade e “ensinar” o agricultor como fazer. Essa dimensão me trouxe reflexões sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como um dos principais momentos em que a ciência moderna se declarou (e ainda se declara) superior. No caso do intercâmbio de saberes, o pensamento que mais me ocorria à época era sobre a diversidade dos saberes e efetividade das trocas, e ao mesmo tempo, a constatação de como o saber dos agricultores não era valorizado na maioria dos espaços conhecidos por mim, fora daquele contexto. Como historicamente nos acostumamos a reconhecer como saber legítimo somente aquele advindo de estudos acadêmicos? Como surge a perspectiva de valorização de saberes outros que não o da academia, no movimento agroecológico?

Em 2013, iniciei como extensionista no Programa de Extensão “Organon: Visibilizar, Compreender e Mobilizar a Sociedade Civil na luta por Direitos”, sob a coordenação da Professora Cristiana Losekann. No projeto, acompanhei movimentos ambientalistas e movimentos sociais do campo, porém a proposta do projeto era pensar a ação coletiva e a convergência entre vários movimentos e organizações de lutas por direitos. Dessa forma, tive contato também com o Movimento Negro, LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), Movimento de População de Rua, movimentos ligados à Juventude, dentre outros. Paralelamente, me aproximei da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Pensando nas convergências sugeridas pela concepção do projeto, o conceito de Justiça Ambiental, principalmente o que me foi apresentado pela leitura dos textos do Henri Acselrad e pela participação em encontros nacionais da RBJA, me remeteu bastante

à Agroecologia, da seguinte forma: uma vez que o processo de modernização agrícola, que se pretende homogeneizador, causa êxodo rural daqueles que não acompanham o ritmo de investimentos e traz impactos negativos aos que ficam, é possível que traga consigo a intensificação de injustiças ambientais no campo. Uma das características da dimensão política da agroecologia é o enfrentamento ao modelo imposto pelo Agronegócio (modelo inspirado na modernização agrícola), que ocupou e ocupa maior parte das terras no Brasil com monoculturas, utiliza largamente de insumos químicos industrializados e expulsa do campo um grande contingente de agricultores que não acompanham o ritmo de investimentos. Nessas reflexões, me parece plausível pensar a relação entre a Agroecologia e a Justiça Ambiental no campo brasileiro, no sentido de aproximações que potencializam ambas perspectivas.

Em todas as experiências relatadas, consigo observar, pela ótica da Modernidade / Colonialidade, que tratamos de alicerces e ameaças da estrutura triangular da colonialidade (CASTRO-GÓMEZ, 2007), a do poder, do saber e do ser. A Colonialidade aparece como o outro lado do que chamamos modernidade, um lado que permanece obscuro nas narrativas ocidentais (MIGNOLO, 2007). O tema começa a ser esclarecido no próximo tópico “Metodologia”, e esses traços, no que diz respeito à Modernização Agrícola, foram sistematicamente observados em campo ao longo da pesquisa e constarão em narrativas posteriores.

No caso desse trabalho, me dedico a pensar com mais afinco a implicação desses processos (modernização agrícola e agroecologia) na colonialidade/decolonialidade do saber. Nesse primeiro momento, me esforcei em explicitar os “porquês”, que não surgem apenas a partir de problematizações teóricas e demandas disciplinares, mas de vivências, reflexões, interações e problematizações práticas.

Metodologia

Ao abordarmos resistências ao modelo de desenvolvimento imposto, são tratadas questões que remetem a exclusões e opressões que se convertem na busca por alternativas. O desafio de estudar tais processos reside também na necessidade de profundos questionamentos acerca de temas recorrentes, como: “desenvolvimento”, “sustentabilidade”, “modernização” e “modernidade”.

Nesse sentido, após estudos prévios, foi possível perceber a compatibilidade do tema com a linha de pesquisa que trata da Modernidade/Colonialidade. Os estudos desta linha de pesquisa trazem elementos importantes para se pensar a relação entre as consequências dos processos de mudança nas formas de se fazer agricultura, que na última grande investida se mostra de caráter produtivista e universalizador, e os povos que historicamente encontram no campo seu lugar de vida e de produção a partir de suas diferenciações culturais e geográficas. Mais a frente nesse trabalho, abordaremos as origens e principais perspectivas do programa de investigação Modernidade/Colonialidade (M/C).

Nesse momento, a partir de Enrique Dussel (1993) e Walter Mignolo (2007), caracterizamos o que se entende por Modernidade, por Colonialidade e a relação entre os dois conceitos, para otimizar o entendimento da perspectiva metodológica. No texto *Europa, Modernidad e Eurocentrismo*, Dussel traz duas definições para a Modernidade. Uma, considerada eurocêntrica, se apresenta como “una emancipación, una “salida” de la inmadurez por un esfuerzo de la razón como proceso crítico, que abre a la humanidad a un nuevo desarrollo del ser humano”. Em contrapartida, Dussel traz uma segunda proposição:

Proponemos una segunda visión de la “Modernidad”, en un sentido mundial, y consistiría en definir como determinación fundamental del mundo moderno el hecho de ser (sus Estados, ejércitos, economía, filosofía, etc.) “centro” de la Historia Mundial. Es decir, nunca hubo empíricamente Historia Mundial hasta el 1492 (como fecha de iniciación del despliegue del “Sistema-mundo”). Anteriormente a esta fecha los imperios o sistemas culturales coexistían entre sí. Sólo con la expansión portuguesa desde el siglo XV, que llega al Extremo Oriente en el siglo XVI, y con el descubrimiento de América hispánica, todo el planeta se torna el “lugar” de “una sola” Historia Mundial (Magallanes-Elcano da la vuelta de circunvalación a la tierra en 1521) (DUSSEL, 1993, p. 74)

Portanto, a modernidade é entendida como um momento em que podemos falar em uma história mundial, com a expansão portuguesa em 1492, uma vez que, antes disso, os impérios ou sistemas culturais coexistiam, mas não se interconectavam. Esse encontro, para os estudiosos da M/C, é caracterizado pela relação desigual estabelecida entre a América Latina e o continente Europeu, denominada como Eurocentrismo. Segundo Dussel:

Europa moderna, desde 1492, usará la conquista de Latinoamérica (ya que Norteamérica sólo entra en juego en el siglo XVII) como trampolín para sacar una “ventaja comparativa” determinante con respecto a sus antiguas culturas antagónicas (turco-musulmana, etc.). Su superioridad será, en buena parte, fruto de la acumulación de riqueza, experiencia,

conocimientos, etc., que acopiará desde la conquista de Latinoamérica (DUSSEL, 1993, p. 76)

Em convergência com as ideias de Dussel, Walter Mignolo (2007) fala da colonialidade como o lado obscuro da modernidade, no sentido de que, com a superioridade da Europa, a história e a vida dos sujeitos que já viviam no que hoje denominamos América Latina, aparecem como parte da história europeia, numa relação de subordinação e inferioridade imbuída de ocultações e negligência com a história desses povos. Segundo Mignolo:

De acuerdo con este marco de pensamiento, la historia es un privilegio de la modernidad europea, y para tener una historia hay de dejarse colonizar, es decir, dejarse dominar, voluntariamente o no, por una perspectiva de la historia, la vida, el conocimiento, la economía, la subjetividad, la familia o la religión moldeada por la historia de la Europa Moderna, que ha sido adoptada como modelo oficial, con leves modificaciones, por Estados Unidos. Las perspectivas de la colonialidad, sin embargo, surgen de la "herida colonial", el sentimiento de inferioridad impuesto en los seres humanos que no encajan en el modelo predeterminado por los relatos euroamericanos (MIGNOLO, 2007, p. 17)

Dessa forma, adiantamos aqui um aspecto da linha teórica central desse trabalho: pensar a modernidade implica considerar as colonialidades, as histórias e os modos de vida ocultados e inferiorizados pela lógica eurocêntrica.

Entendendo que as escolhas teóricas se relacionam diretamente à proposta metodológica, um esforço central nesse tópico é apresentar as discussões propostas no campo teórico, de modo a pensar seu diálogo com a perspectiva metodológica. Sobre a integração entre teoria e metodologia, trazemos a seguinte consideração de Pierre Bourdieu:

A divisão Teoria/Metodologia constitui em oposição epistemológica uma oposição constitutiva da divisão social do trabalho científico num dado momento. Penso que se deve recusar completamente esta divisão em duas instâncias separadas, pois estou convencido de que não se pode reencontrar o conceito combinando duas abstrações (BOURDIEU, 1989, p.24)

Nesse sentido, buscamos por fundamentações metodológicas que dialogam com essa perspectiva teórica e com as especificidades dessa pesquisa.

Júlia Suárez-Krabbe (2011), em seu artigo “Na realidade. A caminho de metodologias de pesquisa decoloniais”, elabora uma crítica à separação de saberes

implícita na prática do trabalho de campo, tendo como base os conceitos de “distância crítica” e “integridade teórica”, como referenciais ainda positivistas: calcados na neutralidade e “objetividade”. Em oposição ao que ela denomina “colonialidades na metodologia de pesquisa”, propõe a proximidade metodológica. Uma pesquisa que tenha em vista os fins fixados na realidade e nos sujeitos com quem trabalhamos.

Para a autora, as pesquisas nas quais o pesquisador está inserido no próprio grupo pesquisado e que se utilizam de teorias formuladas por membros considerados “periféricos” da elite acadêmica recebem constantes críticas e muitas vezes acabam por serem tomadas como não-ciência. Por isso, demandam uma discussão teórica, contextualizada e prática.

Nos tempos atuais, é muito comum que pesquisadores façam trabalho de campo em sua própria sociedade, mas ainda assim, essas pesquisas, em grande parte, são pautadas pela busca de uma distância necessária e conseqüentemente, por uma integridade calcada principalmente no âmbito teórico e disciplinar. Referenciando-se em Kristen Hastrup (2004) e Michael D. Jackson (2002), a autora alerta para a percepção de que a evidência deve ser buscada no campo interacional, em contato com a realidade, e não apenas a partir de problematizações teóricas.

Ao tratar da violência epistêmica, são questionados os limites entre a experiência e o conhecimento, entre o saber e o sentir. A violência reside no fato de que tais limites são estabelecidos com base na disciplina e seus interesses, determinando o que é relevante ou irrelevante, sem ter em foco a própria realidade dos sujeitos com os quais se trabalha. Essa abordagem acaba por invisibilizar os mecanismos de opressão e exclusão que atuam global ou localmente, na medida em que negligenciam a experiência e o conhecimento dos sujeitos com os quais se trabalha.

Dessa forma, o que se propõe é uma ciência com fins libertadores, que busque romper com a estrutura triangular da colonialidade: a do poder, a do saber e a do ser, assim definida por Santiago Castro-Gomez (2007). Essa estrutura faz referência de forma central às elites transnacionais. Segundo explica Suárez-Krabbe:

Cuando hablo de élites transnacionales quiero poner en relieve que como grupo, del cual hace parte activa la academia, nosotros tenemos ese poder. Y más allá de eso, si continuamos denegando esta posición de poder, no vamos a llegar al punto en el que podemos trabajar en contra de la lógica que nos sostiene en él. Es decir que no vamos a poder reconocer las formas en las cuales trabajamos en complicidad con las estructuras que algunas de nosotras intentamos criticar. Con esto también dejo dicho que,

dentro de estas élites, hay una minoría que trabaja desde dentro del grupo para minar esta posición de poder (SUÁREZ-KRABBE, 2011, p.194).

Tais elites são representadas por diversas organizações, como: Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Comunidade Européia, Instituições de desenvolvimento internacionais ou nacionais, os canais massivos de comunicação, corporações multinacionais e a universidade. É importante considerar também as elites nacionais, no caso do Brasil, que se apresentam como alicerce da estrutura colonial, como veremos adiante, no processo de Modernização Agrícola em relação com a Colonialidade Interna, na perspectiva de Pablo González Casanova (1965).

A autora pontua ainda que há minorias dentro desses grupos que trabalham no sentido de questionar as referidas colonialidades, assim como a posição de poder por elas atribuídas. Os grupos de pesquisa e extensão aos quais se relaciona minha trajetória acadêmica se caracterizam como essas minorias que, dentro da própria universidade, buscam valorizar outros saberes e questionar a posição de poder da ciência moderna, cada qual em sua medida e estratégia.

A caminho de metodologias de pesquisa decoloniais, a autora busca, em Luis Guillermo Vasco (2002), algumas propostas. Entre elas, a proximidade metodológica que diz respeito ao comprometimento com os excluídos. Tendo em vista a existência dessas elites, não há como negar que há sujeitos excluídos e oprimidos, ambos frutos do mesmo sistema, historicamente instituídos e interdependentes, sujeitos periféricos, aos quais a universidade não está historicamente a serviço. Daí a importância dessa abordagem quando se pensam perspectivas dialógicas de transformação. Assim:

[...] escribir, pues, no tiene sentido si no va validado por los procesos de transformación. Un eje importante de las discusiones de Vasco acerca de la metodología y en general el quehacer antropológico está sintetizado en su reconocimiento de la necesidad de conocer resaltada arriba. En mi opinión, conocer en el sentido de Vasco implica lo que Santos ha denominado «desaprender para reaprender» (Hernando-llorens et al., 2009), en nuestro caso desaprender nuestras propias teorías e ideas de cientificidad para, sobre la marcha, ir generando nuevas con los sujetos con quienes se trabaja. Implica pues también reconocer la teoría y las visiones de la gente con quien se trabaja, e ir, en compañía con ellos, aprendiéndolas y adaptándolas al quehacer científico y viceversa (SUÁREZ-KRABBE, 2011, p.199)

A partir dessas colocações, situo aqui a perspectiva metodológica assumida nesse

trabalho e na construção da dissertação. Estudar as formas como povos que historicamente vivem no meio rural resistem e afirmam sua existência, diz respeito a um rompimento com as estruturas da colonialidade, tanto no que diz respeito à lógica eurocêntrica de pensar a divisão internacional do trabalho, como na lógica das elites nacionais que reproduzem a desigualdade nos projetos de desenvolvimento.

Carlos Walter Porto Gonçalves, em seu artigo intitulado *De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana*, publicado em 2006, trata desses rompimentos também como o “deslocamento do lugar de enunciação”. Para o autor, não se trata de desconsiderar ou deslegitimar o pensamento europeu, mas sim de reconhecê-lo como europeu, vindo de um lugar específico de enunciação, e não como mundial. Trata-se de reconhecer também a diversidade de pensamentos, saberes e lugares de enunciação ao redor do mundo.

Dessa maneira, faz-se coerente que as opções metodológicas dialoguem e sejam compatíveis com essa perspectiva. Assume-se aqui a busca pela proximidade, entendendo que as questões que nos acometem ao realizar nossos trabalhos dizem respeito, primeiramente, a uma realidade que transcende os limites de nossas disciplinas acadêmicas nas Ciências Sociais.

Em decorrência da inserção, relatada no começo desse trabalho, dentro e fora da Universidade, em espaços de construção de alternativas à modernização agrícola e da Agroecologia, pude participar da construção e da realização de diversos eventos que tiveram, dentre seus objetivos, proporcionar a interação de diferentes saberes. Nesse trabalho, os recupero como forma de sistematizar os aprendizados que podem contribuir com o processo de pesquisa:

- Encontro Regional de Agroecologia (ERA), Botucatu-SP, 2010;
- III Encontro Estadual de Agroecologia, São Mateus – ES, 2010;
- Seminário de Educação Popular, Vitória – ES, 2010;
- Oficina Agroecologia em Rede, São Mateus – ES, 2011;
- Cúpula dos Povos, Rio de Janeiro – RJ, 2012;
- Seminário Ambientes e Sociedades, Vitória – ES, 2012;
- Seminário Regional ATER e Pesquisa – Sudeste, Vitória – ES, 2012;
- V Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Vitória – ES, 2013;
- III Encontro Nacional de Agroecologia, Juazeiro – BA, 2014;

- II Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente, Belo Horizonte – MG, 2014.

Além de participar desses eventos, em parte deles estive envolvida com a organização e os encontros preparatórios. Essa experiência me proporcionou a troca com sujeitos que participaram da construção da perspectiva de não hierarquização dos saberes e da valorização do saber popular desde o início dos anos 80, quando se intensificou a crítica ao modelo hegemônico de agricultura e surgiram, no Brasil, organizações que se dispuseram a pensar alternativas. Considero esses espaços como lugares onde pude realizar *observações participantes*, uma vez que para além de participar, também tecia relatórios e diários de campo que hoje trazem uma gama de informações e percepções pertinentes à execução dessa atual pesquisa.

Carlos Rodrigues Brandão (2008) trata da idéia de experiências de pesquisas participantes, como processos dinâmicos, inseridos em outros processos mais amplos. Segundo o autor:

Em suas diferentes vocações, as *pesquisas participantes* atribuem aos agentes populares diferentes posições na gestão de esferas de poder ao longo do processo da pesquisa, assim como na gestão dos processos de ação social dentro da qual a *pesquisa participante* tende a ser concebida como um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa (BRANDÃO, 2008, p.53)

No sentido apontado por Brandão, essa pesquisa se apresenta também como uma pesquisa participante. O esforço é no sentido de que os agentes populares envolvidos participem em diferentes medidas das esferas de poder relativas à pesquisa e a pesquisa em geral se insere em processos de ação social.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com sujeitos que compõem o movimento agroecológico atualmente, preferencialmente os que estiveram desde os anos 80 inseridos no debate de alternativas para o campo no Brasil. Utilizo da saturação qualitativa, no sentido de manter um ritmo de entrevistas até que se esgotem alguns temas. Ao total foram realizadas 4 entrevistas com os seguintes sujeitos:

- Irene Maria Cardoso - Agrônoma, atualmente professora da Universidade Federal de Viçosa, do Departamento de Solos. Presidenta da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Entrevistada em 15 de maio de 2015;
- Eugênio Alvarenga Ferrari – Agrônomo, atualmente professor da Universidade Federal de Viçosa, do Departamento de Educação (Licenciatura

em Educação do Campo). Entrevistado em 15 de maio de 2015;

- Edmar Gadelha – Cientista Social, já atuou no Ministério do Desenvolvimento Social, foi sub secretário de agricultura familiar de Minas Gerais, atualmente é assessor da presidência da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER – MG). Entrevistado em 21 de julho de 2015;
- Maria Emília Pacheco – Assistente Social, com mestrado em Antropologia Social, atualmente é presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Entrevistada em 30 de julho de 2015.

O objetivo central dessas entrevistas foi entender como surge a perspectiva da valorização do saber popular, quais seus marcos de consolidação e as percepções dos sujeitos, de acordo com suas trajetórias. Algumas entrevistas foram realizadas pessoalmente e outras por programas de computador que permitem a interação em tempo real, através de áudio e vídeo. Posteriormente, o material advindo das entrevistas foi trabalhado junto às anotações da observação participante com o objetivo central de localizar (nas macro e micro-relações) o diálogo de saberes e os passos rumo à descolonização do saber no âmbito do movimento agroecológico.

Além do momento das entrevistas, realizadas após o III Encontro Nacional de Agroecologia, durante o III ENA muitas conversas informais sobre a pesquisa foram realizadas. Nessas conversas o esforço foi de apresentar rapidamente meu trabalho, as principais questões e ouvir os comentários, contribuições e sugestões. Esse momento foi muito importante por possibilitar as trocas sobre a pesquisa com agricultores e agricultoras, com os quais não foi possível realizar entrevistas formais, mas que na medida das interações durante o III ENA contribuíram em grande medida para essa pesquisa. As falas dos mesmos não se expressam nesse trabalho pois as conversas não foram acompanhados de sistematização integral a ponto de ser possível reproduzi-las aqui, mas tanto no formato como nas ideias aqui expressas houve considerável contribuição desses sujeitos. Dentre elas e eles, destaco aqui os principais interlocutores nesse contexto:

- Noemi Krefta – agricultora, militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), reside no estado de Santa Catarina.
- José Ferreira – Agricultor agroecológico de Paraty, RJ. É uma das principais referências em Agroecologia e Agroflorestas. Muitos estudantes, professores, técnicos e demais pessoas interessadas fazem visitas frequentes em seu

sítio, o Sítio São José.

- Tião Farinhada – músico, militante da Agroecologia e de Educação Popular. Reside em Espera Feliz – MG.
- Gessi Cassiano – agricultora, quilombola, residente na Comunidade Quilombola do Linharinho, em Conceição da Barra – ES. Atua na Associação de Mulheres do Linharinho e na Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (APTA).
- Bruno Pilon – agricultor agroecológico e militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no ES. É também comunicador popular, com formação em cursos promovidos pela Via Campesina e pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Seguimos com nosso primeiro capítulo, que traz como questões centrais: o processo de Modernização Agrícola no Brasil; o surgimento da perspectiva Agroecológica; e nosso entendimento acerca do que chamamos movimento agroecológico, com foco nas movimentações relacionadas à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE AS BASES DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL

No presente capítulo temos como objetivo central entender o surgimento do debate Agroecológico no Brasil, com destaque para o que chamamos movimento agroecológico, dialogando com conceitos de Movimentos Sociais e Redes. Para isso, iniciamos, no subcapítulo 1.1, com considerações sobre o processo de Modernização Agrícola no Brasil e os impactos sobre a Agricultura Familiar; o contexto político e econômico quando da intensificação desse processo; e uma reflexão sobre colonialidades inerentes às transformações propostas e/ou efetivadas. Na sequência, no subcapítulo 1.2, tratamos do surgimento do debate agroecológico no Brasil; da forma política do que chamamos atualmente movimento agroecológico, com foco na ANA; e de sua caracterização a partir de elementos do debate da Justiça Ambiental.

1.1 – Modernização Agrícola e Impactos para a Agricultura Familiar

Para muitos autores que tratam a questão da Modernização Agrícola no Brasil, entre eles José Graziano da Silva, o período que se destaca na consolidação e intensificação desse processo data de 1967 a 1975, durante o qual “a utilização de fertilizantes aumentou mais de seis vezes, a de defensivos quase quatro vezes e a de tratores quase três vezes” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.27-28).

Os agrotóxicos e fertilizantes químicos chegaram ao Brasil por volta de 1940, porém a indústria de agrotóxicos passou a se consolidar a partir da década de 70, incorporada a políticas públicas com suporte do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, criado em 1975 (TERRA; PELAEZ, 2009, p.6). O Plano Nacional de Defensivos Agrícolas condicionava o acesso ao crédito à aquisição dos chamados “defensivos agrícolas”, ou seja, para acessar recursos públicos, os agricultores tinham que, obrigatoriamente, consumir agrotóxicos e fertilizantes químicos como “garantida da lavoura”.

Bernardo Sorj analisa esse processo a partir da criação dos Complexos Agroindustriais. Tratam-se de arranjos formados pelos setores responsáveis pela produção de insumos e máquinas agrícolas, de processamento e beneficiamento, distribuição, comercialização e financiamento em suas diversas fases. A escassez de pesquisas no Brasil sobre tais tecnologias levou ao uso de tecnologias geradas em outros países, as quais não se adequavam às necessidades do país, nem econômicas, nem ecológicas, no que diz respeito à agricultura familiar. Como destaca Sorj:

a imposição de uma tecnologia importada, nem sempre adequada às condições ecológicas, o privilegiamento de certo tipo de maquinaria e insumos e o ritmo geral de expansão do complexo agroindustrial não podem ser dissociados da abertura da economia ao capital estrangeiro, à estrutura de distribuição de renda, aos subsídios estatais ao crédito agrícola e à repressão política reinante no período (SORJ, 1980, p.33)

Como vemos na citação acima e como veremos mais à frente (1.1.2), a matriz tecnológica do que se convencionou chamar Revolução Verde é pautada por movimentações externas e isso coincide com a época em que se intensificava a entrada do capital estrangeiro no Brasil. Pode-se entender a partir daí que os objetivos e benefícios desse novo modelo de agricultura se dão na esfera global,

dentro do plano de multinacionais que visam expandir seus mercados e difundir seus modelos de desenvolvimento. Os países periféricos, dentro dessa lógica, se apresentam como consumidores, tanto das mercadorias como do projeto externo, e também como meio de suprir as necessidades de um mercado mundial.

Nesse contexto, os agricultores e agricultoras familiares encontram uma série de desafios para permanecerem no campo, quando a maior investida do Estado é a favor de uma agricultura modernizada, a serviço, majoritariamente, de um mercado mundial. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2003) traz importantes elementos de reflexão no contexto da modernização agrícola e seus efeitos na agricultura familiar:

Esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar. Porém, parece evidente, como já foi dito, que a “modernização” dessa agricultura não reproduz o modelo clássico (refiro-me aqui aos outros “clássicos”) da empresa capitalista, e sim o modelo familiar. Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de uma certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão. (WANDERLEY, 2003, p.48)

O termo Agricultura Familiar, em seu uso recente no Brasil, tem como objetivo abarcar a diversidade de grupos de produtores existentes no campo, tendo como base a organização familiar e oposição aos grandes produtores, em sua maior parte, de monoculturas voltadas para a exportação. A definição legal serve de base para delimitar a abrangência de políticas públicas.

A delimitação legal do conceito de agricultor familiar combina como critérios o tamanho da propriedade, predominância familiar da mão-de-obra e da renda, e gestão familiar da unidade produtiva. Tal delimitação, como não poderia deixar de ser, é abrangente o suficiente para incluir a diversidade de situações existentes no país (ALTAFIN, 2007, p.15)

A autora Marta Inez Medeiros Marques, em seu artigo intitulado *A Atualidade do Conceito de Camponês*, publicado em 2008 na Revista NERA, defende a pertinência do uso do conceito de Camponês na análise da realidade agrária brasileira. O conceito de Camponês e Campesinato é alvo de debates de muitos intelectuais que pensam as diferentes realidades agrárias e também de controvérsias sobre a

continuidade ou não de seus usos. No artigo em questão, Marques se utiliza principalmente de Teodor Shanin (1979 e 1983) e Klaas Woortmann (1990). Segundo Marques:

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUES, 2008, p. 60)

No caso do Brasil, a autora ressalta que existem peculiaridades, principalmente relacionadas à situação do campesinato como periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. Tais especificidades fazem com que o campesinato brasileiro seja marcado por forte mobilidade espacial, considerada também como uma estratégia marcada de reprodução social. O termo adquire destaque quando das intensificações das lutas nos campos e o surgimento das *Ligas Camponesas*². Assim, no caso do Brasil, a autora define o camponês e a atualidade de seu uso enquanto conceito da seguinte forma:

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador (MARQUES, 2008, p. 65)

Utilizamos, nessa pesquisa, tanto do conceito de Agricultura Familiar quanto de Camponês/Campesinato. O primeiro se deve, em grande parte, ao fato de que sujeitos envolvidos na pesquisa³, assim como parte importante da bibliografia, aparentemente pelo esforço em dialogar com políticas públicas, usam recorrentemente o termo Agricultura Familiar e Agricultores Familiares em contraposição ao Agronegócio e ao latifundiário. O segundo aparece nas partes em que me refiro ao saber camponês, relacionando assim essa forma de saber às

² Se trata de um amplo instrumento de organização e luta dos trabalhadores rurais. Criadas pelo Partido Comunista desde a década de 40, tendo como figura central Francisco Julião. É precursora, no Brasil, da organização dos trabalhadores do campo.

³ O termo camponês também é amplamente utilizado como auto-denominação por parte de sujeitos envolvidos nessa pesquisa. Pela diversidade, tanto nas auto-denominações, como nas pesquisas bibliográficas é que considero pertinente, apesar de utilizar majoritariamente o termo agricultura familiar para abarcar a diversidade, fazer referência também ao camponês quando me refiro ao saber.

relações ancestrais com a terra, símbolos e valores específicos dos também chamados Agricultores Familiares.

Tais sujeitos, nesse contexto, sofreram alterações profundas no modo de vida, de produção e de reprodução social, oriundas de um processo exógeno. Os altos custos monetários para a produção, principalmente com insumos agrícolas, não se convertiam necessariamente em benefícios para o produtor direto.

Esse processo alterava também a valorização dos produtos agrícolas. Junto com o jeito 'moderno' de se fazer agricultura, também alguns produtos se mostravam mais compatíveis com a forma de produção, dando origem e ao mesmo tempo justificando monoculturas, grandes pedaços de terra destinados ao cultivo de apenas um produto específico, considerado mais lucrativo.

Como os chamados insumos modernos (...) são fortemente subsidiados, as condições de lucratividade das culturas ditas modernas (justamente porque utilizam maiores proporções de insumos modernos) são maiores; ainda mais porque, sendo quase sempre produtos de exportação e/ou transformação industrial (como cana, café, soja, trigo, etc.), tem sempre uma evolução de preços relativamente mais favorável do que as culturas tradicionais, que são basicamente os produtos alimentícios (arroz, mandioca, feijão, etc.), cujos preços repercutem diretamente no aumento do custo de vida (SILVA, 1982, p.29-30).

Muitos impactos no desenvolvimento da agricultura acompanharam a subordinação da terra, da produção agrícola, dos agricultores e agricultoras e da alimentação no país a uma lógica relacionada ao sistema econômico mundial. A importação de modelos de desenvolvimento e de tecnologias submeteu e submete o campo brasileiro e, dessa forma, também os moradores e trabalhadores a adequações a uma nova configuração mundial, externa ao cotidiano e ao mundo vivido pelos mesmos.

No caso brasileiro, regra geral, a pequena produção resiste à custa de crescentes sacrifícios dos membros da unidade familiar – incluindo-se aí o assalariamento temporário fora da sua unidade produtiva – o que evidencia esse processo de proletarianização a que estão submetidos, numa indicação clara de que a sua própria reprodução enquanto produtor está sendo comprometida (SILVA, 1982, p.138).

Os elos de dependência a que ficam submetidos os agricultores familiares, remontam uma lógica que faz referência ao período colonial, em que o continente americano pertencia a nações europeias. Nesse período histórico, a dependência era dada e oficial; após os processos de 'independência', esses elos se renovaram de diversas formas. Uma delas é a dependência econômica dos pequenos

agricultores em relação a multinacionais produtoras de agrotóxicos e maquinarias, e até mesmo ao Estado como apoiador desse processo de mudanças.

Pierre Bourdieu, em seu livro *O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais*, de 1979, ajuda na compreensão do caráter exógeno das mudanças e das dificuldades de adaptação de povos criados em outros sistemas culturais à prevalência da economia monetária:

A especificidade da situação de dependência econômica (cujo limite é representado pela situação colonial) consiste no fato que a organização econômica e social não é o resultado de uma evolução autônoma da sociedade que se transforma segundo sua lógica interna, mas de uma mudança exógena e acelerada, imposta pelo poderio imperialista. Por conseguinte, a parcela de livre decisão e de arbítrio deixada a critério dos agentes econômicos parece reduzir-se a nada; e poder-se-ia acreditar que, por oposição a seus homólogos dos primórdios do capitalismo, ele não tem aqui outra escolha senão adaptar-se ao sistema importado. De fato, agentes criados dentro de uma tradição cultural totalmente diferente só conseguem se adaptar à economia monetária às custas de uma re-invenção criadora que não tem nada a ver com uma acomodação forçada, puramente mecânica e passiva (BOURDIEU, 1979, p.14)

No Censo de 1960, a população urbana era de 32.004.917, enquanto a rural era maior, 38.987.526 pessoas, segundo o IBGE, viviam em meio rural. Já em 1980, em apenas duas décadas, a população urbana salta para 82.013.375, superando em números a população rural de 39.137.198.

No Censo Agropecuário de 2006, foi constatado que os estabelecimentos de agricultura familiar representam 84,4% dos estabelecimentos rurais, mas ocupam apenas 24,3% da área total de estabelecimentos. Mesmo ocupando uma pequena porcentagem dessa área, a agricultura familiar emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e produz grande parte da alimentação do país: 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo.⁴

Com o avanço das tecnologias no campo e a intensificação do uso da terra apenas como recurso, o modo de vida⁵ da agricultura familiar passou a representar um atraso que precisa ser superado e aqueles que não acompanham o ritmo e os custos da modernização são empurrados para a integração às atividades urbano-industriais, ditas “modernas”, onde há necessidade de mão de obra barata.

4

Fonte: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3594546

5

Em “A Ideologia Alemã”, Karl Marx se refere ao modo de vida como “um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida”.

No campo da Sociologia Rural, muito se discute, principalmente a partir de 1980, sobre as transformações ocorridas no meio rural e os impactos para a agricultura familiar. A questão que permeia grande parte dos debates refere-se à possibilidade de sobrevivência da agricultura familiar tal como a entendemos hoje em um contexto de globalização e intensa integração dos mercados. Muitos acreditam que, de fato, a agricultura familiar está fadada a desaparecer.

Maria Nazareth Baudel Wanderley, no segundo ponto das conclusões de seu texto *Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidades*, faz considerações acerca da capacidade de resistência da agricultura familiar:

Em segundo lugar, a convicção de que o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2003, p.58)

Essa é a perspectiva adotada nesse trabalho, a de que os agricultores familiares, mesmo que pressionados pelo mercado mundial rumo à modernização ou à migração para cidades, resistem no campo, a partir de outras formas de se fazer agricultura, alternativas ao modelo dominante e em diálogo com as formas de se fazer agricultura dos ancestrais de diferentes regiões e localidades. Trata-se de um processo criativo, de desenvolvimento de tecnologias e experiências de ação social coletiva, que busca valorizar o saber camponês e a agricultura familiar, que se mostra capaz de produzir alimento saudável, de conservar e melhorar suas sementes e de adotar manejos ecológicos dos agroecossistemas⁶.

Tendo em vista as considerações feitas nessa primeira parte do trabalho sobre o processo de modernização agrícola no Brasil e os impactos na agricultura familiar, no próximo subcapítulo, a discussão girará em torno das condições políticas e econômicas do Brasil desde o início do século XX, que culminaram em terreno fértil para as transformações propostas pela Modernização Agrícola.

⁶ Unidade de análise da Agroecologia. Os Agroecossistemas são unidades de produção que buscam ‘imitar’ o funcionamento dos ecossistemas (ALTIERI, 2004).

1.1.2 - Sobre o contexto político e econômico da Modernização Agrícola no Brasil

A partir de 1930, a estrutura política do Brasil passou a caminhar no sentido de um deslocamento do domínio do Estado por grandes proprietários rurais, para se centrar no emergente setor urbano-industrial. Porém, a aristocracia rural continuou nessa estrutura, em certa medida subordinada ao interesse da elite urbano-industrial. Apesar das políticas de transferência dos excedentes do setor rural se mostrarem com tendências favoráveis à indústria, a intensa exploração da mão de obra das massas rurais pelos latifundiários funcionava de modo a compensar as desvantagens proporcionadas pelas políticas cambiais⁷ (SORJ, 1980,p.21).

Por volta de 1920, já ocorriam iniciativas de intensificação da industrialização no Brasil, mas apenas na década de 30 surgiram como uma política de Estado. Entre as décadas de 30 e 40, esse processo ainda se caracterizava como leve, de forma que a industrialização tendia para a substituição de importações.

Em 1949 surgia, na América Latina, a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - com a função de elaborar planos econômicos e políticos para os países da América Latina. Os estudos da CEPAL partiam da constatação de que havia um centro da economia e que outros países se encontravam na posição de periferia, e que apenas “as regras do jogo” não seriam capazes de operar mudanças nesse contexto - o contrário do que entende a “doutrina das vantagens comparativas”, no pensamento liberal do britânico David Ricardo. A percepção do desequilíbrio se dava a partir da desigualdade na valorização dos produtos nas relações de troca entre países, onde os preços dos produtos primários se deterioravam em relação aos dos produtos industriais (SADER, 2006).

Como um caminho, a elaboração da CEPAL entendia como necessário um intenso processo de industrialização no Brasil, pensando um modelo de capitalismo que pudesse se desenvolver internamente, produzir e importar produtos industrializados, em busca de um possível equilíbrio nas relações comerciais com países tidos como

⁷

A permanência dos grandes proprietários refletia-se “não só na manutenção da estrutura fundiária, mas também na não efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano-industrial no setor rural. [...]cada aspecto sustenta o outro, na medida em que a permanência de uma mão de obra altamente explorada no setor rural parcialmente compensa os grandes proprietários da desapropriação de parte do valor gerado pela agricultura.” (SORJ, 1980, p.21)

“centrais”, saindo assim da condição de periferia. Para isso, foram pensadas três etapas: na primeira, a industrialização leve, visando a produção do que se costumava importar; na segunda, a produção de bens duráveis, que só se deterioram em largo período de tempo; e na terceira, a produção de bens de capital, que servem para a produção de outros bens. Essa formulação econômica e política ficou conhecida como Nacional Desenvolvimentismo e orientou o processo de industrialização no Brasil (SADER, 2006).

No momento que se entendia como a segunda fase da industrialização, que teve como auge a era Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, ocorreu a abertura maciça ao capital estrangeiro, acreditando-se que o avanço em uma etapa geraria capital para iniciar a etapa seguinte. Porém, grande parte do capital gerado não ficava no país, em consequência da forte presença de multinacionais.

Os direitos trabalhistas oriundos das mudanças no Estado de 1930 adiante não se efetivaram no setor rural, onde permaneciam as relações de dominação de caráter clientelista entre os grandes proprietários e os camponeses - esses em grande parte analfabetos, não votavam, enquanto que os que votavam geralmente eram orientados pelos grandes fazendeiros. Apenas a partir de 1950 se intensificaram as mobilizações dos trabalhadores em prol de direitos, tendo a reforma agrária como pauta fundamental (SORJ, 1980, p.22-23).

Na década de 60, eclodiram as ditaduras militares pela América Latina. No Brasil, esse momento histórico é datado por volta de 1964 a 1985. O período foi marcado pelo grande crescimento econômico, mas também por altos índices de controle do capital e pelo endividamento do país, acarretado principalmente por empréstimos das agências de financiamento do desenvolvimento para países considerados “subdesenvolvidos” (Banco Mundial, FMI). Enquanto isso, no campo do desenvolvimento de bens sociais, nenhum avanço e alguns retrocessos. No índice de Gini, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade social. Na década de 60, o índice no Brasil era de 0.49; já em 1985, o índice saltou para 0.66 e só voltou a baixar significativamente no período de 2000 a 2005, de 0.6 para 0.56. A velha máxima “primeiro crescer para depois dividir o bolo”, se apresentava como apelo discursivo para mascarar os triunfos da elite ‘periférica’ em busca do status da elite dos países centrais, enquanto o povo brasileiro perdia em benefícios econômicos, políticos e sociais, acentuando as desigualdades (SADER, 2006).

Ruy Mauro Marini, em seu texto “Dialéctica de la Dependencia”, de 1973, pontua as condições em que se estabelece uma forma diferenciada de inserção dos países latino-americanos no mercado mundial.

Los flujos de mercancías, y posteriormente de capitales, tienen en ésta su punto de entroncamiento: ignorándose los unos a los otros, los nuevos países se articularán directamente con la metrópoli inglesa y, en función de los requerimientos de ésta, entrarán a producir y a exportar bienes primarios a cambio de manufacturas de consumo y —cuando La exportación supera sus importaciones— de deudas. (...) Es a partir de este momento que las relaciones de América Latina con los centros capitalistas europeos se insertan en una estructura definida: la división internacional del trabajo, que determinará el curso del desarrollo ulterior de la región. En otros términos, es a partir de entonces que se configura la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia (MARINI, 1973, p.4).

A partir das colocações acima, apontamos para a relação intrínseca entre as decisões tomadas e os processos desencadeados internamente no país com a organização mundial da economia. Observando os retrocessos no campo social, é possível perceber que os benefícios dessas iniciativas se restringiam a uma pequena parte da população. Para avançarmos no debate, traremos, na próxima parte, considerações que dialogam com a perspectiva da Modernidade/Colonialidade.

1.1.3 - Modernização Agrícola no Brasil e Colonialidades

A relação de subordinação e de dependência entre países, ocasionada pelo que Marini nos mostra na parte anterior - como a divisão internacional do trabalho, geradora de desigualdades entre países - assim como o reflexo dessa relação no processo de modernização agrícola dentro do próprio país, no caso o Brasil, serão agora os temas de nossas reflexões.

Os estudos a partir da linha de pesquisa Modernidade e Colonialidade trazem elementos importantes para se pensar a relação entre as consequências desse processo de mudanças nas formas de se fazer agricultura - que na última grande investida se mostra de caráter produtivista e universalizador - e os povos que historicamente encontram no campo seu lugar de vida e de produção, a partir de suas diferenciações culturais e geográficas. Walter Mignolo, em seu livro “*La Idea de*

America Latina”, afirma que os acontecimentos do final do século XV e início do XVI tratam-se da invenção da ideia de um novo continente. O que se convencionou chamar “América Latina” antes já era um espaço de vida com outras denominações, a partir da cultura dos povos que aqui estavam antes do século XV. A chegada dos europeus marcou o encontro entre povos que deu origem a relações desiguais, ou relações de colonialidade, as quais são fundamentais para a viabilização do projeto da modernidade (MIGNOLO, 2007, p.16-17).

A ideia de modernidade/colonialidade tem suas origens nos estudos pós-coloniais. Em artigo de 2013 intitulado “América Latina e o Giro Decolonial”, Luciana Ballestrin elenca dois significados do pós-colonialismo:

O primeiro diz respeito ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX. Temporalmente, tal ideia refere-se, portanto, à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo – especialmente nos continentes asiático e africano. A outra utilização do termo se refere a um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra (BALLESTRIN, 2013, p. 90)

A argumentação pós-colonial tem por característica a percepção da diferença colonial e a opção por estar em favor do colonizado. Outra influência forte e histórica do coletivo Modernidade/Colonialidade foi o Grupo de Estudos Subalternos, que teve como liderança o indiano Ranajit Guha, dissidente do marxismo indiano, e buscava analisar de forma crítica a historiografia indiana, tanto a que foi feita por ocidentais, como uma versão nacionalista da mesma. O termo subalterno se refere a “classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes” (BALLESTRIN, 2013).

Em 1992, surge o Grupo Latinoamericano de Estudos Subalternos (GLES), inspirado na proposta do grupo sul-asiático. Trata-se da inserção do debate da América Latina no debate pós-colonial. No manifesto de fundação do GLES, constam as seguintes considerações:

O atual desmantelamento dos regimes autoritários na América Latina, o final do comunismo e o conseqüente deslocamento dos projetos revolucionários, os processos de democratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos meios de comunicação de massa e a nova ordem econômica transnacional: todos esses são processos que convidam a buscar novas formas de pensar e de atuar politicamente. Por sua vez, a mudança na redefinição das esferas política e cultural na América Latina durante os anos recentes levou a vários intelectuais da região a revisar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades. A tendência

geral para uma democratização outorga prioridade a uma reconceitualização do pluralismo e das condições de subalternidade no interior das sociedades plurais (Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos, 1998, p. 70, apud BALLESTRIN, 2013, p.94).

Walter Mignolo, em coletânea de artigos do GLES lançada em 1998, demonstra alguns descontentamentos com a utilização de teses dos estudiosos indianos do Grupo de Estudos Subalternos. Para Mignolo era necessário pensar uma categorização a partir, especificamente, da trajetória de dominação e resistência da América Latina, assim como era necessário um rompimento com a epistemologia ainda centrada no norte global. Ramon Grosfoguel era um dos membros que convergia com a crítica de Mignolo. Devido às divergências internas, o grupo se dissolveu em 1998.

Entre 1998 e 2000 ocorreram diversos encontros, reuniões e eventos que reuniram intelectuais como Walter Mignolo, Enrique Dussel, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Santiago Castro Gómez e Ramon Grosfoguel. Nesse contexto foi lançada uma publicação coletiva intitulada *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociales*, que permanece como uma das mais importantes do grupo Modernidade/Colonialidade, que foi-se estruturando a partir desses encontros e reuniões. Tais encontros seguiram nos anos 2000, incorporando intelectuais como Catherine Walsh, Lewis Gordon, Boaventura de Sousa Santos e Nelson Maldonado-Torres (BALLESTRIN, 2013).

Mignolo (2007) pontua as premissas a partir das quais se passou a pensar o projeto, denominado por Arturo Escobar como “programa de investigação” modernidade/colonialidade. São elas:

- a colonialidade é parte indispensável da modernidade;
- o mundo moderno-colonial e também a matriz colonial de poder se originaram no século XVI e o descobrimento/invenção da América Latina é o componente colonial que se encontra inserido e caracterizado pelo contexto do Renascimento Europeu;
- a Iluminismo e a Revolução Industrial marcaram a mudança da matriz colonial de poder;
- a modernidade é o nome do processo que a Europa começou a caminho da hegemonia e seu lado obscuro é a colonialidade;

- o capitalismo, tal como o conhecemos, está na essência da noção de modernidade e de colonialidade;
- as mudanças pós Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos assumiram a liderança imperial que em outros tempos foi exercida pela Espanha e Inglaterra, causou mudanças no capitalismo e na relação da modernidade/colonialidade

Boa parte dos estudiosos considera a origem do termo “América Latina” como ligada à justificativa francesa para o imperialismo francês no México. O argumento é de que havia uma afinidade cultural e linguística entre os ‘latinos’ inspirada no povo francês. Apesar de ser a hipótese mais considerada, existem outras explicações para o surgimento do termo América Latina, que indicam a utilização anterior do termo por intelectuais, militantes e escritores de países latino-americanos (BETHELL, 2009, p.289-290).

A ideia de América Latina surge, de início, entre as nações hispano-americanas como uma forma de afirmar que *“existe uma consciência e identidade hispano-americana/latino-americana comum que supera os ‘nacionalismos’ locais e regionais”*, propagada notavelmente por Simon Bolívar e Andrés Bello. Quando do surgimento dessa primeira utilização do termo América Latina, os escritores, políticos e intelectuais hispano-americanos não incluíram o Brasil como país que compartilhava dessa consciência e identidade (BETHELL, 2009, p.292).

Por parte dos escritores e intelectuais brasileiros, apesar de reconhecerem a herança ibérica e católica que o Brasil e a América Espanhola têm em comum, também estavam cientes das diferenças que os separavam: a geografia, a história (a luta de Portugal para se manter independente da Espanha e as formas distintas de colonização da América Portuguesa e da América Espanhola), a economia e sociedade brasileiras baseadas na agricultura e escravidão e, acima de tudo, a língua, a cultura e as instituições políticas. Diferentemente da América Espanhola, a Independência do Brasil ocorreu de forma pacífica e o país se manteve unido sob a coroa (BETHELL, 2009, p.293)

Sobre qual seria o momento em que o Brasil passaria a se inserir no que se entende por América Latina, Bethell faz a seguinte colocação:

Quando foi que o Brasil finalmente começou a fazer parte da “América Latina”? Quando a “América Latina” se tornou “Latin America”, isto é, quando os Estados Unidos, e por extensão a Europa e o restante do mundo, passaram a considerar o Brasil parte integrante de uma região chama da *Latin America*, começando nos anos 1920 e 1930, mas principalmente durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. E quando, ao mesmo tempo, os governos e intelectuais hispano-americanos

passaram a incluir o Brasil no seu conceito de “América Latina”, e alguns (poucos) brasileiros começaram a se identificar com a América Latina (BETHELL, 2009, p. 305-306)

Destacando agora um aspecto da colonialidade trazido em profundidade por Aníbal Quijano (2005) no texto *Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina*, nos voltamos para reflexões acerca do poder e da forma como o mesmo se mostra envolto em mantos coloniais.

A definição de poder com a qual dialogamos vem da contribuição de Julia Suárez-Krabbe (2011), no texto *Na Realidade. A caminho de metodologias de pesquisa decoloniais*, que adota o conceito a partir de Lewis Gordon (2006) em *African-American Philosophy, Race, and the Geography of reason*, que por sua vez tem referência em Canetti, Foucault e Fanon. Assim sendo, o poder é entendido da seguinte forma:

Todo el mundo tiene una esfera de influencia sobre su cuerpo y lo que él o ella puede sostener de inmediato. Esa esfera es la «fuerza». Otras personas, sin embargo, tienen una esfera de influencia que va mucho más allá de sus coordenadas espacio-temporales. Por lo tanto, podrían estar en un punto del mundo, mientras que influyen en las actividades de la gente en otro punto. Podrían haber muerto hace muchos años, condicionado aún [la vida de] mucha gente en el presente y el futuro. Podrían incluso estar dentro de la cabeza de uno. Esto es poder (GORDON 2006, p.46, *apud* SUÁREZ-KRABBE, 2011, p.194).

Aníbal Quijano (2005) aponta o surgimento de um novo padrão de poder após o descobrimento/invenção da América, o primeiro espaço-tempo que tornou possível um padrão mundial de poder, cujas bases se fundamentaram na noção de “raça” - que legitimou os discursos de classificação e hierarquização dos povos - e no controle do trabalho, dos recursos e produtos. A articulação dessas formas históricas de dominação, segundo o autor em questão, torna possível a consolidação dessa matriz de poder sob a proposta de capitalismo mundial. As características desse padrão de poder estão relacionadas ao *eurocentrismo* enquanto perspectiva de conhecimento originada na Europa Ocidental, associada à secularização burguesa e às especificidades advindas e causadoras do contato com a América.

É importante observar que a questão do Estado Nacional aparece como central na viabilização desse novo padrão de poder. Para Quijano, trata-se de uma sociedade criada em busca de dar sentido a uma unidade na qual é vigente uma estrutura de poder baseada em controles e imposições.

Um Estado-nação é uma espécie de sociedade individualizada entre as demais. Por isso, entre seus membros pode ser sentida como identidade. Porém, toda sociedade é uma estrutura de poder. É o poder aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, freqüentemente certo grupo, sobre os demais. Conseqüentemente, todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder. Em outros termos, do modo como foram configuradas as disputas pelo controle do trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento (QUIJANO, 2005, p.13)

Um Estado Nação é composto de povos diversos e se estabelece em busca de alguma unidade e a custo de homogeneizações. Dentro do mesmo, alguns grupos, ligados à estrutura triangular da colonialidade sugerida por Castro-Gomez, são detentores de maior poder, no sentido atribuído por Gordon. A ideia de Estado-Nação, assim como sua inserção em um contexto mundial, oculta a diversidade de povos e saberes que compõem essa suposta unidade.

Arturo Escobar, em seu trabalho intitulado *Mas allá del tercer mundo: Globalización y Diferencia*, traz contribuições valiosas no sentido de compreender a relevância do lugar para o entendimento do contexto mundial da colonialidade. O autor se utiliza da geografia pós-estrutural feminista, da economia política e de trabalhos da antropologia que buscam delinear uma antropologia do lugar.

O ofuscamento do lugar aparece como essencial para a efetivação da condição moderna, na visão de alguns autores. Por isso, a tentativa é de fazer uma defesa do lugar como uma categoria que precisa ser levada em conta mesmo com as tendências atuais de extralocalidade.

Esto también significa que las personas no son sólo "locales". Todos estamos indisolublemente atados a lugares locales y extralocales a la vez, a través de lo que podemos llamar redes –de las cuales el anillo del kula y las redes del internet serían variaciones contrastantes en términos de las maneras en que conectan a las personas y lugares. Los lugares se concatenan unos a otros para formar regiones, lo que sugiere que la porosidad de las fronteras es esencial para el lugar, así como lo es para las construcciones locales de intercambio. La localidad, de esta manera, se encuentra marcada por la acción recíproca entre la posición, el lugar, y la región; por la porosidad de las fronteras; y por el rol del cuerpo en el que se vive entre la enculturización y la lugarización (CASEY, 1996, p. 44, *apud* ESCOBAR, 2005, p.162)

O resgate do contexto do processo de modernização no campo permite observar que a forma como o Brasil é pensado diz respeito ao papel que representa na divisão internacional do trabalho. A produção em grande escala de monoculturas

está relacionada ao fornecimento de produtos primários a outros países, principalmente EUA e Europa. O desempenho desse papel pressupunha as modificações ocasionadas pela, assim chamada, Revolução Verde.

Pensando os impactos que a implantação desse modelo de agricultura proporciona aos agricultores familiares, podemos enumerar alguns: desigualdades sociais profundas no campo; empobrecimento e expulsão de muitos pequenos agricultores; diminuição drástica da população do campo e concentração de atividade em determinadas áreas; degradação ambiental pelas monoculturas e pelo uso intensivo de insumos químicos; entre muitos outros.

Analisando essas condições, é possível perceber que os benefícios dessa inserção do Brasil no mercado mundial a partir da agricultura ficaram restritos aos que conseguiram acompanhar esse processo de mudança e acumular capital para investir. Os dados dos Censos de 1960 e 1980 mostram que houve um intenso êxodo rural. De acordo com o índice de Gini, que mede a desigualdade social, no Brasil houve aumento na desigualdade entre os anos de 1960 e 1985. Os benefícios advindos da industrialização, que se diziam direcionados “ao país”, acabaram por alcançar uma pequena parte da população.

O Estado teve função essencial na consolidação das bases de modificações almejadas pela modernização agrícola. O favorecimento de uma parcela da população, no caso os latifundiários e membros da elite industrializadora, detentores de capital, e o descaso com os agricultores e demais trabalhadores rurais, nos trazem a reflexão sobre a colonialidade não apenas como uma referência ao eurocentrismo, mas também como característica de processos internos aos Estados-Nação.

Nelson Maldonado-Torres, no texto *On the coloniality of being*, com base em estudos de Aníbal Quijano, elabora uma diferenciação entre colonialismo e colonialidade, necessária para o entendimento da modernidade/colonialidade.

Colonialism denotes a political and economic relation in which the sovereignty of a nation or a people rests on the power of another nation, which makes such nation an empire. Coloniality, instead, refers to long-standing patterns of power that emerged as a result of colonialism, but that define culture, labor, intersubjective relations, and knowledge production well beyond the strict limits of colonial administrations. Thus, coloniality survives colonialism (MALDONADO-TORRES, 2007, p.243)

Pablo González Casanova, em seu texto *La Democracia en Mexico*, de 1965, afirma que o colonialismo não se dá apenas em âmbito internacional, mas também:

Se da en el interior de una misma nación, en la medida en que hay en Ella una heterogeneidad étnica, en que se ligán determinadas etnias con los grupos y clases dominantes, y otras con los dominados (CASANOVA, 1965 *apud* CASANOVA, 2007)

Após a chamada Revolução Verde no Brasil, a forma de se fazer agricultura com vistas à produtividade e intensificação das relações de mercado internacionais, a partir dos complexos agroindustriais, se tornou dominante do ponto de vista do incentivo estatal às atividades agrícolas, principalmente no caso do crédito rural, como nos aponta Bernardo Sorj.

O sentido fundamental das políticas públicas tem sido o de articular a expansão agrícola com o complexo agroindustrial e as necessidades de abastecimento interno e as exportações, através de um conjunto de medidas, entre as quais o crédito rural ocupa um lugar privilegiado (SORJ, 1980,p.78)

Tal lugar privilegiado leva em conta, principalmente, a vinculação do acesso ao crédito agrícola à adesão ao pacote tecnológico, proposto pela Revolução Verde. No caso dos agrotóxicos, o crédito rural cumpriu papel fundamental para a difusão da venda de agrotóxicos: era necessária comprovação da compra dos químicos como “garantia da lavoura”.

Com base nas informações apresentadas até então, é possível trabalhar com a ideia de que o processo de modernização agrícola no Brasil foi marcado pelo favorecimento de um modelo de agricultura, advindo da Revolução Verde, em detrimento das inúmeras formas locais de se fazer agricultura, de acordo com diferenciações geográficas e culturais. Dessa forma, o colonialismo interno de que fala Casanova pode se somar às características desse processo, entendendo que ainda dentro de um mesmo país é possível encontrar configurações que se relacionam ao que entendemos por um colonialismo intrínseco ao que chamamos modernidade.

Tendo em vista as críticas ao processo de Modernização Agrícola, intensifica-se, no Brasil, por volta dos anos 90, o debate sobre a Agroecologia e outras formas de se pensar o campo e a Agricultura Familiar no Brasil. Esse é um dos focos do próximo subcapítulo, junto à forma política do que chamamos movimento agroecológico.

1.2- Agroecologia e Articulação em Rede

Para Francisco Roberto Caporal e José Antonio Costabeber, o termo *desenvolvimento*, de forma mais ampla, trata da “realização de potencialidades socioculturais e econômicas de uma sociedade em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000). Porém, para os autores, a partir do pensamento liberal, o termo *desenvolvimento* passou a fazer referência à ideia de *crescimento econômico*, baseada nos parâmetros de nações ocidentais industrializadas. Com base numa publicação de Gustavo Esteva em 1996, Caporal e Costabeber fazem as seguintes considerações sobre o conceito de *desenvolvimento* no contexto do pensamento liberal:

O conceito de desenvolvimento passaria a significar, portanto, a corrida de sociedades distintas e heterogêneas em direção a um modelo de organização social e econômica considerado 'desenvolvido', ou seja, 'passar de uma condição indigna', chamada subdesenvolvimento, para um modelo de sociedade ocidental, capitalista e industrializada, mediante estratégias geradoras de crescimento econômico (ESTEVA, 1996 *apud* CAPORAL;COSTABEBER, 2000, p.18-19)

Principalmente a partir de 1970, o modelo baseado nesse conceito de desenvolvimento passou a ser constantemente questionado por sujeitos e organizações sociais pelos danos causados ao ambiente e pelos problemas referentes ao estilo de vida de sociedades altamente industrializadas. Nesse contexto, ganha força entre alguns movimentos e organizações sociais a ideia de se pensar em ‘outras formas de desenvolvimento’ (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p.19).

Outro conceito inserido nas discussões sobre modelos de desenvolvimento é o de *sustentabilidade*. A proposta dos autores quanto ao termo, de forma resumida, sugere que:

A sustentabilidade não é algo estático ou fechado em si mesmo, mas faz parte de um processo de busca permanente de estratégias de desenvolvimento que qualifiquem a ação e a interação humana nos ecossistemas (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p.19).

Na mesma publicação, Caporal e Costabeber apontam para a necessária classificação das perspectivas que surgem como formas de pensar soluções às questões que decorrem do modelo dominante de agricultura, de forma a diferenciar

os discursos de sustentabilidade.

Entendemos que é de suma importância adotar a classificação e diferenciação dos discursos sobre sustentabilidade, na medida em que o uso do conceito de desenvolvimento sustentável tem permitido toda a sorte de ocultações de natureza ideológica, que leva a uma profunda confusão, já que esconde as discrepâncias de fundo existentes entre as diferentes escolas de pensamento sobre sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p.19)

Os referidos autores propõem uma classificação, considerada por eles necessária, das perspectivas que buscam dar conta dos danos causados pelo modelo hegemônico de desenvolvimento. São elas: *corrente ecotecnocrática e corrente ecossocial*.

Sobre a corrente *ecotecnocrática*, que trabalha a ideia de que “é possível seguir o mesmo padrão tecnológico dominante, incorporando uma nova geração de tecnologia, teoricamente menos danosa ao meio ambiente” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000), os autores fazem a seguinte colocação:

Esta hipótese, tecnicista, calcada no otimismo tecnológico, segue sendo excludente sob o ponto de vista socioambiental e não enfrenta questões-chave da sustentabilidade, na medida em que nela não há espaço para pensar-se a preservação da biodiversidade e nem mesmo para respeitar a diversidade cultural (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p.20).

Quanto à outra corrente, denominada *ecossocial*, os autores caracterizam como um grupo não homogêneo, que busca novos rumos nas estratégias de desenvolvimento e que reivindica mudanças estruturais profundas na sociedade, possibilitando a construção de um projeto histórico (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p.21).

A tentativa de desenvolvimento da agricultura a partir do sistema moderno, principalmente da década de 60 em diante, se fez a partir da homogeneização dos processos, do intenso uso de máquinas em substituição do trabalho humano e do uso de insumos químicos comerciais, tanto para a fertilização do solo quanto para o controle de pragas. Esse modelo de agricultura ficou conhecido como Agricultura Convencional (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Miguel Altieri em seu livro *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável* (2002) trabalha o conceito de *Agroecologia*, tendo em perspectiva o confronto entre dois modelos de agricultura, que por sua vez se insere no confronto ligado a modelos de desenvolvimento. Dentro disso, a agroecologia aparece vinculada à ideia de uma *agricultura sustentável* que se contrapõe à convencional.

Portanto, pode-se entender como um conceito normativo, uma vez que o mesmo se constrói tendo em vista um determinado modelo de desenvolvimento que contemple múltiplas dimensões (ambiental, econômica, social, política, cultural e ética).

Altieri faz considerações importantes para o entendimento das origens e da proposta da Agroecologia. O autor pontua que, desde o período Neolítico, os pequenos agricultores desenvolvem sistemas agrícolas complexos, diversificados e localmente adaptados, tais sistemas são entendidos como *agricultura tradicional* e servem como fonte de conhecimentos e técnicas para se pensar a sustentabilidade na agricultura.

Este tipo de agricultura vem beneficiando-se através de séculos de evolução cultural e biológica, adaptando-se assim às condições locais (Egger, 1981). Desta forma, os pequenos produtores desenvolveram ou herdaram sistemas agrícolas complexos, os quais durante séculos ajudaram a satisfazer suas necessidades de subsistência, inclusive sob condições ambientais adversas (solos marginais, áreas secas ou sujeitas à inundação e à baixa disponibilidade de recursos), sem o uso de mecanização, fertilizantes ou pesticidas químicos (ALTIERI, 2002).

Destaco aqui o *método de sucessão análoga* baseado em agriculturas tradicionais, que, em se tratando da proposta agroecológica, mostra-se esclarecedor para a relação homem-natureza e contribui no entendimento de diferenciações fundamentais em relação ao modelo dominante de agricultura, ou agrícola convencional.

O *método de sucessão análoga* pressupõe que se tenha em vista, na intervenção humana, as possibilidades de diálogo com os ecossistemas de origem, pois os mesmos representam a forma como os processos naturais se equilibram. Daí a ideia de que a interação harmônica ou sustentável está ligada à sucessão das plantas cultivadas de forma análoga ao ecossistema. Essa também é característica essencial na denominação Agroecossistema, como forma de se referir a sistemas agrários que 'imitam' o funcionamento de ecossistemas locais.

Trata-se de diversos ecossistemas que têm suas formas e funcionamentos característicos; portanto, o que se mantém são os princípios ligados ao conceito de Agroecologia e não as técnicas especificamente, que variam com as experiências locais. Esse aspecto fortalece a perspectiva de que a proposta agroecológica não sugere a criação de um modelo de agricultura específico, com técnicas padronizadas, mas remete à diversificação de elaborações apropriadas a cada território que levam ao desenho de Agroecossistemas sustentáveis.

A *agricultura tradicional*, fonte de técnicas adequadas ambiental e localmente, diz respeito a uma relação homem-natureza na qual o homem, uma vez que intervém pela necessidade dos recursos a curto e longo prazo, trabalha em conjunto com os processos naturais e não na perspectiva de controlá-los a qualquer custo. Já o modelo da *agricultura convencional*, citado anteriormente, é baseado na intervenção e dominação do homem sobre a natureza e na homogeneização dos processos agrícolas.

Algumas características ecológicas da agricultura tradicional, elencadas por Altieri, são: continuidade e diversidade espacial e temporal; bom uso do espaço e dos recursos; reciclagem dos nutrientes; conservação da água; controle da sucessão e proteção dos cultivos; produtividade (em policultivos); utilização eficiente dos recursos; entre outros princípios e técnicas adequados cultural e geograficamente. Além disso, destaca o caráter experimental do conhecimento tradicional (ALTIERI, 2002). Os poucos sistemas tradicionais que permanecem após as investidas da modernização são riquíssimas fontes de conhecimentos e manejos agrícolas ecológicos.

Apesar da investida da modernização e das mudanças econômicas, alguns poucos sistemas tradicionais de conhecimento e manejo agrícola ainda sobrevivem. Estes sistemas exibem elementos importantes de sustentabilidade, a saber: são bem adaptados a seus ambientes em particular, baseiam-se em recursos locais, são descentralizados e em pequena escala, além de ter a tendência a conservar a base de recursos naturais (ALTIERI, 2002)

Sobre o surgimento e a conceituação da Agroecologia, Caporal e Costabeber, no texto *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*, de 2004, dissertam sobre o surgimento do conceito de Agroecologia, tendo em vista a crise do modelo hegemônico de agricultura. Dessa forma, fazem as seguintes considerações:

Em diversos países, passaram a surgir estas agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, entre outras, cada uma delas seguindo determinadas filosofias, princípios, tecnologias, normas e regras, segundo as correntes a que estão aderidas. Não obstante, na maioria das vezes, tais alternativas não conseguiram dar as respostas para os problemas socioambientais que foram se acumulando como resultado do modelo convencional de desenvolvimento e de agricultura que passaram a predominar, particularmente, depois da II Grande Guerra. Neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável

(CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p.7-8)

Sevilla Guzmán, em seu livro *Sobre a evolução do conceito de campesinato*, publicado em 2005, traz elementos importantes para a reflexão acerca da agroecologia como um enfoque com potencial de reconstrução de saberes que foram ocultados ou negligenciados pela lógica moderna.

Dado que a Agroecologia supõe o manejo dos recursos naturais surgido desde as identidades dos etnoagroecossistemas locais; a existência dessa matriz sociocultural pode contribuir com um elemento essencial na configuração de um potencial endógeno humano que mobilize a ação social coletiva em que se baseia a agroecologia, tal como nós a definimos (Guzmán Casado, González de Molina e Sevilla Guzmán, 2000). Essa matriz sociocultural de pensamento popular latino-americano se nos apresenta, nesse contexto, como um saber submetido no sentido que dá Foucault a esse termo. E que, ao ser reconstruído, pode atuar como reparação crítica a formas passadas de legalidade e a instituições que jogaram um papel histórico negativo, ainda que legitimadas pelo poder; ou como revalorização daquilo que sofreu uma desvalorização ou desqualificação por parte da hierarquia para algo que se resistia a ser submetido e ocultado (GUZMÁN, 2005, p.14)

Dentre as dimensões da Agroecologia elencadas anteriormente (ambiental, econômica, social, política, cultural e ética), teremos como foco, nessa pesquisa, a dimensão política, que diz respeito às organizações, movimentos e redes de sujeitos em prol da agroecologia. Dessa forma, trataremos agora da forma política do que nos referimos como movimento agroecológico.

1.2.1 – Agroecologia em Rede: o Movimento Agroecológico

Nessa parte do trabalho trazemos alguns conceitos e reflexões ligados à Teoria dos Movimentos Sociais e à Teoria de Redes, que auxiliam na compreensão e análise da trajetória do movimento agroecológico no Brasil.

Charles Tilly, em seu artigo “*Movimentos Sociais como Política*”, de 2010, trata da invenção da forma política denominada Movimento Social como:

uma forma específica de política contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda. (McADAM, TARROW e TILLY, 2001, apud TILLY, 2010, p. 136).

Surgidos no final do século XVIII, os Movimentos Sociais foram assim denominados por se diferenciarem dos fenômenos que aconteciam até então, como levantes populares de diversos tipos. As principais características que davam base à diferenciação eram a inclusividade e composição por vários grupos de interesse. Outra diferenciação se delimita a partir da noção de *repertório*, como a diversidade e integração nas formas de ação conjunta dos sujeitos e organizações do Movimento Social. A quantidade e diversidade de ações já aconteciam em fenômenos como ações sindicalistas e campanhas eleitorais, mas a integração total ou quase total dessas ações é considerada especificidade da atuação política do Movimento Social (TILLY, 2010).

O autor trata das manifestações de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) como forma de expressão de características familiares de campanhas, atividades sindicalistas e Movimentos Sociais. As demonstrações de VUNC aparecem antes de 1750 em campanhas e outros fenômenos políticos, mas o que nos possibilita especificar em relação ao Movimento Social é a combinação entre o *repertório* e tais demonstrações.

No contexto do século XIX, alguns direitos relacionados à organização foram adquiridos pelos trabalhadores, em decorrência também de campanhas, atuações e demonstrações de VUNC. Grupos de interesse, como de profissionais de um determinado ramo, ou industriais, também adquiriram direitos de expressão e ação coletivas, mas nesse caso, raramente envolviam movimentos sociais, geralmente se efetivavam através de contato direto com os governos. Grupos ligados à Igreja também tinham ao menos direitos de expressão e reunião, mesmo que, conforme nos destaca Tilly, muitas vezes esse direito tenha sido estendido ao de imposição de doutrinas e práticas ao conjunto da sociedade.

Tilly (2010) nos alerta para a ocorrência de três erros frequentes na utilização do termo Movimento Social. O primeiro é a atribuição do termo para toda e qualquer ação coletiva popular, sem a observância dos critérios específicos. O segundo é a confusão entre movimentos sociais e as organizações e sujeitos que o compõem, como se o movimento fosse composto da soma de organizações e não das

campanhas que estão engajados coletivamente. O último é a atribuição da idéia de movimento como algo unitário e singular, negligenciando os rearranjos internos que sempre ocorrem e as interações externas que também influenciam nos arranjos. Avançando nas elaborações, o autor faz as seguintes considerações:

Ninguém é dono do termo “movimento social”; analistas, ativistas e críticos mantêm-se livres para usá-lo como quiserem. Mas uma maneira característica de fazer política começou a tomar forma nos países do Ocidente no final do século XVIII, adquiriu amplo reconhecimento na Europa Ocidental e na América do Norte no início do século XIX, consolidou-se em um conjunto durável de elementos por volta da metade desse mesmo século, alterou-se mais vagarosa e incrementalmente depois desse ponto, difundiu-se amplamente pelo mundo ocidental, e veio a ser chamada de movimento social. Esse complexo político combinou três elementos: 1) campanhas de reivindicações coletivas dirigidas a autoridades-alvo; 2) um conjunto de empreendimentos reivindicativos, incluindo associações com finalidades específicas, reuniões públicas, declarações à imprensa e demonstrações; 3) representações públicas de valor, unidade, números e comprometimento referentes à causa. A esse complexo historicamente específico denomino movimento social (TILLY, 2010, p. 142)

Junto a essas características, Tilly atribui o aspecto da história. Os movimentos sociais têm história, e isso também os diferencia de outros fenômenos políticos. Dessa forma, o Movimento Social “Refere-se a um conjunto particular, interconectado, em evolução e histórico de interações e práticas. Refere-se à combinação característica de campanha, repertório e demonstrações de VUNC (TILLY, 2010, p.142)”.

Considerando que tratamos, nessa pesquisa, de uma mobilização contemporânea é importante abordarmos uma questão levantada por Alain Touraine no artigo *Na Fronteira dos Movimento Sociais*, publicado em 2006. A questão gira em torno de saber se podemos, num período considerado pós-industrial, ainda falar em movimento sociais. As características que inicialmente definiram os movimentos sociais estão diretamente relacionadas com o contexto da sociedade industrial, o que gera para alguns estudiosos uma dificuldade maior em se falar em movimentos sociais na contemporaneidade.

O autor elenca as duas principais formas de crítica ao uso da noção de movimento social, são elas: uma de que se trata de uma categoria de natureza histórica majoritariamente e que, portanto, faz parte de um período específico relacionado à sociedade industrial e por isso não cabe seu uso analítico em fenômenos da atualidade; a outra alega que a globalização e a mundialização deslocam os conflitos, de forma a tornar interessante estudarmos apenas movimentos que colocam em questão os mecanismos de globalização (TOURAINÉ, 2006, p.18).

Touraine considera que ambas as posições são bem fundamentadas e as leva em consideração para seguir na elaboração. Para o autor, na atualidade, analisar a partir da idéia de movimentos sociais:

Trata-se de estudar os movimentos que colocam em questão condições particulares, isto é, em domínios socialmente definidos, uma dominação que, em sua natureza e em suas aplicações, tem um impacto geral. Essa afirmação conduz diretamente a uma segunda, a saber, que só há movimento social se a ação coletiva – também ela com um impacto maior do que a defesa de interesses particulares em um setor específico da vida social – se opuser a tal dominação (TOURAINÉ, 2006, p.19)

Em outras palavras, nos dá a seguinte imagem:

um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados – o que impediria, por definição, tanto o conflito e o enfrentamento quanto o compromisso ou a resolução de conflito (TOURAINÉ, 2006, p.19)

A resposta à questão inicial, segundo o autor, está diretamente relacionada ao tipo de uso do termo movimento social, onde é plausível que o empreguemos de fato e onde não se deve empregar. Situando-nos em sociedades da informação e comunicação, já não é tão simples definir a forma de organização e de produção como nas sociedades industriais, que geravam forças conflituosas. As forças de dominação se tornam cada vez mais impessoais e atuam no sentido de manter a regulação feita pelo mercado, “baixando as barreiras sociais”. Nesse contexto, Touraine afirma a posição de que o uso do termo movimento social ainda nos é caro, no sentido de que, mesmo em formas mais dispersas, impessoais e complexas “se trata ainda de conquistar ou reconquistar um espaço social”.

Pensando movimentos que se organizam em torno de conflitos que envolvem a “gestão social da mudança”, como o capitalismo, o socialismo e o comunismo, o autor propõe a definição de movimentos históricos. Os movimentos sociais geralmente buscam se unir a movimentos históricos. O que o autor traz em destaque é que na sociedade industrial, a distância entre esses dois fenômenos políticos eram bem mais próximas que na sociedade pós-industrial.

Mesmo com as peculiaridades elencadas, o autor persiste na ideia de que é preciso ainda falarmos em movimentos sociais, sobretudo porque, para o mesmo “a

continuidade da análise sociológica é mais importante do que a observação das diferenças profundas que existem entre um e outro tipo societal”.

Nessa pesquisa, ao tratarmos do movimento agroecológico, aproximamos sua forma política à de um movimento social (TOURAINÉ, 2006; TILLY, 2010). Tal aproximação se dá, tanto em função de pesquisa bibliográfica sobre o movimento agroecológico, como pela observação participante, nas etapas de campo, dos elementos que assim o caracterizam. Porém, é necessário ponderar que existe uma centralidade da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) nos processos atribuídos ao movimento agroecológico, embora a abrangência do mesmo seja maior do que a ANA.

Explicitarei a partir de dois pontos advindos das bibliografias e das etapas de campo: o que é referenciado na bibliografia como movimento agroecológico inclui também organizações, redes e movimentos sociais que mesmo não estando, de forma central, dedicadas ao tema da Agroecologia e não compondo a ANA, compartilham campanhas, repertórios e demonstrações de VUNC com a referida articulação; e os rearranjos internos e interações externas da ANA, que torna mutável e sem fronteiras claramente definidas a configuração de membros.

De forma sintética, utilizo, nessa pesquisa, o termo movimento agroecológico para me referir à combinação de campanhas, repertórios de ação e demonstrações de VUNC construídas e realizadas por sujeitos e organizações que se conectam em rede e atuam coletivamente em prol da Agroecologia. Considero também o protagonismo da ANA, que é demonstrado no prosseguir do texto. Porém, mais no nível do entendimento acerca das dinâmicas de ações coletivas, do que em um aprofundamento dos debates acerca da forma política, uma vez que não se faz questão primordial dessa pesquisa.

Paulo Petersen e Sílvia Almeida (2006) relacionam o surgimento do movimento agroecológico ao momento atual na trajetória dos movimentos sociais no campo, marcado por três principais características:

- a conexão das iniciativas de organizações de produtores familiares em diferentes regiões do país, que era mais limitada num passado recente no qual boa parte das motivações para as mobilizações eram de nível local;

- os consensos ocasionados pelas múltiplas formas de expressão das organizações sociais possibilitam a criação de projetos estratégicos, que abarcam como novidade a dimensão da sustentabilidade socioambiental da produção familiar;
- a concomitância da incorporação, pelas organizações de produtores familiares, da crítica ao modelo imposto pela modernização agrícola e da emergência de processos sociais descentralizados voltados para experimentação em tecnologias alternativas para a agricultura, para a autonomia dos agricultores e preservação do meio ambiente, que possibilitam a emergência de um movimento nacional com bases nos processos locais e em suas articulações ao longo do tempo.

Levando em conta a Agroecologia, é importante ressaltar que além da dimensão que a caracteriza como um movimento social, como refletiremos à frente, a mesma é também pensada como ciência e como prática (WEZEL et al. 2009). Ao tratarmos nesse trabalho do movimento agroecológico, consideramos que seu processo de formação se inicia na década de 80 com as mobilizações em prol da Agricultura Alternativa e tem como um dos desdobramentos a utilização do termo Agroecologia no Brasil em meados dos anos 90 e que nos anos 2000, após os processos que originaram o I Encontro Nacional de Agroecologia, fica conhecido por movimento agroecológico.

Os autores em questão defendem a existência de um movimento agroecológico brasileiro, mas não de forma rígida e institucionalizada, mais como um arranjo de organizações em rede que buscam articular processos em variados níveis de escala. Como vemos na seguinte passagem:

Apesar da diversidade dos atores sociais envolvidos e dos contextos ambientais nos quais estas experiências vêm sendo gestadas, elas apresentam entre si identidades no plano nacional, o que nos permite referir-nos a existência de um “movimento agroecológico brasileiro”. Não se trata de um movimento institucionalizado, pois não se organiza em torno a estruturas formais, sendo a autonomia dos grupos de base uma condição inarredável para a continuidade de sua existência e de sua vitalidade. Poderíamos caracterizá-lo como um movimento de expressão nacional que articula em redes os processos sociais locais/regionais autônomos voltados para a inovação agroecológica. Essas redes permitem a interação de diferentes tipos de organização de base e movimentos de massa dos produtores familiares atuantes desde o nível local até o nacional (PETERSEN; ALMEIDA, 2006, p. 6).

Para os autores, esse movimento se caracteriza por: divulgar os processos locais/regionais, proporcionar a interação entre diversas organizações de base e movimentos de massa dos produtores familiares, associar um crescente número de sujeitos vinculados a instituições oficiais que atuam na área de desenvolvimento no

campo, e garantir a autonomia da agricultura familiar (PETERSEN; ALMEIDA, 2006, p.6).

Tendo em vista a centralidade da ANA como espaço de articulação do movimento agroecológico no Brasil, trazemos também nessa sessão, considerações sobre os conceitos de: redes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1996), redes de conhecimento e poder (HARAWAY, 2009), e redes sociais (LATOUR, 2012).

Nos anais do III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), realizado pela ANA, na parte introdutória, encontra-se a seguinte definição para a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em relação à sua forma política: “uma rede nacional de organizações, movimentos sociais de abrangência nacional e regional e redes regionais”.

Ilse Scherer-Warren, em seu livro *Redes de Movimento Sociais*, de 1996, faz uma análise das redes através das interligações inerentes às mesmas em diferentes escalas.

A análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros (SCHERER-WARREN, 1996)

Bruno Latour (2012), em seu livro *Reagregando o Social: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede* traz aspectos da dinamicidade do que costumamos chamar ‘social’ e, assim, da inviabilidade de categorizações rígidas, tanto do social quanto do ator. Dessa forma, torna-se-ia mais interessante pensar em associações, em detrimento de domínios ou vínculos sociais.

[...] rede é uma expressão para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir. Rede é conceito, não coisa. É uma ferramenta que nos ajuda a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito (LATOUR, 2012, p.192).

Donna Haraway (2009), em seu texto *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*, partindo da reflexão sobre a objetividade na produção feminista, elabora contribuições importantes para uma ampliação dos elementos a se pensar no contexto das redes de conhecimento e poder. Numa crítica aos falsos universalismos, a autora afirma as parcialidades e o olhar contextualizado, e dessa forma, reitera as relações entre o local, o global e as

redes de conhecimento e poder.

[...] conhecimentos locais também tem de estar em tensão com as estruturas produtivas que obrigam traduções e trocas desiguais - materiais e semióticas - no interior das redes de conhecimento e poder. As redes podem ter a propriedade de sistematicidade, até de sistemas globais centralmente estruturados, com longos filamentos e gavinhas tenazes no tempo, no espaço e na consciência, a dimensão da história do mundo. (HARAWAY, 2009, p.29)

Tanto se considerarmos a ANA, quanto se tratarmos do movimento agroecológico, nos referimos a formas políticas que atuam em redes que integram diferentes escalas. Os três autores, sob perspectivas diferentes, trazem elementos que auxiliam no entendimento da articulação em rede de sujeitos, organizações e movimentos sociais. Bruno Latour (2012) nos chama a atenção para o caráter de conceito e de ferramenta da expressão rede, no sentido de que nossos relatos nos permitem descrever dinâmicas da rede e não do que seja, em forma concreta, a rede em si.

Nessa pesquisa, a noção de redes de conhecimento e poder (HARAWAY, 2009) tem maior centralidade, considerando o foco na interação e troca de saberes entre sujeitos, organizações e movimentos sociais. A afirmação das parcialidades e do olhar contextualizado, reforça a dimensão e relevância dos conhecimentos locais e ao mesmo tempo da presença desses em outras escalas de articulação, possibilitadas pelas ações em rede.

Na sequência, ainda no esforço de caracterizar o movimento agroecológico, trazemos o debate ambiental sustentado por uma rede parceira da ANA⁸, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). As motivações para esse diálogo surgem, inicialmente, em campo, quando participei de algumas reuniões e eventos da ANA como membro da RBJA (2014 e 2015). Além de expressar uma aproximação advinda da troca de saberes entre duas redes, esse diálogo nos permite explorar a noção de movimento agroecológico para além das organizações estritamente relacionadas à Agroecologia, considerando também as convergências mais amplas em determinados conflitos.

8

A relação entre as redes se intensifica a partir do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, que trataremos adiante, no qual representantes de ambas estiveram na construção e realização do encontro.

1.2.2 – Reflexões sobre a politização do ambiente: Agroecologia como Movimento por Justiça Ambiental

Ao referir-se ao conjunto de textos que compõem o livro *50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil*, Henri Acselrad (2013) argumenta que eles trazem claramente uma ideia sobre a Questão Ambiental:

[...] a questão ambiental [...] não diz respeito, como pretende o senso comum, despolitizado, à racionalidade mais ou menos “ecológica” das escolhas técnicas, mas sim à disputa entre diferentes formas de apropriação e uso dos recursos ambientais – terras, águas, atmosfera e sistemas vivos -, por um lado, fonte de sobrevivência para os povos e, por outro, fonte de acumulação de lucros para as grandes corporações (ACSELRAD, 2013)

Em 1991, Lawrence Summers, o então economista chefe do Banco Mundial, redigiu um documento elencando os motivos pelos quais os países periféricos deveriam ser destino dos ramos industriais mais danosos ao meio ambiente. O primeiro dizia sobre a “estética” do meio ambiente, que segundo ele é uma preocupação apenas dos ricos. O segundo argumentava que as pessoas mais pobres viveriam menos de qualquer forma; assim, não estariam vivos para sentir os efeitos da poluição ambiental. Por fim, o terceiro apontava que mortes em países pobres custam menos que mortes em países ricos. O documento ficou conhecido como Memorando Summers e nos esclarece o papel das elites mundiais no processo de desenvolvimento (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2008, p. 7 e 8).

A lógica sugerida no Memorando Summers nos remete ao conceito de desigualdade ambiental. Nessa parte traremos tal conceito, associando-o à lógica do processo de modernização agrícola e contrapondo-os com o conceito de Justiça Ambiental. O Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental, que se reuniu no Seminário *Desigualdade Ambiental e Regulação Capitalista: da acumulação por espoliação ao ambientalismo-espetáculo*, trazem o conceito de desigualdade ambiental como forma de dar destaque à orientação desigual quanto à distribuição dos danos do modelo de desenvolvimento.

O conceito de desigualdade ambiental permite apontar o fato de que, com a sua racionalidade específica, o capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se aos grandes interesses econômicos e os danos a grupos sociais despossuídos (COLETIVO BRASILEIRO DE

PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012).

Quanto à Justiça Ambiental, trago nesse momento, o texto *O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental*, de Selene Herculano. De forma sintética, a autora define a Justiça Ambiental como:

[...] o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas (HERCULANO, 2011, p.2).

Tal conceito teve em suas origens as mobilizações de comunidades negras nos Estados Unidos, na década de 80, ao perceberem e verificarem, através de estudos empíricos, que a destinação do lixo químico era prioritariamente coincidente com os locais onde viviam comunidades negras. A prática foi denominada como Racismo Ambiental e foi novamente debatida de forma intensa quando da ocorrência do furacão Katrina, que evidenciou a vulnerabilidade de certos grupos relacionada principalmente à capacidade desigual de obter proteção das autoridades públicas (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012).

Uma condição decisiva para a produção da desigualdade ambiental é o esvaziamento da dimensão política da questão do meio ambiente. Disto faz parte a dinâmica de naturalização da poluição e a difusão da ideia de que “somos todos responsáveis pela degradação do meio ambiente” (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012, p.167).

O processo de modernização agrícola no Brasil se fez e se intensificou às custas de desigualdades ambientais, as quais podem também ser entendidas como colonialidades inerentes ao projeto da modernização agrícola. Os camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros povos e comunidades, que viviam em seus territórios e tiveram o modo de vida profundamente alterado pelas mudanças exógenas, pouco ou nada puderam ou podem decidir sobre seus territórios. Como já vimos anteriormente, esse processo suscitou também uma intensa crítica que deu origem a mobilizações sociais que tinham como foco a busca de alternativas a esse modelo de agricultura.

Na década de 90 no Brasil, novos elementos e reflexões ligados à questão ambiental passaram a interagir de forma mais intensa com tais mobilizações. Henri

Acselrad (2010) refere-se a esse processo como a “ambientalização de lutas sociais”. Enrique Leff (2009) em seu livro *Ecologia, Capital e Cultura*, faz importantes considerações nesse sentido. Contrapondo a visão de um ambientalismo despolitizado, que não leva em conta as desigualdades, surgem mobilizações e articulações que passam a ressignificar a questão ambiental no contexto das lutas sociais. Segundo Leff:

A problemática ambiental vem dando novo significado às demandas e as lutas sociais no meio rural. As lutas camponesas estão mudando de seu caráter reivindicativo pelo emprego, o salário e uma melhor distribuição da riqueza, assim como pela restituição às comunidades rurais de suas terras para reverter os processos de empobrecimento do campo, para um movimento político e econômico pela reapropriação de suas condições de vida e processos produtivos [...] Surge assim uma nova visão da natureza, não só como ordem ontológica do real, um espaço de contemplação estética, ou uma condição geral e um novo potencial produtivo para o desenvolvimento sustentado, mas como um patrimônio histórico e cultural das comunidades rurais (LEFF, 2009, p.330).

A partir dessa ressignificação, surge em 2001 a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). A rede envolve grande diversidade de sujeitos, tais como: entidades ambientalistas, sindicatos urbanos e rurais, atingidos por barragem, movimento negro, remanescentes de quilombos, trabalhadores sem-terra, movimento de moradores, moradores em Unidades de Conservação, organizações indígenas, ONGs, fóruns e redes.

A principal convergência nessa diversidade é a constatação de que existe uma desigualdade na distribuição dos danos provocados pelo desenvolvimento econômico, que pesa majoritariamente sobre populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (Manifesto da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2001).

Pensamos que o tema da justiça ambiental - que indica a necessidade de trabalhar a questão do ambiente não apenas em termos de preservação, mas também de distribuição e justiça - representa o marco conceitual necessário para aproximar em uma mesma dinâmica as lutas populares pelos direitos sociais e humanos e pela qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental (Manifesto da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2001).

Compreende-se e busca-se explicitar nessa elaboração que o surgimento da RBJA e das lutas por justiça ambiental, assim como do movimento agroecológico, têm relações com o contexto da intensificação das consequências da modernização. Se

pensarmos nos termos da modernidade/colonialidade, é possível levar adiante a ideia de que ambas as redes se apresentam com o intuito de romper com colonialidades advindas, em grande parte, do processo de modernização, sendo que o movimento agroecológico tem por foco a Modernização Agrícola.

O ambientalismo que Leff (2009) e Acselrad (2013) identificam como um movimento que considera desigualdades e se aproxima das lutas sociais, dessa forma, também lança luz sobre colonialidades inerentes e invisibilizadas no processo de modernização agrícola. Mais adiante, traremos narrativas que trazem mais elementos da interação entre ANA e RBJA.

Já tendo abordado as principais questões, para essa pesquisa, que envolvem o que chamamos movimento agroecológico, passamos agora ao segundo capítulo. Nesse momento, nos aproximamos mais da proposta de conhecimento no contexto do movimento agroecológico, não perdendo de vista a forma como o tema é tratado no contexto do processo de Modernização Agrícola.

CAPÍTULO 2: O SURGIMENTO DA AGROECOLOGIA COMO MOVIMENTO E A PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

Trazemos nesse capítulo, inicialmente, o debate teórico sobre a Colonialidade do Saber (CASTRO-GOMÉZ, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2006) e da Ecologia de Saberes (SANTOS, 2007; PIDNER, 2010). A partir daí, buscamos trazer, a partir das informações de campo, alguns marcos da consolidação da perspectiva da Construção do Conhecimento Agroecológico no movimento agroecológico. Tais marcos se constituem, tanto de publicações bibliográficas importantes, como de fatos, eventos e conjunturas específicas na história do movimento.

Para tratar desses marcos, organizamos, com vistas à cronologia, o histórico do movimento agroecológico em três momentos: a realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs); a contribuição da Rede Projetos em Tecnologias Alternativas (Rede-PTA); e o surgimento da ANA, associado também à consolidação da perspectiva da Construção Coletiva do Conhecimento Agroecológico.

2.1 – Colonialidade do Saber e rupturas a partir da Ecologia de Saberes

Para que possamos trabalhar essas questões sob o ponto de vista teórico, traremos, nessa parte, considerações acerca da Colonialidade do Saber, uma das componentes do que Santiago Castro-Gomez (2007) denomina *estrutura triangular da colonialidade*⁹, em diálogo com o que Boaventura de Sousa Santos (2007) denomina *pensamento abissal*. Na sequência, e de forma complementar, trabalharemos a noção de *Ecologia de Saberes* como uma proposta conceitual que trata do rompimento com a Colonialidade do Saber.

Ao final dos anos 70, é possível identificar a ideia de supremacia do saber acadêmico sobre outras formas de saber, ou seja, a ciência moderna como lócus do saber legítimo, como produtora exclusiva de conhecimento válido. Flora Pidner (2010) faz as seguintes considerações sobre a posição da ciência moderna:

A ciência formula um futuro comum para si e para o mundo: um destino ancorado em padrões e repetições, um repertório congelado. Trata-se de um processo de homogeneização da produção do conhecimento: uma paisagem de monocultura do saber, tal como Boaventura de Sousa Santos (2006) se refere ao critério hegemônico de verdade produzido pela ciência moderna. Os critérios hegemônicos modernos e científicos são concebidos e divulgados como se fossem o único caminho possível. Assim, a verdade só existiria enquanto verdade científica. Entretanto, como pensar em uma única forma de produção do conhecimento? Como, afinal, refletir sobre os paradigmas modernos senão através de uma postura crítica, capaz de promover questionamentos sobre a própria prática de produção do saber? (PIDNER, 2010, p. 9)

A ideia de supremacia do saber acadêmico consolida-se também através da desvalorização de outros saberes. No caso do processo de Modernização Agrícola no Brasil, as mudanças propostas tinham como base evidências científicas de que o pacote de tecnologias ofertados otimizariam a produção agrícola, principalmente no que diz respeito ao aumento da produção e da renda econômica dos agricultores. Tais afirmações são construídas a partir de critérios que consideram a terra e o campo apenas como lugar de recurso a ser explorado, e não como fonte de alimentos, chão da morada, lugar de vida e do estabelecimento de relações sociais diferenciadas. A ciência que desconsidera a diversidade de saberes e modos de vida incorre em grande possibilidade de estabelecer relações com base em critérios que não dialogam com a realidade dos sujeitos com os quais trabalha.

Nessa perspectiva, a ciência cria a sua hegemonia, que se fundamenta, também, na negação histórica dos saberes não científicos e, portanto, não hegemônicos, que são sufocados e bloqueados, a despeito das suas representatividades nos lugares. As particularidades desses diversos

9

Ver detalhamento no tópico “Metodologia”.

saberes são deslocadas para a margem, para os lugares mais distantes do conhecimento legitimado como científico (PIDNER, 2010, p.11)

Boaventura de Sousa Santos, em seu artigo *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*, aborda as duas sociologias citadas como estreitamente relacionadas. A das ausências traz saberes historicamente ocultados que compõem uma diversidade fértil. A das emergências traz novas formas de adaptação, também baseadas em saberes ocultados.

Quanto maior for a multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis (conhecimentos e agentes), maior será a expansão do presente e a contracção do futuro. Na sociologia das ausências, essa multiplicação e diversificação ocorre pela via da ecologia dos saberes, dos tempos, das diferenças, das escalas e das produções, ao passo que a sociologia das emergências as revela por via da amplificação simbólica das pistas ou sinais (SANTOS, 2002, p.259)

O mesmo autor, em *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes* (2007), propõe a reflexão a partir do conceito de *pensamento abissal*. Trata-se de um sistema de distinções visíveis e invisíveis da realidade social em duas dimensões, “este lado da linha” e o “outro lado da linha”, sendo que o que é estabelecido como “o outro lado” é tido como incapaz de ser relevante ou compreensível. A principal característica do pensamento abissal é a impossibilidade de que os dois lados existam e se façam presentes concomitantemente.

No campo do conhecimento, as tensões que envolvem a ciência, a filosofia e a teologia ainda se passam “deste lado da linha”, ou seja, dentro do que existe, é relevante e compreensível. Mas se considerarmos, por exemplo, o saber camponês ou o saber indígena, chegamos ao que Santos denomina o “outro lado da linha”, a saberes que são desconsiderados como forma de produção de conhecimento válido, relevante e/ou comensurável.

Assim, a linha visível que separa a ciência de seus “outros” modernos está assente na linha abissal invisível que separa, de um lado, ciência, filosofia e teologia e, de outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem nem aos critérios científicos de verdade nem aos critérios dos conhecimentos reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia (SANTOS, 2007, p.73)

Flora Pidner (2010) contribui também nessa reflexão a partir do lugar atribuído aos saberes locais na história da ciência moderna.

[...] a história da ciência moderna é marcada pela periferização dos saberes locais, a despeito da sua centralidade na vida social desenrolada nos lugares. São saberes que não se fundamentam nas metodologias da ciência

moderna. Saberes ricos, pois carregam a possibilidade da criatividade que cria sem percursos programados. Saberes desprezados, desperdiçados, desautorizados, emudecidos pelo projeto de uma ciência baseada na razão pura e na comprovação, produzida, sobretudo, em laboratórios (PIDNER, 2010, p. 11-12)

Ainda nesse contexto, surgem perspectivas teóricas que buscam questionar e, ao mesmo tempo, pensar propostas que deem conta de romper com o pensamento abissal e, podemos dizer aqui, com a Colonialidade do Saber. Santos (2007) fala de um pensamento pós-abissal construído a partir da referência em uma epistemologia do Sul, esse Sul entendido não como a exata divisão no globo, mas como o que, majoritariamente na história, se situa do “outro lado da linha”.

O pensamento pós-abissal pode ser sintetizado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Ele confronta a monocultura da ciência moderna com uma *ecologia de saberes*, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia. A ecologia de saberes se baseia na idéia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2007, p.85)

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), trata desse rompimento a partir da idéia de desprovincianização da razão. A crítica tem como alvo a admissão de apenas um pensamento universal. A proposta foca no reconhecimento e valorização de outros mundos de vida, para além do que nos é sugerido/imposto pelo pensamento europeu. Nas palavras do autor:

Com essa desprovincianização da Europa da idéia de pensamento universal o que visamos é o deslocamento do lugar de enunciação e, assim, proporcionar que outros mundos de vida ganhem o mundo, mundializando o mundo. Insistimos que não se trata de negar o pensamento europeu, o que seria repeti-lo com sinal invertido, mas sim nos propomos dialogar com ele sabendo que é europeu e, portanto, de um lugar de enunciação específico, ainda que sabendo: que essa especificidade não é igual a outros lugares de enunciação pelo lugar que a Europa ocupa na contraditória estrutura do sistema mundo modernocolonial; nem tampouco que esse lugar de enunciação europeu seja homogêneo e não abrigue perspectivas contraditórias, seja de afirmação da ordem, sejam de perspectivas emancipatórias (PORTO-GONÇALVES, 2006)

Pidner (2010) novamente traz argumentos que sustentam a compatibilidade entre o pensamento pós-abissal como um rompimento com a Colonialidade do Saber. Dessa forma, o diálogo de saberes aparece como uma proposta que é capaz de fortalecer uma potencial descolonização nesse âmbito.

O encontro dialógico entre saberes significa o diálogo entre sujeitos. São os sujeitos que produzem saberes, carregam saberes e, ao se comunicarem,

põem os saberes em intercâmbio. Assim, a transformação do mundo demanda a transformação dos sujeitos sob novas referências, outras racionalidades, saberes ainda inéditos. Uma nova concepção de saber significa uma nova concepção de sujeito, desfeito de convicções, vaidades, egoísmos e feito de disponibilidade ao diálogo, ao aprender com, na coletividade, na integração de saberes (PIDNER, 2010, p.112-113)

Ao tratarmos, nesse trabalho, do papel da interação e troca de saberes no movimento agroecológico desde meados dos anos 80 no Brasil, o fazemos (e faremos) dialogando com as noções de: Colonialidade do Saber, nos referindo à proposta que traz a ciência moderna como produtora exclusiva de conhecimento; e Ecologia de Saberes, nos referindo aos processos que favoreceram e favorecem a valorização e o diálogo de saberes no contexto do movimento agroecológico.

[...] em razão do “epistemicídio” em massa perpetrado nos últimos cinco séculos, desperdiçou-se uma imensa riqueza de experiências cognitivas. Para recuperar algumas dessas experiências, a ecologia de saberes recorre ao seu atributo pós-abissal mais característico, a tradução intercultural. Embebidas em diferentes culturas ocidentais e não-ocidentais, essas experiências não só usam linguagens diferentes, mas também diferentes categorias, universos simbólicos e aspirações a uma vida melhor (SANTOS, 2007, p.97)

2.2- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil

Anteriormente já abordamos o processo de Modernização Agrícola, mas não nos aprofundamos em uma dimensão essencial para a consolidação das mudanças propostas: a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A ATER aparece nas entrevistas e observações de campo com centralidade no debate que envolve a transmissão de conhecimentos pautada pela Modernização Agrícola e a proposta elaborada e colocada em prática nos espaços de construção da Agroecologia, essa última no sentido do diálogo e não hierarquização de saberes.

A ATER no Brasil surge como uma política pública de apoio ao desenvolvimento. Em 1956 surge a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. O período da primeira grande expansão desse serviço data dos governos militares com destaque para o governo de Geisel. A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) foi criada em 1973 e significou a estatização de grande parcela desse serviço (ALMEIDA, 2010).

Como já citado, no processo de Modernização Agrícola, o Estado exerceu protagonismo no empreendedorismo e financiamento dos avanços modernizadores no campo. A ATER, nesse contexto, esteve declaradamente a serviço do que se considerava a superação do “atraso no campo” e se utilizava de métodos difusionistas de tecnologias e conhecimentos técnicos e acadêmicos. A interação entre as famílias e os técnicos tinha um vetor bem definido na transmissão do conhecimento: a substituição de saberes e técnicas locais por saberes e técnicas legitimados pela ciência moderna, que supostamente poderiam ser replicados em “dimensão planetária”.

Essa concepção de ATER nos remete à lógica da ciência moderna conforme também descrita por Pidner (2010). Os agentes de ATER são orientados a passar conhecimentos advindos da ciência moderna, desconsiderando saberes não hegemônicos advindos dos sujeitos com os quais se trabalha. A ATER, nesse contexto, é efetiva quando é capaz de homogeneizar as formas de se fazer agricultura.

Nos anos 90, com a crise do que se considerava o “milagre brasileiro”, ocorre a desestruturação de muitos setores ligados ao Estado, entre eles, a ATER. Nesse contexto é extinta a EMBRATER. Surgem, dessa forma, outras iniciativas que envolvem a ATER, relacionadas a outros atores sociais, como municípios e organizações não-governamentais. Ainda no âmbito do governo Federal, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) cria um programa denominado Lumiar para assistência técnica aos assentados da reforma agrária. A partir de 2002, no governo Lula, o debate sobre ATER se intensifica no sentido de uma “Nova Extensão Rural”. Tal debate culmina no desenho de uma política específica, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, criada em 2003 (ALMEIDA, 2010). A PNATER tem por objetivo central:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade” (MDA, 2004 apud ALMEIDA, 2010).

A política em questão, já surge com uma forte crítica ao processo de Modernização Agrícola. O texto da política deixa claro que existem vários problemas com o modelo

do difusionismo, com a ideia de que é preciso “superar os atrasos no campo”. Dessa forma, propõe uma nova forma de lidar com a ATER:

A nova Ater nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de Ater baseados no difusionismo, pois só assim o Estado poderá oferecer um instrumento verdadeiramente novo e capaz de contribuir, decisiva e generosamente, para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que além de sustentáveis possam assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana (MDA, 2007).

Essa nova forma inclui o reconhecimento e valorização de saberes populares, ocultados pela lógica da modernização. Caporal (2006) argumenta que não se trata de um rompimento completo com a teoria difusionista, mas que deverá existir o esforço em dar mais lugar ao saber popular, através de metodologias participativas que favoreçam também a criação de novos saberes:

A teoria da Difusão de Inovações (ROGERS, 1969; 1995) não perde sua vigência, não obstante, ela deve deixar de ser usada na perspectiva da “persuasão”, da “educação bancária”, da “alienação”, (FREIRE, 1982; 1983), da pseudo superioridade do conhecimento científico sobre o saber popular, para dar lugar a novas formas e novos conteúdos desta intervenção. Deve-se adotar, necessariamente, metodologias participativas que ajudem a democratizar a relação entre extensionistas e agricultores. Ao contrário dos métodos que geram dependência e alienação, deverão ser adotadas metodologias que possam contribuir para o “empoderamento” dos atores sociais. Estas formas de intervenção devem favorecer o estabelecimento de plataformas de negociação entre técnicos e agricultores que permitam a construção de saberes novos e mais compatíveis com a vida real das populações envolvidas (CAPORAL, 2006 p.1)

Como é possível observar, a PNATER representa uma mudança de concepção em relação à ATER tal como concebida no contexto na modernização agrícola. Tal mudança de concepção vem principalmente em decorrência da interação entre os setores públicos envolvidos com a ATER e as organizações e movimentos sociais, com destaque para o movimento agroecológico. Tal interação é possibilitada na interação de saberes e capaz de construir novos saberes e diálogos. É importante ressaltar que mesmo com a orientação diferenciada fornecida pela PNATER, as mudanças na ATER estão fortemente subordinadas à formação dos profissionais e à internalização pelos setores que prestam o serviço. Dessa forma, apesar das grandes mudanças no campo da legislação, a implantação da “nova ater” encontra inúmeros desafios em sua aplicação prática.

Paulo Freire, em sua obra *Extensão ou Comunicação?*, de 1969, já tratava dos

dilemas da chamada extensão rural. Tal obra foi apontada durante etapa de campo como fundamental para o surgimento do que hoje conhecemos como movimento agroecológico. Para entendermos melhor as origens dessa mudança e como ela contribui para o rompimento com a colonialidade do saber, traremos no próximo subcapítulo o debate acerca da extensão rural e a educação popular, tendo como foco a obra citada anteriormente de Paulo Freire.

2.3 - Extensão Rural e Educação Popular: reconhecimento, valorização e diálogos de saberes

Em um seminário de planejamento da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), ocorrido em fevereiro de 2015, no Rio de Janeiro, lembro-me¹⁰ bem nitidamente do momento em que, em um dos intervalos, conversava sobre a pesquisa com a Professora Irene Cardoso, quando disse sobre ter interesse em refletir também sobre os marcos bibliográficos da consolidação da perspectiva do diálogo de saberes. Perguntei a ela quem era a referência teórica para o diálogo de saberes/educação popular na agroecologia no Brasil. Nesse momento, Irene respondeu prontamente: “Paulo Freire”. Na sequência chamou Maria Emília¹¹, então presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que estava nas proximidades, e repetiu a pergunta, complementando: “*Extensão ou Comunicação?* do Paulo Freire! O primeiro né?”, e Maria Emília concordou sem hesitar. Após esse primeiro episódio, durante a realização das conversas sobre a pesquisa e entrevistas, os sujeitos constantemente também faziam considerações parecidas sobre a relevância dessa obra para a consolidação da crítica e para a perspectiva da dialogicidade na construção de propostas alternativas para a agricultura no Brasil.

Para chegarmos ao aprofundamento dos dados empíricos, faremos antes uma breve passagem pelos principais pontos tratados nessa obra.

O livro em questão foi publicado pela primeira vez em 1969, no Chile. A principal problemática é a comunicação entre saber técnico e saber camponês, e a

¹⁰ A partir desse momento no texto, necessito utilizar a primeira pessoa do singular com alguma frequência como forma de expressar fatos e dinâmicas observados em campo.

¹¹ Ambas as mulheres citadas participam na ANA desde sua fundação e mesmo anteriormente tinham vínculos com as movimentações referentes à agricultura alternativa e o Projeto Tecnologia Alternativas (PTA) inicialmente ligado à FASE.

denominação de *extensão* para um trabalho que, para o autor, remete ao de um educador. Começando por uma análise etimológica, Freire nos mostra que o termo *extensão* traz enormes limitações para designar o que seria, de fato, o trabalho do agrônomo em campo.

Para realizar essa reflexão, é usada a ideia de “campos associativos”, ou seja, o que se relaciona a uma determinada estrutura linguística. No caso do termo *extensão* são elencadas relações como *transmissão*, *entrega*, *doação*, *messianismo*, *mecanicismo*, *invasão cultural*, *manipulação*, entre outros. Daí é possível elaborar que a ideia de extensão, em seu campo associativo, remete a algo como levar um conteúdo capaz de “normalizar” o que é inferior, o que é provido de “faltas”. Há um vetor claro na transmissão do que é considerado saber. Ao sujeito que recebe, é praticamente negado o potencial de ação ou reflexão transformadora no mundo. A ideia de persuasão e convencimento do agrônomo, também no campo associativo, no caso da Extensão Rural, impossibilita pensarmos tal ação enquanto educativa, se tomarmos a educação como prática da liberdade. Freire considera, assim, um dilema fundamental para o agrônomo chamado “extensionista”:

Tal é o dilema do agrônomo extensionista, em face do qual precisa manter-se lúcido e crítico. Se transforma os seus conhecimentos especializados, suas técnicas, em algo estático, materializado e os estende mecanicamente aos camponeses, invadindo indiscutivelmente sua cultura, sua visão de mundo, concordará com o conceito de extensão e estará negando o homem como um ser da decisão. Se, ao contrário, afirma-o através de um trabalho dialógico, não invade, não manipula, não conquista; nega, então, a compreensão do termo extensão (FREIRE, 1983, p.34).

Durante a pesquisa, Freire pôde interagir com muitos agrônomos extensionistas. Nesses contextos, percebe, no discurso da maioria deles, que o argumento central para que não exerçam, em campo, a dialogicidade de saberes é a inviabilidade e, quando cogitam a viabilidade a negligenciam pela lentidão. Ou não reconhecem o saber do agricultor, ou não o consideram cognoscível.

Quando perguntados sobre a viabilidade da dialogicidade, muitos, em pronto respondiam que eram os camponeses que não se colocavam para o diálogo, uma espécie de mutismo por parte dos mesmos. Freire argumenta enfaticamente que o que parece um mutismo por não “ter conhecimentos” se trata de um condicionamento histórico-sociológico pelo qual esses sujeitos passaram e passam. Com isso, muitos agrônomos reforçam a ideia da *extensão* como depósito de conhecimentos. Na visão de Freire:

Não há que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação. Ainda quando, para nós, o trabalho do agrônomo-educador se restringisse apenas à esfera do aprendizado de técnicas novas, não haveria como comparar a dialogicidade com a antialogicidade. Toda demora na primeira, demora simplesmente ilusória, significa um tempo que se ganha em solidez, em segurança, em autoconfiança e interconfiança que a antialogicidade não oferece (FREIRE, 1983, p.38).

As defesas da dialogicidade contidas na obra foram de enorme importância para o fortalecimento da crítica à modernização agrícola e as reflexões, principalmente de agrônomos, sobre a necessidade de uma nova relação com os camponeses, com o trabalho de extensionistas e com o modelo de agricultura favorecido pela modernização. Também com essa influência surgiram mobilizações que desembocam atualmente na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), mas antes de chegar a esse formato, alguns processos, debates e acontecimentos marcaram a trajetória de cerca de 35 anos de construção do movimento agroecológico no Brasil.

Desde as primeiras aproximações com a ANA, percebo a centralidade do termo Educação Popular. Os entrevistados dessa pesquisa relacionavam, com frequência, a ideia da Extensão Rural com base na Agroecologia aos princípios e práticas da Educação Popular. Nos encontros e seminários que participei desde 2010, na maioria das vezes, há espaços reservados para o debate das práticas das organizações em Educação Popular¹². Nas entrevistas, o termo “educação popular” aparece inúmeras vezes nas falas, atribuído também à contribuição de Paulo Freire e da influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹³. É considerada uma das bases da Agroecologia. Trago aqui de forma rápida uma conceituação do termo com base em, além de Paulo Freire, dois autores que compartilharam dessas reflexões: Adriano Nogueira e Carlos Rodrigues Brandão.

Na obra *Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular*, publicada pela primeira

¹² Participei como organizadora no Seminário de Educação Popular em 2011, como membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEA-UFES). Nesse seminário, uma série de organizações do estado do ES (Regional da Associações de Centros de Educação Familiar de Formação em Alternância do Espírito Santo - RACEFFAES, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Núcleo de Educação de Jovens e Adultos - NEJA, Pró-Jovem Campo, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Federação dos órgãos em Assistência Sócio-Educacional - FASE, Associação de Programas em Tecnologias Alternativas - APTA, Rede de Educação Popular – RECID) compartilharam e debateram suas prática em Educação Popular.

¹³ A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a implantação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na década de 70, período de feroz repressão do regime militar, também favoreceu o estabelecimento em meio às comunidades rurais de discussões contínuas e sistemáticas acerca das dificuldades sociais impostas pelos rumos das dinâmicas de transformação no campo (LUZZI, 2007, p.13)

vez em 1989, Paulo Freire e Adriano Nogueira¹⁴ estabelecem diálogos a partir de questões pertinentes à Educação Popular. Ao tratar da função daquilo que escrevem para as transformações sociais, o papel da ciência, da pesquisa e do pesquisador, Freire faz a seguinte consideração: “Estaremos contribuindo em mais espaços (da vida política), ao saber que os grupos populares já sabem. Construindo juntos, saberemos melhor.” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p.37). Carlos Rodrigues Brandão¹⁵ escreve o prefácio do livro citado acima em 1983 e em seu texto *O que é Educação Popular?*, publicado em 1984 dialoga com Alfonso Castilho e Pablo Latapi para relacionar a proposta da Educação Popular à valorização de saberes ocultados e/ou marginalizados na modernidade:

As maiorias sociais não se encontram “marginalizadas”, mas exploradas e oprimidas. As nações do Terceiro Mundo não são atrasadas e primitivas, senão que dependentes e radicalmente distintas. As soluções não podem ser transportadas e adaptadas dos países industrializados e ‘desenvolvidos’. Pelo contrário, esta posição (a da educação popular) aponta para uma profunda fé nas potencialidades e na riqueza das pessoas exploradas, sistematicamente depreciadas. A construção de uma sociedade em que os oprimidos sejam os sujeitos de seu próprio processo libertador é o objetivo global desta busca utópica (Alfonso Castilho e Pablo Latapi, *Educación No-Formal de adultos em América Latina*, pp. 13-14 *apud* BRANDÃO, 1984).

Ao lançar luz sobre saberes ocultados pela lógica da supremacia da ciência moderna, a proposta da Educação Popular encontra convergências com a ideia do pensamento pós abissal, formulado posteriormente por Boaventura de Sousa Santos. Se a centralidade está na valorização dos saberes de sujeitos oprimidos, historicamente depreciados, representa então um rompimento com a linha que “separa os dois lados”, e que delimita o conhecimento válido. Da mesma forma, representa uma proposta de diálogos de saberes na medida em que sugere a diversidade de saberes no processo de construção do conhecimento.

Tanto Freire, como Nogueira e Brandão, apesar de realizarem esforços de definição da Educação Popular, pontuam que a mesma se constrói cotidianamente nas práticas de organizações, movimentos e sujeitos que se dispõem a considerar a diversidade e relevância dos saberes populares na construção de alternativas para

¹⁴ Professor universitário de Filosofia, desde há muito engajado em movimentos de Educação Popular.

¹⁵ Licenciado em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1965); mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1974). Doutor em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (1980); livre docente pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou pós-doutorado na Universidade de Perugia e na Universidade de Santiago de Compostela. Fonte: (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780720Y4>)

os processos educativos e para a sociedade em geral.

Esclareço aqui, como recurso para otimizar a compreensão da forma como serão trabalhados os dados empíricos, como se deram as dinâmicas do trabalho de campo. Como já citado no tópico *Metodologia*, desde 2010 participo de encontros, seminários, congressos, simpósios e oficinas organizados pela ANA e/ou parceiros. No contexto desses eventos estive em intercâmbios e caravanas agroecológicas, assim especificamente chamados, e vivenciei também diferenciados momentos nos quais as dimensões da troca e não-hierarquização de saberes assumem centralidades.

Particpei em 2014, da construção do III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), realizado entre os dias 16 e 19 de maio em Juazeiro – BA. Compus a comissão organizadora enquanto membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Fui facilitadora em um Seminário que ocorreu durante o III ENA intitulado: “Conflitos e Injustiças Ambientais”. Apesar de já ter participado em outros espaços da ANA desde 2010, por ser esse o evento nacional mais recente e pela profundidade da inserção, utilizarei das observações e registros desse encontro para detalhar práticas e metodologias de articulação e construção da Agroecologia. Faço uso da observação participante, tendo foco nas dinâmicas de construção que envolvem interação entre saberes, tanto técnicos e populares, como os saberes específicos das formas e temáticas das organizações presentes nos espaços.

Quando digo das trocas entre organizações, me refiro a situações nas quais cada rede, movimento ou ONG interage a partir de seus saberes específicos, em processo de diálogo de convergências. Como exemplo, podemos pensar a discussão em torno da comercialização da produção de alimentos agroecológicos. Quando debatida no contexto da diversidade de organizações geralmente contidas nos espaços da ANA, conta com saberes aprofundados acerca de, no mínimo, três dimensões inter-relacionadas da comercialização dos produtos agroecológicos: a Agroecologia, pelas ONGs e movimentos que trabalham especificamente essa temática dentro da ANA; a Economia Solidária, a partir do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); e a Segurança Alimentar a partir do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). A diversidade organizacional e temática possibilita o enfoque sistêmico da Agroecologia com base na troca de saberes acumulados ao longo da trajetória das organizações, redes e

movimentos sociais. Mais adiante esses momentos serão trabalhados de forma mais aprofundada.

Entre maio e setembro de 2015¹⁶, realizei outra etapa de campo. Nesse momento, a preocupação era, além da coleta de dados por entrevistas, o exercício de ajuste da metodologia na busca de superar, em partes, as colonialidades na produção de conhecimento. Foram entrevistados nesse período, quatro sujeitos envolvidos, desde o início, na construção da ANA. Em diferentes intensidades, todos participaram também das mobilizações pela Agricultura Alternativa na década de 80 e começo dos anos 90 e estavam conectados ao Projeto Tecnologias Alternativas, surgido na FASE em 1983.

Antes de iniciar as entrevistas, realizei em todos os casos uma explicação de como vem se construindo meu trabalho, seguida da escuta dos comentários feitos por eles sobre os temas e abordagens. Na maioria dos casos, esses comentários já vinham seguidos de uma narrativa sobre momentos importantes na consolidação da perspectiva de interação de saberes no movimento agroecológico. Logo esclarecia que gostaria de saber, sob o ponto de vista deles, os marcos do surgimento e consolidação dessa perspectiva desde a década de 80. Daí vieram narrativas, cronológicas ou não, que nos auxiliam a entender o fortalecimento da perspectiva de valorização da diversidade de saberes na Agroecologia, no contexto do movimento agroecológico, e as origens na Agricultura Alternativa. Começaremos por essa trajetória, remontada também com o auxílio dos anais dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs) e posteriormente dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs)¹⁷.

2.4 – Perspectiva da Ecologia de saberes na trajetória do movimento agroecológico no Brasil

No presente subcapítulo trataremos da trajetória do movimento agroecológico no Brasil, com destaque para momentos que os entrevistados elencaram como marcos

¹⁶ Cito esse período, mas três, das quatro entrevistas, tiveram um grande espaçamento de tempo, principalmente pelas demandas referentes às etapas do campo que envolveram a participação na construção de eventos junto a sujeitos e organizações da ANA. Reflito que era possível fazer outras, mas senti a necessidade de, durante o processo de observação que envolveram as construções de eventos, me focar na observação e não figurar tão fortemente como pesquisadora com entrevistas formais.

¹⁷ Ao todo foram realizados 4 EBAAAs entre 81 e 89 e 3 ENAs entre 2002 e 2014.

na consolidação da perspectiva de valorização e não-hierarquização de saberes.

2.4.1 – Os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (1981 a 1989)

As mobilizações em torno do tema da Agricultura Alternativa surgem da crítica ao processo de modernização agrícola e a busca por alternativas ao modelo de agricultura favorecido por esse processo. Inicialmente, as mobilizações, como os já citados EBAA, são puxadas por organizações de agrônomos e de estudantes de Agronomia (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB e a já extinta Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEAB). Nesse contexto compreende-se melhor a centralidade da obra de Paulo Freire supracitada, que tem como foco a ação dos chamados agrônomos extensionistas. Maria Emília Pacheco, quando entrevistada, caracteriza esse movimento da seguinte forma: “EBAA se caracterizam como movimentos na Universidade de contestação que começaram a questionar os impactos dessa agricultura que vinha sendo disseminada (Maria Emília Pacheco, em entrevista concedida no dia 30/07/2015)”.

Apesar de já ter ouvido algumas histórias em espaços formais e informais sobre os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, quatro no total, ocorridos entre os anos de 1981 a 1989, nas entrevistas foi possível ampliar os entendimentos acerca dos marcos, nesse período, referentes à perspectiva de diversidade, interação e valorização de saberes. Nas referências bibliográficas, tanto em artigos e livros produzidos pelas organizações que compõem a ANA, quanto nos anais de encontros, alguns detalhes importantes pra nossa análise não aparecem.

Como exemplo, e para chegarmos a mais um marco, compartilho aqui que, a partir das leituras, imaginava que um grande marco seria o IV EBAA (Porto Alegre, 1989), que não teve anais e se encerrou com um profundo desacordo sobre o rumo da Agricultura Alternativa.

Uma das questões centrais era se os debates e encontros seguiriam a lógica de discussão entre especialistas e acadêmicos majoritariamente, ou se era necessário favorecer a maior participação de agricultores também como produtores de conhecimento (LUZZI, 2007). Na primeira conversa sobre a dissertação com Irene

Cardoso e Eugênio Ferrari¹⁸, logo me alertaram de forma enfática que o IV EBAA foi um reflexo do III EBAA, esse sim um momento de destaque, no qual houve um episódio marcante no que diz respeito à valorização do saber camponês, que envolvia um sujeito chamado Padre Justino¹⁹, membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A história ficou mais clara e detalhada quando da entrevista com Edmar Gadelha²⁰, atualmente assessor da presidência da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - *EMATER-MG*. A partir dos registros do III EBAA, foi possível perceber que o encontro, realizado em 1987, em Cuiabá – MT, foi um marco no fortalecimento da crítica ao que nessa pesquisa chamamos colonialidade do saber e no fortalecimento da valorização do saber camponês. Antes de chegar ao fato que me foi contado nas entrevistas, compartilho alguns destaques oriundos dos registros escritos do encontro. Do ponto de vista do conteúdo planejado dos debates, os quais tive acesso através dos anais, destaco aqui o Painel “Perspectivas da Agricultura Alternativa” no qual, durante a exposição, Horácio Martins de Carvalho²¹ faz a seguinte consideração:

O paradigma da ciência oficial que conduz à homogeneização, que induz imediatismo, repousa numa concepção alienada de que o homem domina a natureza e, portanto, pode fazer dela o que ele quer. Tornando exclusiva a ciência oficial, considerar as demais formas de pensar a vida como marginais, tanto assim que as instituições oficiais de pesquisa não aceitam as teses da biodinâmica; não aceitam como não aceitou a medicina, as teses da homeopatia, as da farmacologia popular; não aceitam as teses muitas vezes, da agricultura orgânica, biológica e ecológica. Não aceitam teses de concepção da ciência diferentes daquelas que hoje estão vigendo dentro da evolução científica e tecnológica propiciada pelo capital (CARVALHO, 1987)

O painel em questão contava com a presença de dois agrônomos (Horácio Martins de Carvalho e José Graziano da Silva), um representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT (Paulo Roberto Farina) e um representante da CONTAG

¹⁸ Irene Cardoso é professora da Universidade Federal de Viçosa, do Departamento de Solos e Presidenta da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e Eugênio Ferrari é professor na mesma Universidade no Departamento de Licenciatura em Educação do Campo. Ambos participaram das movimentações referentes à Agricultura Alternativa e atualmente fazem parte da ANA.

¹⁹ Padre Holandês, residente em Campo Belo, sul de Minas Gerais, membro da Comissão Pastoral da Terra.

²⁰ Formado em Ciências Sociais, participou do projeto PTA-FASE, sendo contratado em 1986 e até 2001 esteve em organizações oriundas desse projeto, por mais tempo nas de Minas Gerais. Entrevistado por mim em 21/07/2015, em Belo Horizonte.

²¹ Engenheiro agrônomo formado pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil e especialista em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É membro do Conselho da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, onde também foi presidente.

(Ezídio Pinheiro). Na fala citada acima, aparece já uma crítica à ciência moderna como padrão único da legitimidade, ainda assim, nesse encontro a participação numérica de agricultores girava em torno de 7,5% do número total de participantes. Os demais eram, em grande parte, sujeitos ligados à Universidade. Mesmo não nos limitando a pensar os números, essa porcentagem deixa clara que se tratava de um debate majoritariamente voltado para a academia.

Ainda nos registros de debates, outra passagem chama a atenção. Se trata da exposição de Jean Marc Von Der Weid²², no painel “Caminhos para o movimento de Agricultura Alternativa”. Em sua fala, Weid pontua que reconhece duas vertentes nas mobilizações por Agricultura Alternativa, uma mais ligada à crítica ao modelo de desenvolvimento agroindustrial num contexto de ditadura militar, e outra dos mais jovens, que tendo vivenciado a repressão, optam por romper com o padrão de consumo imposto e buscam viver e criar seus filhos de forma mais natural, o que não parece possível na sociedade urbana-industrial. A passagem que destacarei, diz respeito ao reconhecimento da diversidade de sujeitos envolvidos na construção da proposta alternativa para a agricultura no Brasil e, portanto a necessidade de diálogo entre essas diferentes formas de estar no mundo e de produzir saberes. Nas palavras de Weid:

Existem ainda diferenças do ponto de vista de classe, trabalhadores vivendo determinado tipo de experiência que é a sobrevivência pelo seu trabalho na terra. Intelectuais e profissionais que sobrevivem do exercício de seus conhecimentos aprendidos nas universidades. Pesquisadores, consumidores urbanos por outro lado, que tem outra maneira de proceder e pensar. Há uma grande diversidade neste movimento e devemos respeitá-lo, devemos conhecê-lo para respeitá-lo (WEID, 1987)

Chegamos agora ao acontecimento, também durante o III EBAA, citado por Irene Cardoso e Edmar Gadelha e também enfatizado por ambos como marco para as construções relacionadas à transmissão de saberes no âmbito da ANA. Enquanto aconteciam os painéis e debates, Padre Justino, membro da CPT, percebendo a falta de espaço para o diálogo com o saber camponês e para que os camponeses presentes pudessem conversar entre si, reuniu os agricultores e foram para baixo de uma árvore, numa espécie de evento paralelo no qual os agricultores poderiam conversar e trocar experiências. Esse momento é relatado como extremamente relevante e inspirador para a corrente que defendia a necessidade de maior

²² Economista, atualmente Coordenador de programa da AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

protagonismo dos camponeses e do diálogo entre distintos saberes. Esse episódio marca também de forma simbólica a necessidade de maior aprofundamento na metodologia “camponês a camponês”²³, que na época já vinha sendo utilizada em vários países da América Latina. Segundo artigo de Marília Fontes, Pedro Siqueira, Jorge Rabanal, Fernanda Montalvan, Karoline Ferreira e Edmar Siqueira, publicado em 2013 nos anais do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), a ideia central dessa metodologia é de que:

o camponês que já tem alguma experiência com a agroecologia e desenvolve soluções, transforma-se em promotor das suas práticas e a partir de intercâmbios com visitas recíprocas, ocorre a construção e troca do conhecimento agroecológico (FONTES et al, 2013, p.3)

Considerar essa perspectiva significa reconhecer o camponês como produtor e transmissor de conhecimento e ainda defender a efetividade de um diálogo entre agricultores no sentido da construção da Agroecologia. Tira do técnico/acadêmico a exclusividade na transmissão de saberes. Dessa forma, a intervenção de Padre Justino, e também o destaque nas narrativas até os dias atuais, representa um rompimento com a Colonialidade do Saber e um passo na direção da Ecologia de Saberes, no contexto do movimento agroecológico.

Pontuo aqui, que em 1983 surgia o Projeto Tecnologias Alternativas, escrito inicialmente por Jean Marc Von Der Weid e Silvio Gomes de Almeida²⁴. O projeto foi desenvolvido pela Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE), uma organização não governamental, fundada em 1961 em seis estados do Brasil: Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso, Pará e Rio de Janeiro, onde se localiza a sede nacional²⁵.

Por volta de 1988, devido às proporções que o projeto havia alcançado, a FASE propôs que houvesse um processo de desvinculação do PTA, em comum acordo com os sujeitos e organizações envolvidas. Dessa forma, a coordenação do PTA propôs a construção de um encontro para que se discutissem os rumos do projeto. O encontro aconteceu em dezembro de 1988. Em publicação de 1989 do PTA-FASE, a definição do projeto foi feita da seguinte forma:

²³ As primeiras aplicações da metodologia são dos anos 1920 na China. Nas últimas três décadas, a metodologia foi aplicada sobretudo na América Central e do Sul, com o movimento mais forte de “campesino” na América Central.

²⁴ Economista, coordenador executivo da ONG AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, originada do Projeto PTA-FASE.

²⁵ Informações retiradas do site: <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=10>.

O PTA é uma entidade de apoio e assessoria aos movimentos populares organizados nas questões relativas ao modelo agrícola, tendo como eixo específico o resgate, geração e difusão de tecnologias alternativas. A natureza do PTA é a de uma rede articuladora de entidades e movimentos, orientada para a formulação de propostas, o intercâmbio e capitalização de experiências e o trabalho de formação e informação (PTA/FASE, 1989b: 07, apud LUZZI, 2007, p.54)

Dentre a diversidade de propostas em relação ao desenvolvimento do campo no Brasil, para além da hegemônica, o PTA defendia a ideia de favorecer a maior participação dos agricultores.

A proposta do PTA, segundo Jean Marc Von Der Weid (entrevista 2007), era de mudança na estrutura do encontro visando dar espaço para os agricultores falarem de suas experiências, suas práticas e suas dificuldades (LUZZI, 2007, p.33).

O projeto se inicia nos estados onde a FASE atuava (Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso, Pará e Rio de Janeiro, onde se localiza a sede nacional). Pela dispersão no Brasil, o projeto era constituído pela formação de equipes locais que se articulavam em rede. A Rede PTA, composta pelas organizações advindas do projeto e parceiros locais, surge também em 1983, porém um pouco depois do projeto, em um Seminário em Campinas que contou com cerca de 100 pessoas, representando diversas experiências na construção da Agroecologia no Brasil. Em 1988 a rede já se fazia presente em 10 estados nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

As organizações associadas à Rede PTA introduziram no intenso debate que então se travava sobre a agricultura alternativa o tema “dos agricultores como agentes de transformação social” e, associado a ele, a preocupação com “a valorização do conhecimento popular”. (PETERSEN; ALMEIDA, 2006, p.21)

Boa parte dos sujeitos envolvidos nesse projeto participaram dos EBAA's, acompanharam os debates e defendiam a ideia de que era necessário maior protagonismo do agricultor familiar e o desenvolvimento, a partir dessa interação, de Tecnologias Alternativas para a agricultura no Brasil. Sobre o termo Tecnologias Alternativas (TA), Edmar Gadelha comenta durante a entrevista: “Quando surge, a idéia é descobrir tecnologias pontuais”, e cita os quatro Cs, que representavam a investida-foco dessa iniciativa: Cobertura morta, Curvas de nível, Caldas e Compostagem. Mais tarde aparecem mais dois Cs: Crioula (em referência à semente) e Controle biológico. Todas faziam referência a técnicas alternativas de

cultivos em Agroecossistemas, que não envolvem a compra ou uso de insumos químicos industrializados. Mesmo que tratados de forma pontual, Gadelha acrescenta que a perspectiva do Intercâmbio de saberes e valorização do saber camponês, focado em recursos e capacidades sócio-organizativas locais, mesmo que centrada nas tecnologias, tem força desde o começo do projeto PTA.

O quarto e último EBAA acontece em 1989, em Porto Alegre – RS, e devido, principalmente, às divergências sobre a continuidade do processo, não teve anais publicados. Segundo Nilsa Luzzi (2007):

No IV EBAA (1989), que teve a participação de cerca de 4 mil pessoas, as divergências afloraram e não foi possível construir nenhum consenso. Houve discordâncias entre os membros da direção do movimento de agricultura alternativa e muitas críticas à organização do evento. Foi o único Encontro que não teve publicação nos Anais (não teve nenhum registro escrito), inclusive alguns estudos acadêmicos nem citam a sua existência, e devido a estas divergências, o movimento acabou por se dispersar (LUZZI, 2007, p.33)

A partir de então, a expressão desse processo que envolveu os EBAA's, de forma articulada, no Brasil, se dá em grande parte através da Rede PTA. Assim, nessa pesquisa, foram entrevistados sujeitos que compuseram e/ou estiveram próximos da rede. É no contexto dessa articulação, que surge posteriormente (em 2002) a ANA. Portanto, na cronologia dessa pesquisa, após 1989, ajustamos o foco para a Rede PTA, que nesse mesmo ano deixa de fazer parte da FASE, pela dimensão que havia tomado. Em decorrência da natureza das propostas, voltadas para saberes locais, a rede era conhecida como “vertente social das tecnologias alternativas” (PETERSEN, 2006).

2.4.2 – A contribuição da Rede PTA para o diálogo de saberes na Agroecologia

A publicação de Miguel Altieri, intitulada *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa* (1989)²⁶, aparece tanto nas entrevistas como nas publicações de organizações da ANA também como um marco bibliográfico para a consolidação da perspectiva da valorização do saber popular na chamada Rede PTA. O ponto central é a valorização das *agriculturas tradicionais*, como a principal fonte de

²⁶ Em 2002 o mesmo autor publica “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável”.

tecnologias e saberes sustentáveis. Edmar Gadelha aponta o livro em questão como responsável pelo que descreve como “salto da agricultura alternativa para a perspectiva agroecológica”.

Paulo Petersen e Sílvia Gomes Almeida (2006) relatam um dos aspectos centrais da contribuição da experiência da Rede PTA, local e nacionalmente, para avanços do diálogo de saberes na Agroecologia:

Os métodos de trabalho adotados expressavam claras contradições: por um lado, incorporavam o viés dos enfoques convencionais fundados na lógica de transferência de tecnologias; por outro, continham os germes de uma ruptura com esses enfoques. A proximidade física e a convivência com as comunidades jogavam um papel fecundador das reflexões sobre abordagens metodológicas. Permanentemente submetidas às evidências da realidade próxima, as equipes se viam estimuladas a refletir sobre suas estratégias de intervenção. Além disso, a existência de uma rede nacional dinâmica que estimulava a troca de conhecimentos a partir das experiências locais criou um ambiente fermentador de idéias que favoreceu que os enfoques metodológicos adotados fossem aos poucos sendo criticados e modificados (PETERSEN, 2006, p.24).

Quanto à trajetória do PTA, Eugênio Ferrari e Irene Cardoso, na entrevista piloto, tecem uma linha com momentos importantes entre 1989 e 2002. Entre 89 e 91, quando também indicam como momento de “guinada da tecnologia alternativa para a agroecologia”, atribuem tanto essa guinada, como a intensificação das trocas entre organizações ao contato e intercâmbio com organizações de outros países da América Latina. Edmar Gadelha também faz referência a esse como um período em que muitos saíram para fazer cursos em outros países e “passam a ter contato com conceitos mais amplos”. Outro fato destacado por eles foi a realização do primeiro Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas (DRPA). No campo das metodologias, a incorporação do DRPA é considerada um grande passo na viabilização da interação entre distintos saberes. Trata-se de uma metodologia de planejamento participativo constituída de diversas etapas que permitem o conhecimento sistematizado do Agroecossistema, estudado a partir diferentes visões. Em sintonia com a ênfase dada pelos sujeitos entrevistados à incorporação dessa metodologia, Paulo Petersen e Sílvia Almeida (2004) fazem as seguintes considerações sobre o papel do DRPA:

Tendo o agroecossistema como unidade básica para a organização dos conhecimentos e como objeto de intervenção dos programas de desenvolvimento, esses diagnósticos foram implementados em parceria com organizações locais de agricultores. Se por um lado os DRPAs (diagnósticos rápidos participativos de agroecossistemas) permitiam a elaboração de uma leitura crítica da realidade compartilhada pelos

assessores técnicos e pelas lideranças locais, por outro, o fazia a partir de intensos processos de mobilização das famílias e comunidades integrantes da base das organizações locais parceiras. A combinação dessas qualidades fez com que os DRPAs realizados em diferentes contextos assumissem um papel destacado na elaboração dos programas participativos voltados para o desenvolvimento local (PETERSEN, 2006, p. 35).

Irene Cardoso conta que o primeiro DRPA ocorreu no Vale do Xopotó, na Zona da Mata Mineira, em 1990, numa área de produção de hortaliças. O segundo com parceiros do Maranhão, nas comunidades de Alcântara. Paulo Petersen e Silvio Almeida (2004) apontam as origens do DRPA e das primeiras inserções no Brasil:

Inspirado nas referências teóricas da metodologia do *Rapid Rural Appraisal* (RRA), da escola inglesa de desenvolvimento rural, e do enfoque *Recherche Development*, da escola francesa, o método do DRPA foi sendo ajustado pouco a pouco a partir de sua experimentação por diferentes ONGs do Nordeste, do Sudeste e do Sul do país (PETERSEN, 2006, p.35).

A partir dos anos 90 intensificam-se as publicações que refletem sobre as experiências com metodologias que viabilizam e potencializam a interação não-hierarquizada entre saberes. Maria Emília Pacheco, durante a entrevista realizada no dia 30/07/2015, após ouvir a apresentação de minha proposta de pesquisa, ressaltou a importância de um artigo publicado por Irene Cardoso e Eugênio Ferrari (ambos entrevistados por mim anteriormente) sobre a Construção do Conhecimento Agroecológico. No momento, ela não se lembra do título, mas me recomenda de forma enfática que procure em momento posterior. O artigo foi publicado na Revista *Agriculturas*, v. 3, nº 4, de dezembro de 2006 e é intitulado: *Construindo o conhecimento Agroecológico: trajetória de interação entre ONG, Universidade e organizações de agricultores*.

No artigo, os autores tratam da experiência de interação entre o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA-ZM)²⁷, alguns departamentos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e organizações de agricultores da Zona da Mata Mineira. Em sua fase inicial, na década de 80, o CTA-ZM já fazia críticas à lógica da modernização agrícola e da forma como era

²⁷

O Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM) é uma ONG com raízes no Projeto PTA e na Rede PTA. Fundado em novembro de 1987 por lideranças sindicais, agricultores/as familiares e profissionais das ciências agrárias. Em 1989, o CTA se integrou à Rede PTA. Tem como objetivos: “Promover a agroecologia como ciência, prática e movimento, contribuindo para o fortalecimento das organizações, a equidade nas relações de gênero e gerações e a melhoria da condição de vida das famílias agricultoras, em todas as suas dimensões: econômica, social, ambiental, política e cultural”, disponível em: www.cta.org.br, acesso em 14/01/2016.

concebida a transmissão de conhecimentos na ATER, porém não tinha como foco, naquele momento, as questões metodológicas que envolviam a transmissão de conhecimento. A valorização dos conhecimentos dos agricultores era uma referência importante no trabalho, como na preocupação em sistematizar tecnologias populares (alternativas) e disseminá-las, porém não se sabia bem como integrá-los aos processos de pesquisa e inovação. Segundo Cardoso e Ferrari, esse entrave se dava:

Entre outras razões, por não permitirem o estabelecimento de relações de poder mais horizontais entre assessores e agricultores. Apesar do respeito à cultura popular, o protagonismo do processo permanecia com os técnicos (CARDOSO; FERRARI, 2006, p. 29)

A mudança para o enfoque no trabalho integrado, no que diz respeito à valorização do saber dos agricultores, tem o protagonismo da inserção e utilização dos DRPAs. Com a realização dos diagnósticos foi possível interagir saberes técnicos e populares na busca dos entraves e potencialidades das áreas que trabalhavam. No ano de 1993, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araponga solicitou uma assessoria ao CTA-ZM para a realização de um diagnóstico de agroecossistemas no município. O diagnóstico revelou duas preocupações principais dos agricultores: o enfraquecimento da terra agrícola e a preocupação com a criação do Parque da Serra do Brigadeiro, que acarretaria desapropriação de centenas de famílias.

A partir daí foram criadas duas comissões compostas por agricultores, técnicos do CTA-ZM e professores do Departamento de Solos da UFV: a Comissão Terra Forte, que estimulou experiências para o controle da erosão e reposição de nutrientes nas terras enfraquecidas²⁸; e a Comissão do Parque, que estimulou processos de mobilização dos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios do entorno sobre a criação do Parque da Serra do Brigadeiro e teve como resultados a não desapropriação das famílias e a criação participativa do parque, um episódio considerado inédito naquela época.

Outro destaque no sentido do diálogo de saberes apontado no artigo é o monitoramento permanente das ações. Em Araponga, após essa primeira experiência de interação, os sujeitos e organizações envolvidos realizaram, com apoio do International Institute for Environment and Development (IIED), um curso

28

Destacam-se as inovações que envolvem o cultivo da cana de açúcar em cordão em volta do cafeeiro e a roçagem da vegetação espontânea (CARDOSO; FERRARI, 2006)

com o objetivo de “aprimorar as capacidades dos agricultores(as) para registrarem e analisarem mudanças ocorridas em suas propriedades após a incorporação de inovações agroecológicas” (CARDOSO; FERRARI, 2006, p.30). A partir do monitoramento:

alguns métodos adotados pelos cientistas para conferir rigor às informações geradas foram colocados em cheque pelos agricultores. Foi preciso então redefinir metodologias para assegurar a produção de informações úteis e de relevância local. Essa experiência foi bastante reveladora do ponto de vista das dificuldades existentes quando agricultores e cientistas interagem para produzir novos conhecimentos. Esses processos requerem convergência de normas nos métodos de coleta e interpretação dos dados. Aprendemos que o método científico não pode prevalecer na interação, sob pena de os agricultores questionarem a qualidade de sua participação no processo (CARDOSO; FERRARI, 2006, p.30)

Nesse processo também foi criado o *Café com Ciência*, uma reunião quinzenal entre os sujeitos para que pudessem planejar e discutir assuntos relacionados ao tema da pesquisa. Tal evento foi criado com base em cobranças feitas pelos agricultores no sentido do desejo de participar de todas as fases da pesquisa. Como desdobramento desses encontros, os agricultores solicitaram também a oportunidade de ter acesso aos laboratórios e entender melhor as técnicas da pesquisa acadêmica. Com esse objetivo, foi realizado o Café com Ciência II no campus da UFV.

Os debates trazidos nessas narrativas, mostram elementos esclarecedores quanto à viabilidade e potencialidade do diálogo de saberes em processos que envolvem a construção da Agroecologia. Ao longo dos anos, muitas experiências como essa aconteceram em diversas regiões do Brasil. Parte delas tiveram como eixo articulador comum a Rede PTA. O aperfeiçoamento das metodologias e o esforço em minar a posição de poder atribuída ao saber técnico, demonstram características que podem ser relacionadas ao pensamento pós-abissal, sugerido por Santos (2007), no sentido da ruptura com a separação de saberes, explícita nas delimitações da ciência moderna. Dessa forma, pode ser considerado também como um importante momento de avanços na direção da perspectiva da Ecologia de Saberes na construção da Agroecologia no Brasil.

2.4.3 – O surgimento da Articulação Nacional de Agroecologia e a consolidação da perspectiva de Construção do Conhecimento Agroecológico

Os entrevistados marcam o ano de 1997 como o momento em que “deslança” um processo mais em âmbito nacional. Tendo em vista as avaliações dos trabalhos, em 1998 ocorre um encontro da Rede PTA em Ouro Preto – MG para pensar os desafios da rede. “Nesse momento a rede passa de uma atuação local. Antes as organizações trabalhavam de forma mais pulverizada nas famílias que se sensibilizaram com a ideia” (Irene Cardoso em entrevista concedida no dia 15 de maio de 2015). Na avaliação, constatam que, aos poucos, essas articulações entre instâncias regionais e locais do PTA vinham perdendo força. As questões que permeiam os debates giram em torno de “Como fortalecer e ampliar isso?”. Ainda não tinham atuação no Norte, nem no Nordeste.

Gadelha, em sua narrativa durante a entrevista, identifica esse momento como uma crise na rede e coloca a centralidade dessa crise no fato de que tinham tecnologias alternativas para a agricultura, “mas não tinham um movimento que pudesse incidir em políticas públicas” (Edmar Gadelha, em entrevista concedida no dia 21/07/2015). Também destaca o encontro ocorrido em Ouro Preto – MG, como um momento central de busca da superação desses desafios.

No ano de 2000 é realizado no Rio de Janeiro um Seminário com a temática “Agricultura Sustentável e Políticas Públicas”. O seminário contou com cerca de 200 pessoas, entre membros da Rede PTA e parceiros, como grupos da Universidade e a ONG FASE. Nesse momento, buscam alternativas para ampliação da rede, no sentido de fortalecer as articulações na medida em que diversificam os sujeitos e organizações envolvidas. Nas palavras de Irene Cardoso:

A partir dali começaram a construir essa ideia de ampliar a capacidade de expressão da rede. Havia muitas outras experiências que dialogavam muito e que era momento de reconstruir essa rede em outras bases. Ao invés de aceitar a rede minguando, vamos repensar e propor. Juntar os protagonistas dessas experiências e a partir daí refundar (Irene Cardoso, em entrevista concedida no dia 15/05/2015)

A dimensão das trocas no campo organizativo/político se apresenta também como fundamental para a construção da Agroecologia. Construir caminhos entre a Agroecologia e as demandas de redes, movimentos sociais e organizações do campo significa também reconhecer os saberes específicos de cada experiência organizativa e a importância de suas atuações. Tal interação de forma organizada permite, entre outras, a identificação de convergências, propostas de ação coletiva e

trocas em nível de estratégias de ação.

Nesse momento, a Rede PTA já trabalhava com o conceito de Agroecologia, com base nos estudos de Miguel Altieri, Stephen Gliessman, Sevilla Guzmán, Francisco Caporal, José Antônio Costabeber, entre outros. Surge, assim, a proposta de realizar o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), como forma, tanto de reunir as experiências locais e regionais em um momento de troca e de expressão política, como para apresentar, reunir e dialogar com organizações e movimentos parceiros. Um grupo de pessoas ligadas à ANA ficou responsável por pensar, inicialmente, esse encontro. É nesse grupo de construção que aparecem os primeiros esboços do que seria posteriormente a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). O I ENA acontece em agosto de 2002, no Rio de Janeiro e conta com a participação de cerca de 1000 pessoas entre agricultores familiares, extrativistas, pesquisadores de instituições públicas e universidades, extensionistas, professores de escolas agrícolas, representantes de organismos governamentais nos níveis municipal, estadual e federal e técnicos de ONGs. Em reflexões posteriores (2012), compartilhadas a partir do site da ANA, consideram que:

...o I ENA, em agosto de 2002, ocorreu por causa da necessidade das redes se conectarem, e assumiu o caráter de um grande reconhecimento nacional entre entidades que estavam dispersas lutando por um modelo de desenvolvimento. Esse processo deslanchou na constituição da ANA, que foi fundada em dezembro de 2002 (ANA, 2012)

A ANA coloca-se como espaço de articulação entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil. Tem como foco a promoção da agroecologia como uma alternativa sustentável para a produção familiar e vinculada a um modelo de desenvolvimento ecológico e democrático para a sociedade brasileira (ANA, 2007 *apud* LUZZI, 2007, p.74). Esses objetivos, segundo publicação da ANA, fundamentam a atuação da articulação:

[...] de um lado, favorecer a ampliação e a intensificação dos fluxos de informação e intercâmbio entre as experiências concretas e as dinâmicas coletivas de inovação agroecológica e de desenvolvimento local, integrando o esforço coletivo dos movimentos sociais e das redes locais e regionais. De outro lado, fortalecer a capacidade do movimento agroecológico para sistematizar e refletir suas próprias experiências, de forma a extrair e socializar seus ensinamentos, bem como construir propostas de políticas públicas fomentadoras da expansão social e geográfica da Agroecologia. [...]e o combate ao modelo de desenvolvimento ambientalmente predatório e socialmente excludente que tem predominado no Brasil nos últimos 50 anos, baseado na chamada Revolução Verde, e que no momento atual vem se expressando politicamente no agronegócio (ANA, 2007. 283p.)

A partir dessa apresentação é possível compreender a atuação da ANA em relação ao movimento agroecológico: ampliar e intensificar fluxos; integrar; fortalecer capacidades de sistematização e reflexão; e o enfrentamento ao modelo de agricultura baseado na chamada Revolução Verde em referência à intensificação da Modernização Agrícola, que se expressa politicamente no Agronegócio. É datada de sua criação a adoção de compromissos para com a construção da Agroecologia. Mesmo que não com o nome de Agroecologia, outras organizações já se baseavam na busca de alternativas para a agricultura. Trago aqui o destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, mesmo não estando de forma central nesse trabalho, tem importantíssimas contribuições para a Agroecologia, assim como para a Educação Popular. Esse destaque aparece também nas entrevistas realizadas. A opção por, nesse trabalho, aprofundar nas dinâmicas da ANA, se dá por dois motivos principais: a necessidade de um recorte para viabilidade da pesquisa considerando tempo e recursos; e a amplitude da rede em torno da ANA, que inclui também o MST, e traz muitos elementos no âmbito da Ecologia de Saberes no contexto organizativo e metodológico da construção da Agroecologia no Brasil.

Edmar Gadelha destaca o período após o I ENA (2002) como um momento em que se intensifica a visibilidade e reconhecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, definidos pelo Decreto 6040, de 2007, como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição (SEPPIR, 2015).

Como já vimos antes sobre a influência da Agricultura Tradicional para a construção da perspectiva agroecológica no Brasil, já se tinha enquanto diretriz o diálogo com as formas tradicionais. Mas com a ampliação do debate a nível nacional, Gadelha aponta como uma oportunidade e um desafio para a ANA no sentido de que se alarga a visibilidade da diversidade a partir do reconhecimento e isso ganha ainda mais destaque no sentido de pensar o diálogo de forma ainda mais inclusiva, considerando as especificidades da forma de fazer agricultura e de se organizar de cada contexto.

O II Encontro Nacional de Agroecologia aconteceu entre os dias 2 e 6 de junho de

2006, em Recife – PE. Contou com cerca de 1730 participantes. Alguns dados divulgados pela ANA sobre esse encontro trazem as seguintes estatísticas: 46% dos participantes eram mulheres; 41% eram do Nordeste; havia representação de todas as regiões e 17 pessoas de outros países; dentro os participantes do Brasil, 57% eram agricultores e agricultoras²⁹. O Encontro se deu por processos locais, regionais e estaduais que desembocaram no Nacional, e tais processos envolveram a criação e adaptação de metodologias de trocas de saberes e sistematização de experiências em agroecologia (CARTA POLÍTICA DO II ENA, 2006).

Como produto desse encontro, surge o Caderno Construção do Conhecimento Agroecológico, que traz uma série de sistematizações de experiências de diálogos de saberes baseados na agroecologia no Brasil.

O caderno traz experiências em rede, institucionais e em educação que abrangem vários estados como Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba e Pará. Na publicação em questão, destaca-se o conflito da perspectiva do movimento agroecológico de transmissão de conhecimentos com o método difusionista da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil, baseado na sociologia rural norte-americana e pautado pela idéia de que as comunidades camponesas representam um atraso que precisa ser superado para que se abram os caminhos da modernização. Como resultado dessa investida, uma das bases da chamada Revolução Verde, muitos impactos negativos atingiram os camponeses. Já tratamos desse assunto no primeiro capítulo, mas vejamos agora a avaliação desse processo expressa no caderno em questão, publicado pela ANA:

A difusão de tecnologias industriais no campo também exerceu profundo impacto negativo sobre as ricas e diversificadas culturas rurais que se desenvolvem em sintonia com os biomas brasileiros. A desarticulação dos sistemas de valores preexistentes, a desorganização de formas tradicionais de sociabilidade e a dissolução de identidades locais são fenômenos facilmente perceptíveis nas comunidades rurais que incorporaram as tecnologias da agricultura industrial em suas rotinas de produção. Nesse sentido, falar em difusão (ou transferência) de tecnologias nada mais é do que um eufemismo, na medida em que o que efetivamente procurou-se difundir foi um novo modo de vida (ANA, 2007, p.6)

E complementam:

29

O termo agricultores inclui agricultores familiares, camponeses, indígenas, agroextrativistas, quilombolas, pescadores, artesãos e agricultores urbanos.

Assim, de forma insidiosa, a introdução das técnicas industriais na agricultura retira do agricultor o domínio do conhecimento associado ao seu próprio trabalho. Trata-se de um mecanismo que ao mesmo tempo expropria o saber-fazer das comunidades rurais e transfere esse poder para as empresas produtoras das modernas técnicas agrícolas. Dessa forma, a dependência tecnológica converte-se em dependência cultural, imobilizando as capacidades autônomas de inovação local e, com isso, reduzindo as margens de manobra para que famílias e comunidades rurais se auto-determinem por meio da permanente atualização de suas estratégias técnicas e econômicas. Um dos maiores desafios do movimento agroecológico, diante desse contexto, é restabelecer maiores graus de liberdade para que as populações rurais retomem as rédeas de seus destinos. (ANA, 2007, p.6-7)

Além de questionar de forma profunda a modernização agrícola no Brasil, a publicação busca trazer a centralidade da dimensão da forma de transmissão de conhecimentos. Em contraposição à forma privilegiada pela modernização, trazem os desafios da Construção do Conhecimento Agroecológico como coletivo, não-hierarquizado, baseado no diálogo e na educação popular. Sobre a abordagem agroecológica na construção do conhecimento:

o enfoque agroecológico ressalta o fato de que a produção e a transmissão de conhecimentos são atividades próprias do ser humano, exercidas individual ou coletivamente por meio das culturas. Reservar essas atribuições sociais a alguns poucos membros da sociedade, como é próprio do difusionismo tecnológico, representa o desperdício de aptidões cognitivas inerentes a toda e qualquer pessoa. Sob essa perspectiva, o difusionismo é um método de gestão de conhecimento anti-ecológico e desumanizador (ANA, 2007, p. 7)

A publicação de Paulo Freire *Extensão ou Comunicação?* chama a atenção de agrônomos e estudantes de agronomia para a importância do saber popular e da dialogicidade na Extensão Rural. No contexto dos EBAA, a participação era majoritariamente de sujeitos ligados à Universidade. Durante o III EBAA, em 1987, o tema da valorização de saberes se destaca no episódio em que Padre Justino reúne agricultores para dialogarem entre si. A inserção ou não de mais agricultores nos espaços é um dos temas centrais nos debates do IV EBAA em 1989, que pelas divergências foi o último EBAA e não teve os anais publicados. A Rede PTA possibilita a manutenção de uma articulação entre as experiências agroecológicas em diferentes estados e regiões do Brasil. Após cerca de 12 anos sem um espaço nacional amplo de debate, o I ENA, em 2002, ocorre como desdobramento da avaliação feita pela Rede PTA de que, para continuar existindo e se fortalecer, a rede precisa ser ampliada, diversificada e estabelecer novos diálogos, principalmente no que diz respeito aos movimentos sociais do campo. Surge a

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), formada por redes, movimentos sociais e ONGs, sob o pacto do enfrentamento ao agronegócio no plano político, da dinamização dos fluxos nas redes de experiências agroecológicas, do aperfeiçoamento das metodologias e práticas de diálogos de saberes e da incidência em políticas públicas. A sistematização da dimensão da transmissão de conhecimento na Agroecologia, o Caderno de Construção do Conhecimento Agroecológico, aparece como um dos principais produtos de um encontro nacional com as características de diversificação, equilíbrio de gênero e de saberes (técnicos e populares) na participação quantitativa do II ENA.

Os fatos e informações trazidos acima de forma cronológica, apesar de inconclusivos sobre as dinâmicas de diálogos de saberes, nos permitem perceber que, ao longo do tempo e dos arranjos organizativos, o que hoje conhecemos como movimento agroecológico se construiu e trouxe progressivamente à centralidade o tema da valorização e não-hierarquização de saberes, assim como da necessidade de, para isso, garantir a presença da diversidade de sujeitos nos espaços.

Podemos considerar que, enquanto perspectiva assumida, o que Boaventura de Sousa Santos descreve como Ecologia de Saberes se incorpora e ganha destaque no contexto do movimento agroecológico. Para que possamos entender se e como essa perspectiva se reflete em práticas, utilizaremos uma análise mais micro, em relação aos dois espaços nacionais subsequentes protagonizados inicialmente pela ANA. São eles: o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, em 2011; e o III Encontro Nacional de Agroecologia, em 2014. Optamos por trabalhar separadamente esses dois momentos por motivos específicos.

O Encontro Nacional de Diálogos e Convergências pela centralidade com a qual o mesmo aparece nas falas dos entrevistados no que diz respeito à ampliação e consolidação do diálogo de saberes entre sujeitos, redes e movimentos sociais no movimento agroecológico. Em detrimento de centrar forças, naquele momento, em mais um encontro nacional de Agroecologia, a ANA opta por focar na construção de um espaço mais ampliado e inter-temático de debates.

O III ENA acontece cerca de 3 anos depois, como fruto de um processo que se inicia após o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências e sob forte influência do mesmo. Ao longo desses anos, a preparação envolveu uma série de atividades locais e regionais articuladas entre si. Como já relatado antes, participei da

construção e realização desse encontro e o esforço central do próximo subcapítulo será em descrever de forma detalhada, a partir da observação participante, dos registros feitos por mim e dos registros oficiais, como a Ecologia de Saberes aparece na preparação, no conteúdo, nas práticas e metodologias utilizadas no decorrer do processo.

Capítulo 3 – CONSOLIDAÇÃO E LIMITES DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO: INTERAÇÃO DE SABERES NA CONSTRUÇÃO E REALIZAÇÃO DO III ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (III ENA)

No presente capítulo, trazemos o foco para dois encontros de abrangência nacional: o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, em 2011; e o III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA), em 2014. Durante as entrevistas e em publicações relacionadas aos encontros, o primeiro aparece como um marco na troca de saberes e nas aproximações entre organizações, redes e movimentos sociais que possuíam convergências, com o movimento agroecológico, quanto aos adversários sociais. E, dessa forma, intrinsecamente relacionado ao que viria a ser o III ENA. Na apresentação dos Anais do III ENA consta a seguinte passagem:

Em sua trajetória, iniciada em 2002 a partir do I ENA, a ANA construiu alianças estratégicas com organizações, redes e movimentos que igualmente lutam pela democratização e pela sustentabilidade da sociedade. Nessa caminhada surgiu o processo “Diálogos e Convergências”, uma dinâmica interativa de caráter permanente que vem permitindo o fortalecimento e o enriquecimento recíproco de redes nacionais constituídas a partir das perspectivas da Agroecologia, da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ANA, 2015, p. 7-8)

Buscaremos, a partir do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, compreender algumas características do que aparece na citação acima como “processo Diálogos e Convergências”, sendo possível, assim, considera-lo em sua relação com o III ENA.

Na segunda parte, intentamos apresentar práticas e inovações metodológicas em três momentos do III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA): o processo preparatório, que se inicia no Seminário Nacional Convocatório ao III ENA, realizado em dezembro de 2012, na cidade de Luziânia – GO; na realização do III ENA entre os dias 16 e 19 de maio de 2014, em Juazeiro – BA; e na avaliação do processo

durante o Seminário de Avaliação do III ENA e Debate sobre o Futuro da ANA, realizado em 12 de agosto de 2014, novamente em Luziânia – GO.

No primeiro momento citado, o processo preparatório, estive apenas em parte das atividades e algumas aconteceram antes do início dessa pesquisa. Exceto as que ocorreram em 2014, trato-as majoritariamente a partir dos relatórios e publicações relacionadas. No segundo e terceiro momentos, a realização do encontro e a avaliação, participo como membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) na comissão organizadora do III ENA. Ao final do capítulo busco reunir os aspectos centrais que envolvem a Ecologia de Saberes no movimento agroecológico, com base nos relatos anteriores.

3.1 – O Encontro Nacional de Diálogos e Convergências

De acordo com a Carta Política do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, a construção que desemboca no encontro, leva cerca de dois anos. Durante esse tempo, nove redes, movimentos e fóruns, dialogaram entre si, a partir de suas especificidades, em busca de convergências que seriam motes dos espaços pensados para o encontro. Anteriores ao encontro ocorreram três espaços preparatórios: no Agreste da Paraíba, em outubro de 2010; no Planalto Serrano de Santa Catarina, em novembro de 2010; e no norte de Minas Gerais, em março de 2011. A escolha dos territórios se deu a partir da constatação das “lutas, conflitos e construção de alternativas relacionadas ao modelo de desenvolvimento agrícola no Brasil que envolvem e articulam fortemente a agroecologia”, concentradas nessas áreas. O encontro aconteceu entre os dias 26 e 29 de setembro de 2011, em Salvador – BA. Nesses espaços, uma das questões centrais era a experimentação e o aperfeiçoamento da metodologia a ser utilizada durante o encontro.

As nove organizações envolvidas diretamente nessa construção eram: Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)³⁰; Articulação Nacional de Agroecologia (ANA);

³⁰

A Associação Brasileira de Agroecologia reúne profissionais e estudantes das mais diversas áreas do conhecimento. Desde sua criação, a ABA-Agroecologia vem realizando e apoiando ações dedicadas à construção do conhecimento agroecológico. Os esforços da ABA-Agroecologia têm sido o de apoiar e organizar eventos de socialização de conhecimentos; estimular a participação de profissionais que se dedicam a este enfoque; manter publicações para a divulgação científica e técnica; dialogar com a sociedade para despertar o interesse por questões de caráter socioambiental; analisar e propor políticas públicas coerentes com os desafios contemporâneos; e, defender a proteção da biodiversidade como condição indispensável para o alcance de

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO)³¹; Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)³²; Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)³³; Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA); Rede Alerta Contra o Deserto Verde (RADV)³⁴; Marcha Mundial das Mulheres (MMM)³⁵; e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)³⁶.

A análise de conjuntura compartilhada pelos sujeitos e organizações envolvidos parte da constatação de uma crise do capitalismo que se manifesta nas esferas econômica, socioambiental, energética e alimentar. Para além da crise e da denúncia de seus efeitos, são tratadas de forma central também as alternativas construídas, as experiências de organização e de resistência, no esforço de abarcar, dessa forma, tanto o campo das denúncias como dos anúncios, na linguagem

agroecossistemas sustentáveis. Disponível em: http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/?page_id=40, acesso em 16/01/2016

³¹ “A Abrasco foi criada com o objetivo de atuar como mecanismo de apoio e articulação entre os centros de treinamento, ensino e pesquisa em Saúde Coletiva para fortalecimento mútuo das entidades associadas e para ampliação do diálogo com a comunidade técnico-científica e desta com os serviços de saúde, as organizações governamentais e não governamentais e a sociedade civil. Sua forte participação na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada de 17 a 21 de março de 1986, estabeleceu sua postura intransigente de defesa da proposta ali consagrada do Sistema Único de Saúde – SUS, aprovada na Constituição de 1988.” Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/sobreabrasco/>, acesso em 16/01/2016.

³² “O FBES, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária.” Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57, acesso em 16/01/2016

³³ “O Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), criado em 1998, articula pessoas, organizações, redes, movimentos sociais e instituições de pesquisa na luta pelo Direito Humano à Alimentação. Busca sensibilizar para uma visão mais ampla da questão, trabalhando com variadas perspectivas do sistema alimentar: produção, processamento, abastecimento e consumo.” Disponível em: http://www.fbssan.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=355&Itemid=468&lang=pt-br, acesso em 16/01/2016.

³⁴ Rede Alerta Contra o Deserto Verde é uma articulação que envolve mais de 100 entidades de movimentos sociais, lideranças locais e representantes de populações tradicionais dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro, no enfrentamento ao modelo de desenvolvimento agrícola no Brasil, com foco na monocultura do eucalipto. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Manifesto+contra+o+deserto+verde+e+a+favor+da+vida/3430>, acesso em 16/01/2016.

³⁵ “Entre os princípios da MMM estão a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais. Defendemos a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente. A Marcha busca construir uma perspectiva feminista afirmando o direito à auto-determinação das mulheres e a igualdade como base da nova sociedade que lutamos para construir.” Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>, acesso em 16/01/2016.

³⁶ “A AMB é uma organização política feminista, antirracista, não partidária, instituída em 1994 para coordenar as ações dos movimentos de mulheres brasileiras com vistas à sua consolidação como sujeito político no processo da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Igualdade, Desenvolvimento e Paz (ONU, Beijing, 1995)”. Disponível em: <http://articulacaodemulheres.org.br/sobre/>, acesso em 16/01/2016.

utilizada mais comumente pelos sujeitos³⁷. O anúncio se refere à promoção e divulgação da Agroecologia e das alternativas para o campo no Brasil; e a denúncia se refere aos conflitos, às violações de direitos e os processos que limitam/ameaçam a construção da Agroecologia.

Uma crise destas, que envolve uma disputa também de leituras sobre as suas causas e sobre as formas de superá-la, só pode ser enfrentada a partir de convergências juntando as forças da sociedade civil organizada do campo democrático e popular (CARTA POLÍTICA DO ENCONTRO NACIONAL DE DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS, 2011, p.6-7)

Abordando as inovações, trataremos de forma central nesse subcapítulo a proposta metodológica do encontro. Tal metodologia foi construída a partir de quatro bases ou fundamentos: o território como unidade de análise; a articulação entre denúncia crítica, resistências e construções de alternativas; a construção dos debates com base nas experiências práticas; e o olhar de cada um dos movimentos, redes e fóruns sobre as experiências.

Quanto à utilização do território como unidade de análise, a inovação aparece no sentido de que: quando olhamos particularmente para cada experiência, sai de foco o contexto mais amplo das realidades nas quais elas se desenvolvem. A abordagem territorial permite entender de forma mais integrada e relacional as experiências, resistências e disputas. A articulação entre denúncia crítica, resistências e construções de alternativas dialoga com a abordagem territorial ao passo que o conhecimento das experiências, a partir das complexidades dos fenômenos no território, permite uma atuação que perpassasse ambos os debates, e também de forma relacional. A base das discussões nas experiências práticas reforça o caráter do encontro de se construir, em conteúdo, a partir do que demandam os contextos locais e territoriais e não de falas e problematizações advindas apenas do âmbito nacional. O olhar de cada movimento, rede ou fórum diz respeito ao que nos referimos anteriormente como a troca de saberes entre organizações, à interação a partir das especificidades de cada uma, num diálogo de olhares sobre a realidade, em busca de identificar e construir convergências (CARTA POLÍTICA DO ENCONTRO NACIONAL DE DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS, 2011).

Alguns eventos preparatórios para o encontro foram realizados. Entre eles: uma

³⁷

Durante reuniões e eventos relacionados ao Movimento Agroecológico nos anos de 2014 e 2015 que participei, pude perceber de forma enfática a preocupação, tanto em falas de reuniões e grupos de trabalho, como em comunicações públicas em plenária, com o equilíbrio entre a comunicação do anúncio e da denúncia.

oficina sobre participação e auto-organização das mulheres, que contou com a apresentação de uma peça teatral com o grupo do Pólo da Borborema - PB, sobre a exploração das mulheres pelo homem na vida, na casa e no trabalho; uma sessão de trabalho sobre comunicação, com debates sobre democratização da mídia e sobre a construção de mecanismos e estratégias de comunicação popular, no contexto da diversidade abarcada pela articulação em rede. Teve como produto inicial a criação colaborativa do site www.dialogoseconvergencias.org; e uma sessão de trabalho sobre o Intermapas, uma iniciativa que busca integrar os mapeamentos, identificações e sistematizações feitas pelas organizações e redes envolvidas numa plataforma online. Essa plataforma foi criada e está disponível no seguinte endereço: <http://www.fbes.org.br/intermapas/>.

A Carta Política do encontro foi lida e aprovada em plenária ao final do encontro. A mesma foi entregue ao representante da Secretaria Geral da Presidência, o então Ministro Gilberto Carvalho, que afirmou publicamente que o documento servirá de base para futuros diálogos do Governo Federal com movimentos sociais, fóruns e redes.

Considero, principalmente, quatro pontos relacionados ao encontro: a diversidade de sujeitos, organizações e movimentos sociais desde a construção; a proposta de estabelecer parcerias nos processos que envolvem convergências; a forma sistêmica de lidar com a questão metodológica; e a comunicação conjunta com o governo a partir das convergências expressas na Carta Política. Tais elementos contribuem na caracterização do que vimos na apresentação dos anais do III ENA como processo Diálogos e Convergências. Nos subcapítulos seguintes, trataremos do III ENA, começando pelo seu processo preparatório, iniciado em 2012, passando pela realização do mesmo em 2014 e encerrando no Seminário de Avaliação, também em 2014.

3.2 – O processo preparatório para o III ENA

Em dezembro de 2012, ocorreu o Seminário Nacional Convocatório ao III ENA, na cidade de Luziânia – GO. O evento foi puxado pela ANA e contou com a participação de representantes de organizações, movimentos sociais, grupos de Universidade e outros grupos de todas as regiões do país. Nesse seminário é

datado o início do processo preparatório para o III ENA. Na ocasião, foram debatidos os processos sociopolíticos e econômicos pelos quais passavam o país, com o objetivo de, dentro da diversidade de sujeitos presentes, construir convergências, análises comuns e unidades políticas. Além disso, foram elencados os passos e etapas preparatórios necessários para a realização do III ENA.

A partir desse seminário, a construção do III ENA passa a acontecer não só a nível local/regional com o retorno dos representantes para suas organizações, mas também na articulação entre as redes, organizações e movimentos sociais envolvidos. Em todos os níveis, a construção era pensada a partir da seguinte questão : *Por que interessa à sociedade apoiar a Agroecologia?* O sentido mais amplo dessa pergunta reside na busca, desde o início, pela ANA, de ampliação da coesão política e de dar visibilidade ao que denominam “campo agroecológico”.

Ancorada no princípio da *unidade na diversidade*, a ANA definiu como objetivo principal do III ENA aumentar a coesão política e dar maior visibilidade ao campo agroecológico brasileiro. Para tanto, os esforços foram direcionados no sentido de construir convergências políticas e uma expressão pública unitária em torno a um projeto de transformação do mundo rural brasileiro fundado na defesa da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais em suas múltiplas expressões e identidades (ANA, 2015, p.7).

Além da questão principal, que norteava a construção do encontro, foram elaboradas também questões mais específicas e compartilhadas entre as organizações e movimentos, para uma maior convergência entre os processos preparatórios locais, regionais e nacionais. Tais questões dizem respeito ao desenvolvimento da Agroecologia no território, levando em consideração as disputas estabelecidas no mesmo e estão organizadas em 9 eixos: 1) posse da terra e direitos territoriais; 2) soberania e segurança alimentar e nutricional; 3) proteção, manejo e conservação dos recursos naturais; 4) economia e trabalho; 5) mercados; 6) identidades e cidadania; 7) questões sócio-organizativas; 8) conflitos; e 9) políticas públicas. Nesse contexto, surge a idéia da realização de *Caravanas Agroecológicas*.

Do ponto de vista metodológico, as caravanas funcionaram como exercícios para o desenvolvimento de um *novo olhar* sobre as experiências de agroecologia, propiciando assim a construção de uma visão integradora das diferentes dimensões que conformam a realidade dos territórios enfocados (ANA, 2015, p.10)

Para a realização da Caravana, é escolhido um território a ser visitado. No caso da preparação para o III ENA, esses territórios foram pensados de forma a abarcar a diversidade de experiências do Brasil, no esforço de contemplar todas as regiões, no total foram realizadas 12 Caravanas. A primeira Caravana foi realizada em 2013, na Zona da Mata Mineira. A proposta é percorrer em grupo (geralmente um ônibus ou van) um trajeto ao longo do território que contemple as experiências em Agroecologia, mas que ao longo do caminho seja possível observar e pesquisar questões relacionadas aos 9 eixos elencados acima. A construção envolve diversos sujeitos, organizações e movimentos sociais que atuam nos locais por onde passa a Caravana. Esse processo de construção, em geral, dura alguns meses, nos quais são feitas reuniões com representantes das organizações envolvidas para definir, principalmente: os objetivos da caravana, a rota a ser percorrida, os recursos que cada grupo pode disponibilizar, a logística e a infra-estrutura para as hospedagens e alimentação ao longo do trajeto. Uma orientação importante na escolha dos locais a serem visitados é a diversidade de povos e comunidades tradicionais que as experiências abarcam: quilombolas, ribeirinhos, pescadores, assentados da reforma agrária, entre outros grupos.

Em média, as caravanas duram 3 ou 4 dias. Tal número de dias busca otimizar o tempo para as visitas às experiências, que duram, geralmente, algumas horas (entre duas e cinco), exceto no caso dos lugares onde será a pernoite do grupo, onde é possível estender um pouco a visita. A opção de não fazer a Caravana em um tempo mais longo que isso, geralmente se dá para que não dificulte a participação de agricultores e agricultoras que não podem sair da roça por muito tempo. Outra orientação importante na construção das Caravanas é de que, no mínimo 50% dos participantes sejam agricultores familiares (considerando a diversidade de povos e de contextos que esse termo abarca).

Dessa forma, uma das principais diferenças em relação à troca de saberes entre grupos e experiências específicas, é de que, no lugar de trocar saberes em uma visita de campo, essa metodologia alarga a diversidade de sujeitos, a abrangência geográfica e as organizações envolvidas, e prioriza uma visão mais relacionada entre as experiências, que reúne: os avanços, os desafios, as ameaças e o contexto do território e da construção da Agroecologia no território. Além disso, a convivência

entre os sujeitos durante os dias de Caravana permite que, na informalidade, muitas trocas e/ou parcerias sejam estabelecidas.

Pude participar da organização e realização de uma Caravana Agroecológica em momento posterior ao III ENA. A Caravana Agroecológica e Cultural do Espírito Santo ocorreu entre os dias 7 e 11 de abril de 2015, promovida pelo Projeto Comboio Agroecológico do Sudeste³⁸, coordenado pela Professora da UFV, Irene Cardoso. Me utilizo dessa vivência para destacar aqui alguns momentos em que foi possível perceber o forte diálogo entre as metodologias utilizadas e a Ecologia de Saberes.

Em cada rota da Caravana eram escolhidos, entre os participantes, dois relatores e dois comunicadores. No total, foram 5 rotas na Caravana do ES: uma vindo do Rio de Janeiro; outra de São Paulo; outra da Região de Belo Horizonte, em Minas Gerais; outra da Zona da Mata Mineira; e outra do norte do Espírito Santo. O ponto de encontro de todas as rotas, após 3 dias de viagem, foi no município de Alegre (ES). Participei da rota que veio de Minas Gerais. O ônibus saiu de Uberlândia, passou em Belo Horizonte, onde embarquei, pegamos outras pessoas em Mariana e seguimos para o Espírito Santo. Entre os participantes da rota havia agricultoras vinculadas ao MST (uma assentada e outra acampada)³⁹; estudantes de graduação em ciências sociais, agronomia, biologia, engenharia florestal, geografia, comunicação social e filosofia; estudantes de mestrado em agronomia, ciências sociais e biologia; um técnico administrativo da Universidade Federal de Uberlândia.

Durante três dias, visitamos 6 experiências, são elas: construção da Agroecologia em um núcleo de famílias no assentamento Sezínio, do MST; a luta dos pescadores de Barra do Riacho contra os danos causados pelos grandes empreendimentos da região (Fibria, Portocel, Estaleiro da Jurong); experiência de luta e produção saudável de alimentos da aldeia indígena Guarani Boa Esperança, em Barra do

³⁸ “O título “Comboio Agroecológico” foi inspirado no livro “Trem”, de autoria do agricultor agroecológico Amauri Silva, de Espera Feliz (Zona da Mata mineira). O livro foi concebido no Encontro Nacional de Agroecologia (ENA-Recife, 2006), publicado em 2008, com o apoio do Programa de Extensão universitária “Teia”, da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Neste livro, rememoram-se as tecnologias sociais sustentáveis, que hoje se refazem e que são necessárias no enfrentamento da degradação humana e ambiental. O projeto aqui proposto possibilitará o fortalecimento de uma rede interinstitucional de parceiros, que partilham processos, práticas e metodologias inter, multi e transdisciplinares. Entre elas, a elaboração e o desenvolvimento das ações em uma construção coletiva, que favoreceu tanto a legitimidade das demandas, quanto a presença dos valores culturais próprios das comunidades e grupos que se articulam com estes parceiros.” (Disponível em: <https://agroecologiasudeste.wordpress.com/sobre-3/> , acesso em 06/02/2016)

³⁹ Assentados são os que já foram contemplados com a terra; Acampados ainda estão na ocupação lutando por um pedaço de terra.

Sahy; experiência do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), em Santa Tereza; construção da agroecologia na propriedade de Seu Lourival e família, em Santa Maria de Jetibá; experiência de agroindústria familiar em Venda Nova do Imigrante. Pernoitamos no primeiro dia em Colatina, no IF de Itapina, no segundo dia no alojamento do IF de Santa Tereza e nos demais em Alegre.



Assentamento Sezínio – MST, em Linhares - ES. 2015. Foto: Rodrigo Avelar



Aldeia Boa Esperança, Aracruz – ES. 2015. Foto: Rodrigo Avelar



Barra do Riacho, conversa com pescadores sobre impactos de grandes empreendimentos. Aracruz – ES, 2015. Foto: Rodrigo Avelar.

Assim como a rota citada acima, as outras 5 rotas visitaram aproximadamente o mesmo número de experiências e percorreram trajetos de quilometragem parecida dentro do estado do Espírito Santo. Nos encontramos na noite do dia 9 na cidade de Alegre e dormimos todos juntos em um alojamento que pertence à Igreja Católica. Em artigo publicado no site do Projeto Comboio Agroecológico, escrito por Wanessa Marinho, comunicadora do CTA-ZM, constam as seguintes informações mais gerais sobre a Caravana do ES:

Cinco rotas diferentes para percorrer o Espírito Santo. Mais de 120 pessoas (professores, agricultores, estudantes e técnicos) partindo dos quatro estados da região sudeste em ônibus, vans e automóveis. Uma média de 30 experiências visitadas para debater 13 questões fundamentais para a agroecologia: posse de terra e território, segurança e soberania alimentar, conservação dos recursos naturais, saúde, educação, economia e trabalho, mercados, cultura, questões sócio-organizativas, identidade e cidadania, gênero e juventude, conflitos, e políticas públicas (MARINHO, 2015).

No dia 10, durante a manhã, preparamos as Instalações Pedagógicas. O objetivo central dessas instalações é que cada rota demonstre o que viram durante o caminho, socializando as informações e contextos de forma criativa para os demais participantes. Ao longo da viagem fomos orientados a pegar coisas que representam o que vimos nas experiências (como frutas, folhas, sementes, flores), e/ou produzir materiais relacionados às experiências (como quadrinhos, músicas, teatros). Foram com esses elementos que trazíamos da viagem que montamos nossas Instalações, cada rota preparou a sua.

Na parte da tarde realizamos o Carrossel. Trata-se da visita de cada rota às instalações pedagógicas das outras rotas. Depois de montadas as instalações, entre 2 e 5 participantes permanecem na instalação para fazer a apresentação (em forma de debate, teatro, performance, entre outras) e os demais começam o Carrossel, ou seja, passam por cerca de 15 minutos em cada uma das outras instalações. O nome Carrossel faz referência ao movimento dos grupos das rotas pelas instalações, por exemplo: enquanto a rota do RJ visitava a instalação de SP, a rota de SP visitava a instalação da rota da Zona da Mata Mineira; quando acabava a apresentação, as rotas “giravam” trocando de instalações. O Carrossel durou aproximadamente 3 horas. Na maior parte das instalações, as pessoas que ficavam para apresentar aos outros grupos se revezavam a cada “giro”, para que ninguém fosse demasiado prejudicado na visita às outras instalações.

Na finalização do dia 10, foi realizada uma Mesa de Debate intitulada: “O Espírito Santo abençoa a Agroecologia, Amém!”, no auditório do campus do Instituto Federal (IF) e uma Noite Cultural com manifestações culturais do ES, no Parque de Exposições de Alegre. O tema central da mesa de debate foi a Construção da Agroecologia no Espírito Santo, considerando tudo que vimos durante a viagem e tentando elencar os principais avanços e desafios dessa construção no ES. Tal debate se deu a partir de diferentes olhares, que variavam tanto pelo lugar de origem dos participantes, como também pela forma de saber que traziam consigo: técnicos, agricultores, estudantes, militantes de movimentos sociais, professores universitários, pescadores, entre outros.

Na manhã do dia 11, e como finalização da Caravana Agroecológica e Cultural do ES, foi realizado um ato público, com o objetivo central de comunicar à sociedade de Alegre o que vimos do cenário da Construção da Agroecologia no ES. Uma orientação importante surgida nos debates para esse ato, foi a de que seria muito importante equilibrarmos o anúncio da Agroecologia no estado com as denúncias sobre grandes empreendimentos que violam direitos dos agricultores e ameaçam a construção da Agroecologia.



Participantes da Caravana fazem ato público em Alegre. Alegre – ES, 2015. Foto: Ester Louback



Na frente do ato vinham participantes da caravana com os rostos pintados, dançando e animando a marcha. Alegre – ES, 2015. Foto: Ester Louback.



No fim do ato, os participantes pararam na praça para comunicar novamente as denúncias e anúncios e para celebrar a realização da Caravana. Alegre – ES, 2015. Foto: Ester Louback.

As Caravanas Agroecológicas foram centrais no processo de preparação para o III ENA. O relato acima é de uma Caravana que ocorreu após o III ENA (e a que pude participar), mas objetiva esclarecer sobre as dinâmicas e proposta metodológica, que se mantém (com adaptações e inovações a cada edição) desde as que foram realizadas no processo de preparação para o III ENA. O que destaco, nesse momento, são as diversidades contidas nos momentos citados acima. Em 5 dias; uma diversidade de sujeitos; ligados a diversas organizações, redes e movimentos sociais; se conhecendo e convivendo intensamente; trocando saberes nas visitas às experiências; produzindo conhecimento; preparando juntos uma forma de comunicar o que viam, ouviam e sentiam. Segundo o Caderno do Participante:

Por meio das Caravanas Territoriais, desde a preparação para o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), tem se buscado fazer um exercício descentralizado de análise coletiva e contrastar os diferentes padrões de desenvolvimento rural dentro de cada território (Caderno do Participante da Caravana Agroecológica e Cultural do Espírito Santo, 2015, p.2)

Com essas considerações sobre o processo de preparação, buscamos demonstrar o que precedeu o encontro em si e que foi, desde o início, anunciado como preparatório ao encontro. Esse processo durou cerca de dois anos e teve como foco a realização de Caravanas nos seguintes Territórios: Baixo Amazonas⁴⁰, em outubro de 2013; Sertão do Araripe⁴¹, em maio de 2014; Leste Paulista e Região Sorocabana⁴², em abril de 2014; Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha⁴³, em outubro de 2013; Bico do Papagaio⁴⁴, em novembro de 2013; Região Metropolitana do Rio de Janeiro⁴⁵, em novembro de 2013; Chapada do Apodi⁴⁶, em outubro de

⁴⁰ A Caravana aconteceu nos municípios de Santarém. Além desse, os municípios de Óbidos, Oriximiná, Prainha, Alenquer, Monte Alegre, Belterra, Juruti também integram o Território do Baixo Amazonas.

⁴¹ O Território Sertão do Araripe, em Pernambucano, é formado pelos municípios Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Parnamirim, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade.

⁴² As caravanas foram realizadas no Território denominado Mogiana Sorocabana, estado de São Paulo, do qual fazem parte os seguintes municípios: Americana, Amparo, Araras, Artur Nogueira, Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, Cordeirópolis, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Ipeúna, Itapira, Itatiba, Itupeva, Jaguariúna, Jarinu, Joanópolis, Jundiaí, Leme, Limeira, Lindóia, Louveira, Mococa, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Nazaré Paulista, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Pinhalzinho, Piracaia, Piracicaba, Rio Claro, Saltinho, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santo Antonio de Posse, São João da Boa Vista, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Valinhos, Vargem, Várzea Paulista, Vinhedo, Araçoiaba da Serra, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Piedade, Salto de Pirapora, São Roque, Sorocaba, Porto Feliz, Sarapuí.

⁴³ Território do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.

⁴⁴ O Território do Bico do Papagaio fica no extremo norte do Estado do Tocantins e é composto pelos municípios de São Miguel do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Axixá do Tocantins, Augustinópolis, Araguatins, Carrasco Bonito, Itaguatins, Sampaio, Buriti do Tocantins, Esperantina, Praia Norte, São Sebastião do Tocantins.

⁴⁵ Região Metropolitana do Rio de Janeiro- RJ: Baía de Sepetiba, TKCSA, Vargem Grande/Jacarepaguá/Campo Grande e Vila Autódromo (Zona Oeste), Pedra Branca (conflitos UC); Queimados e Nova Iguaçu: Campo Alegre (morosidade da Reforma Agrária); Feira da Roça (conflito prefeitura sobre a

2013; Oeste de Santa Catarina⁴⁷, em outubro de 2013; Bahia⁴⁸, março de 2014; Região Sul⁴⁹, em novembro de 2013, ; Zona da Mata de Minas Gerais⁵⁰, maio de 2013. Prosseguimos agora, no próximo subcapítulo com a realização do III ENA, entre os dias 16 e 19 de maio de 2014, em Juazeiro – BA.

3.3 – O III Encontro Nacional de Agroecologia

Como já vimos anteriormente, desde o início do processo de preparação, a pergunta motriz que conduziu ao III ENA foi: *Por que interessa à sociedade apoiar a Agroecologia?*. O encontro, realizado entre 16 e 19 de maio de 2014 em Juazeiro – BA, no campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) teve como lema: *Cuidar da terra, alimentar a saúde, cultivar o futuro*. O encontro contou com participação de 2100 pessoas, dentre as quais, cerca de 70% eram agricultores(as). Além de buscar, metodologicamente, a descentralização geográfica nos processos de construção, outro aspecto expresso nos anais nos chama a atenção:

Dois outros importantes aspectos considerados na preparação metodológica do III ENA foram: transcender a lógica do discurso puro, buscando novas formas de expressão, como a música, o teatro, a poesia; e incorporar a cultura e a comunicação como elementos estruturantes de todo o processo (ANA, 2015, p. 12)

O processo das Caravanas, explicitado no subcapítulo anterior, esteve presente desde a organização das vagas até o conteúdo geral da programação do encontro. Dessa forma, as vagas buscaram contemplar a diversidade dos processos regionais e locais, assim como, a diversidade de saberes expressa pelos grupos. No conteúdo do encontro, o ponto central de diálogo com as caravanas foram as Sessões

permanência da feira).

⁴⁶ A Chapada do Apodi está localizada na divisa dos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. No estado do Rio Grande do Norte é formada por quatro municípios: Apodi, Baraúna, Felipe Guerra e Governador Dix-Sept Rosado. No estado do Ceará está distribuída por cinco municípios: Alto Santo, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Quixeré e Tabuleiro do Norte.

⁴⁷ Oeste Catarinense, desde a fronteira da Argentina até a região serrana do estado.

⁴⁸ A Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia aconteceu com a articulação dos Territórios do Sisal, da Bacia do Jacuípe e do Território do Piemonte da Diamantina. O ponto de concentração foi na cidade de Conceição do Coité, localizada no Território do Sisal.

⁴⁹ Municípios que as rotas passaram: Maquiné/RS, Três Forquilhas/RS, Três Cachoeiras/RS, Erechim/RS, Torres/RS, Praia Grande/SC, Curitiba/SC. As caravanas se encontraram em Curitiba/PR

⁵⁰ Municípios: Abre Campo, Acaiaca, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Carangola, Coimbra, Diogo de Vasconcelos, Divino, Ervália, Espera Feliz, Fervedouro, Guidoal, Manhumirim, Matipó, Miradouro, Miraí, Muriaé, Orizânia, Paula Cândido, Pedra Dourada, Ponte Nova, Raul Soares, Rosário da Limeira, Sem Peixe, Simonésia, Viçosa, Visconde do Rio Branco.

Territoriais. Tratavam-se de Instalações Pedagógicas, como as que vimos nas caravanas, construídas pelos participantes de cada caravana, no esforço de compartilhar um pouco do que foi vivido, sentido e pensado coletivamente no conjunto das rotas de cada Caravana. Aprofundaremos mais adiante.

É muito importante ressaltar, que no processo de captação de recursos para realização do encontro, foram reservados recursos para viabilizar o transporte de todas as regiões do Brasil, hospedagem e alimentação. As inscrições eram feitas a partir das organizações, redes ou movimentos sociais do movimento agroecológico e parceiros. A divisão equilibrada de vagas, a reserva desse recurso e a articulação com organizações locais possibilitou, entre outras coisas, a participação de muitos sujeitos que “ficariam de fora” pela falta de recursos.

O Encontro começou no dia 16 de manhã, com a acolhida das delegações que chegavam a Juazeiro – BA e a Plenária da Juventude. Na acolhida, os participantes recebiam os materiais do encontro, se alojavam nas hospedagens e já iniciavam a montagem da Feira de Saberes e Sabores (que aconteceu nos dias 17 e 18). Na plenária da Juventude, “ao som de uma alegre batucada, jovens percorreram o campus da Univasf mobilizando cerca de 300 pessoas para participarem da plenária” (ANA, 2015).

Entre os objetivos, destacam-se: dar visibilidade à participação e ao trabalho realizado pela/com/para a juventude pelas organizações presentes no III ENA; compreender que o(a) jovem é um membro indissociado do seu contexto e, sendo assim, a sua participação é estratégica para conferir às futuras gerações uma continuidade do processo de construção sociopolítica de seus territórios; apresentar os motivos que instigam jovens a discutir a agroecologia como uma alternativa concreta para a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras, além da valorização da produção de alimentos saudáveis e o estímulo à permanência das juventudes no campo (ANA, 2015, p. 117)

A metodologia da plenária envolveu uma mística com a música *Canção da Terra*, de Pedro Munhoz; exposição mais geral sobre o processo que levou o ao III ENA; apresentação de três jovens com suas experiências e ações em prol da Agroecologia em seus territórios; e debate em plenária. A maior parte dos espaços ocorridos durante o encontro contou com tais elementos: mística, contextualização, apresentação de experiências e debate em plenária.

A mística é considerada como o momento de lidar com outras formas de expressão: teatro, música, performance, poesia, entre outras. Geralmente no começo e no final

dos espaços de debate, as místicas durante o III ENA faziam referência à agricultura familiar, ao saber camponês, à união de saberes diversos, à união do campo e da cidade, ao conflito da Agroecologia com o Agronegócio, à questão da mulher, à luta pela terra, entre outros temas que tocam as dimensões da Agroecologia (ambiental, econômica, social, política, cultural e ética).



Mística realizada na tenda central, iniciada com um pequeno teatro que culminava em canções cantadas e dançadas em roda. Juazeiro – BA, 2014. Foto: Renato Cosentino

Após o horário de almoço do dia 16, iniciou-se a Plenária inicial do III ENA. As plenárias aconteceram embaixo de uma lona em formato de circo (mostrada na foto acima), instalada especificamente para o encontro, com redes penduradas como decoração em seu entorno e mandalas feitas com sementes penduradas por dentro do espaço. Nesse momento, foram levantados, pela mesa de abertura, vários elementos da conjuntura atual a partir de diferentes setores da sociedade, como exemplo da composição da mesa: Maria Emília Pacheco, representando a ANA; Lúcia Marisy, representando a Univasf; Cássio Trovatto, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário; Annette Roensch, representando uma organização de cooperação internacional que apóia projetos de Agroecologia no Brasil, Misereor; Noemi Krefta, representando o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Denise Cardoso dos Santos, representando a Juventude Rural do São Francisco.

Após a mesa de abertura, houve um espaço em que a Articulação do Semi-Árido (ASA), que atua no território que nos recebeu para o Encontro, se apresentou de forma mais aprofundada. O destaque na fala foi para as estratégias de convivência com o semi-árido:

A região cobre pouco mais de 18% do território nacional e 53% do Nordeste, além de mais de 17% do Norte de Minas Gerais, abrangendo um total de 1.135 municípios, com um contingente de mais de 22 milhões de habitantes. No entanto, ainda é apresentada na mídia como um lugar da fome, da miséria, da incapacidade e da inviabilidade, tudo reforçado pela ideia equivocada de que é a natureza que gera essa condição. É nesse contexto que a convivência surge como um enfoque que permite também expandir o olhar, revelando uma região viva e de imensa riqueza e diversidade, que se expressa em pelo menos 160 diferentes microclimas, com enorme capacidade de resiliência, e também em povos (vaqueiros, quilombolas, indígenas, comunidades de fundo de pasto, gerazeiros, extrativistas, povos de terreiro, agricultores familiares), que cultivam, criam, extraem, cantam, dançam, observam a natureza e produzem conhecimento (ANA, 2015, p. 22).

Ao fim da plenária, os participantes jantaram em uma estrutura montada pela organização na própria Univasf. Ao longo do dia, cada estado teve um espaço para expor seus pôsteres, cartazes, produtos, sementes e o que mais trouxeram de seus territórios. Durante a noite, esses espaços já estavam caracterizados e era o momento em que se intensificaram as interações. A grande maioria já havia chegado, muitos que se conheceram em encontros passados se reencontravam. Agricultores e agricultoras que tem poucas oportunidades de viajar conhecendo outros e outras que tem muito em comum com eles. Mesmo com o cansaço das viagens, o fim do primeiro dia teve clima de festa. Houve também a exibição do documentário “SERTÃO.DOC”.

No segundo dia, aparecem de forma mais central as Caravanas Agroecológicas, das quais falamos no subcapítulo anterior. Assim como, no último dia das caravanas, os participantes montavam as Instalações Pedagógicas de cada rota, no III ENA os participantes de cada caravana, ou seja, de um conjunto de rotas nos territórios, prepararam Instalações Pedagógicas para compartilhar com todos os presentes os diagnósticos de avanços e desafios da Agroecologia nos diferentes territórios. Essas instalações foram denominadas Sessões Territoriais, e assim como nas caravanas, foi realizado o Carrossel, no qual cada grupo de pessoas de uma caravana se revezava nas apresentações das demais.

Com o principal objetivo de subsidiar as análises sobre a construção da agroecologia e suas disputas territoriais a partir das distintas realidades

vivenciadas pelos(as) participantes, as instalações permitiram de maneira muito eficaz valorizar os conteúdos produzidos durante as mais diversas rotas, rompendo com a lógica exclusiva da oralidade (ANA, 2015, p. 27).

Os participantes das Sessões Territoriais foram estimulados a identificar o que as experiências tinham em comum no sentido da construção da Agroecologia e também nos desafios e ameaças a essa construção nos territórios. Além disso, foi sugerido que as pessoas buscassem respostas à pergunta geradora do encontro: *Por que interessa à sociedade apoiar a Agroecologia?* As pessoas chegavam à instalação e inicialmente apreciavam o que foi representado no espaço, depois uma pessoa designada como coordenador da sessão apresentava como foi construída e qual a proposta do espaço. Na sequência eram apresentadas algumas experiências (3 em média) de construção da agroecologia e de conflitos e abriam o debate para que outros pudessem comentar, falar de suas experiências e do que veem de comum entre o que era apresentado e o que vivem em seus territórios.

Todos os espaços do III ENA contaram com relatores atentos ao registros. Além disso, uma técnica de registro que ganha muita força a partir do Encontro de Diálogos e Convergências, e também foi largamente utilizada no III ENA, foi a Facilitação Gráfica. Essa forma de registro é feita a partir, principalmente de desenhos e frases/palavras centrais. Em cada uma das mesas, plenárias, sessões territoriais e seminários, havia pessoas (duas por espaço) que se dedicavam à construção da Facilitação Gráfica. Uma atuava como colheitadora e tinha a função de escrever em papéis pequenos algumas frases de destaque do debate e algumas sínteses que seriam utilizadas no painel. Outra se dedicava mais a fazer o painel, lendo o que era anotado pelo colheitador(a), elaborando desenhos que representavam as questões centrais do debate, de forma articulada com pequenos textos, advindos da colheita de ideias. Ao final, tinha-se um painel que permitia a visualização dos principais aspectos do espaço, sem muitos textos e com muitas cores e ilustrações. Essa forma de registro facilita muito que agricultores e agricultoras possam também se atualizar de tudo que acontece durante o encontro, sem a necessidade de ler longos relatórios.

Após o almoço, o começo da tarde foi reservado para que os participantes pudessem visitar a *Feira de Saberes e Sabores: Expressões da Agroecologia no Brasil*. Tudo que envolveu a Feira, exceto a estrutura das barracas, foi trazido por cada delegação. As ornamentações e produtos vinham dos territórios,

demonstravam e comercializavam ali um pouco do que os agricultores e as agricultoras vivem e produzem de acordo com suas especificidades culturais e geográficas.

Contornando a tenda central das principais atividades do III ENA, a Feira de Saberes e Sabores foi o ponto de encontro dos(as) participantes. Dividida por delegações estaduais, a feira contou com 35 estandes que representaram a diversidade da produção agroecológica no Brasil. Alimentos e artesanatos de todo o país estavam expostos ao público, que teve a oportunidade de conhecer diversos produtos típicos não encontrados facilmente nas prateleiras dos grandes supermercados (ANA 2015, p. 143)



Feira de Saberes e Sabores: Expressões da Agroecologia no Brasil. No entorno da tenda central. Juazeiro – BA, 2014. Foto: Bernardo Vaz.

Às 15h iniciou-se a Plenária das Mulheres. Assim como houve um espaço específico para a juventude no primeiro dia, no segundo esse foi o espaço das mulheres. Anterior ao encontro ocorreu o Seminário Mulheres Rumo ao III ENA, em novembro de 2013, em Curitiba – PR. Esse encontro teve como objetivo central discutir as principais questões ligadas à Agroecologia sob o ponto de vista das mulheres e começou com visitas em experiências agroecológicas protagonizadas por mulheres, seguidas dos debates. Durante o encontro, a Plenária de Mulheres foi o espaço onde as mulheres (agricultoras, pescadoras, quilombolas, estudantes, técnicas, professoras, pesquisadoras, entre outras) se reuniram para retomar o que havia sido construído no Seminário Mulheres Rumo ao III ENA e seguir debatendo os anseios, os avanços e desafios para a mulher no campo. A plenária se iniciou e terminou ao som de uma grande batucada e cantoria das mulheres.

Como num movimento de tear, foram costurando os sonhos, os desafios e as conquistas, reafirmando a luta e se fortalecendo na coletividade. Foi feita então uma sistematização das vozes da plenária. E, após o lançamento de mais uma edição do Prêmio Margarida Alves, a plenária foi encerrada ao som de mais batucada, cantiga e poesia (ANA, 2015, p. 126).



Plenária das Mulheres, durante o III ENA. Juazeiro – BA, 2014. Foto: Cíntia Barenho



Plenária das Mulheres, durante o III ENA. Juazeiro – BA, 2014. Foto: Cíntia Barenho



Plenária das Mulheres, durante o III ENA. Juazeiro – BA, 2014. Foto: Cíntia Barenho

A plenária foi realizada na tenda central e contou com a presença de muitas mulheres. Durante as 3 horas de plenária a tenda permaneceu cheia de mulheres

que compartilhava suas histórias, lutas, desafios, cordéis, músicas, entre outras formas de expressão utilizadas. A perspectiva das mulheres no III ENA trouxe o lema: *Sem feminismo não há Agroecologia*.

Às 18h houve a apresentação do Reisado Cachoeira de Fogo. Trata-se de uma manifestação cultural do Assentamento Cachoeira de Fogo, no sertão cearense. Após o jantar, ocorreu um show com o músico Targino Gondim, nascido em Juazeiro – BA e autor de diversas músicas que geralmente conhecemos pela voz de outros artistas, como *Esperando na Janela*, música bastante conhecida na voz de Gilberto Gil.

O terceiro dia do encontro foi o que mais me envolvi diretamente na realização do encontro. Durante os outros dias, me dediquei, majoritariamente, à participação nos espaços e algumas reuniões da Comissão Organizadora ao final da programação do dia. Como já disse anteriormente, coordenei, junto ao Marcelo Firpo⁵¹, um seminário intitulado “Conflitos e Injustiças Ambientais”. Os seminários aconteceram no terceiro dia (18). Como orientação do coletivo da Comissão Organizadora, passei no dia 17 pelas sessões territoriais atenta sobre como a questão dos conflitos e injustiças ambientais aparecem nas experiências relatadas e na Instalação Pedagógica. Além disso, recebemos, ao final do dia 17, um relatório dessas sessões com o filtro para as questões que envolvem o seminário do qual fiz parte. Isso se repetiu para os outros coordenadores de seminários, se acordo com seus temas.

Cada seminário contou com uma comissão organizadora que elaborou a ementa e ficou encarregada de coordenar a atividade, bem como de fazer o diálogo com os gestores públicos a fim de mobilizá-los a participar do debate que ocorreu em quase todos os seminários. O objetivo desses momentos era verificar em que medida as políticas públicas estão contribuindo ou não para o fortalecimento do campo agroecológico, a partir do tema central. Os temas foram escolhidos buscando integrar pautas históricas a pautas bastante atuais e dando sequência à coesão de forças iniciada no processo de *Diálogos e Convergências* (ANA, 2015, p.16)

Os Seminários Temáticos, ocorridos na manhã do dia 18, trataram dos seguintes temas: Luta pela reforma agrária e pelo reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais: desafios e perspectivas; Agroecologia, abastecimento e construção social de mercados; Agricultura urbana: semeando a agroecologia nas cidades; Comunicando um Brasil Agroecológico; Conflitos e injustiças ambientais;

⁵¹ Professor e pesquisador na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Atuação em pesquisa, assessoria e pós-graduação nos campos da saúde ambiental e saúde do trabalhador, com ênfase nas temáticas: promoção da saúde e da justiça ambiental; gestão integrada de riscos; ecologia política.

Construção do conhecimento agroecológico: interação entre Ater, pesquisa e ensino; Construção do conhecimento agroecológico: Educação do Campo; Normas sanitárias: para quê e para quem; Plantas medicinais e agroecologia: cultivando saúde e disseminando saberes tradicionais; Financiamento e agroecologia; Saúde e agrotóxicos; Sementes e agrobiodiversidade; Sociobiodiversidade; Acesso e gestão das águas.

O Seminário de Conflitos e Injustiças Ambientais teve início com uma contextualização feita por Marcelo Firpo sobre o que nos referimos quando dizemos Justiça e Injustiça Ambiental. A contextualização foi feita com base nos debates da RBJA desde sua criação e também nos relatórios advindos das Sessões Territoriais. Na sequência deu-se início à apresentação de experiências. No processo de preparação do seminário, nos preocupamos em fazer contato, para esse momento das experiências, com sujeitos que vêm construindo a Agroecologia em seus territórios mas que são fortemente limitados e ameaçados por grandes projetos e/ou empreendimentos. Foram convidados: sujeitos protagonistas das experiências, que moram no território ameaçado e um técnico de organização que acompanha o caso de conflito. Dessa forma, após meses de articulação, conseguimos a participação dos seguintes casos e representantes: Associação de Moradores de Piquiá de Baixo – Açailândia – MA- Seu Florêncio e Xoán Carlos (Justiça nos Trilhos); Projeto Minas-Rio do Complexo Industrial Portuário de Açú – São João da Barra – RJ - Dona Noêmia e Eduardo Barcelos (AGB); Associação Indígena Kaaportahury e o embate com madeireiros no território indígena Alto Turiaçu - Noroeste do Maranhão - Osmar Ka'apor, Irakadju e José Andrade (RBJA); Mineração de Urânio na Comunidade Riacho das Pedras – Santa Quitéria – CE – Liduína e Rômulo; Hidrelétrica de Belo Monte e os conflitos com territórios Kaiapós – São Félix do Xingu – PA – Amauri Kaiapó e Ramon (FUNAI). Pouco antes do início do seminário percebemos que José Ferreira, um agricultor agroecológico da região de Paraty – RJ estava no encontro. Zé Ferreira, como é conhecido, enfrenta uma situação de conflito com a legislação ambiental e com a ação punitiva de órgãos ambientais. Por se tratar de uma referência no trabalho com agroecologia e também de um tipo diferente de conflito, convidamos também o Zé Ferreira para apresentar sua experiência antes de abriremos para a plenária.

O seminário contou com cerca de 70 pessoas. Ao abriremos as inscrições para a plenária, quase 50% dos participantes pediram para falar. Diminuímos o tempo da fala para dois minutos no intuito de possibilitar a participação de todos. Quando começaram as intervenções da plenária é que começamos a perceber que quase todos que a grande maioria dos que ali estavam eram agricultores e estavam em alguma situação de conflito. Os relatos mostravam a quantidade de situações parecidas e como naquela troca de experiências muitos se inspiraram a seguir lutando pelo direito ao território. Outro aspecto bastante evidente nas falas era da participação do Estado nesses conflitos como apoiador dos grandes projetos do capital.

Após o fim dos Seminários Temáticos, fizemos o horário de almoço e na volta o começo da tarde foi destinado à apreciação da Feira de Saberes e Sabores. Nesse momento houve a troca de sementes, um espaço reservado para que os agricultores trocassem as sementes que foram orientados a trazer. O momento foi muito bonito e simbólico ao pensarmos que as sementes trocadas levam a biodiversidade de um território a outro quando os participantes voltam pras casas. Também durante a tarde ocorreram as Oficinas Autogestionadas. As delegações foram avisadas antes de irem para o III ENA de que haveria um espaço reservado para oficinas e que qualquer um poderia enviar uma proposta de oficina a partir de seus saberes. Esse horário reservado foi a tarde do dia 18 e a manhã do dia 19.

As oficinas autogestionadas realizadas durante o III ENA também foram espaços abertos para a expressão da diversidade da agroecologia e dos grupos presentes. Possibilitaram tratar de aproximadamente 40 temas, que foram inscritos de forma descentralizada, buscando garantir um equilíbrio na composição das mesas de debates, que contaram com a presença tanto de agricultores e lideranças de movimentos ou entidades como de gestores públicos e técnicos. As oficinas também possibilitaram uma ampla participação, viabilizando a troca de experiências e a aproximação entre as delegações dos vários estados (ANA, 2015, p.147)

Alguns dos temas de oficinas foram: economia solidária, feminismo, sementes, circuitos locais, fitoterapia, conflitos, agricultura urbana, reuniões de preparação de outros eventos locais ou nacionais, artesanatos, entre outros. A atividade cultural do dia 18 foi realizada por artistas populares que já participam do movimento agroecológico, como Tião Farinhada e Fabrício Vassali. A noite foi regada de muitas cirandas, forró e ritmos regionais.

Na manhã do dia 19 houve a continuação das Oficinas Autogestionadas e na sequência as preparações e a realização dos Atos Públicos, intitulados como “Anúncios e Denúncias do Campo Agroecológico”:

Aproximar a sociedade dos princípios e propostas da agroecologia foi um dos objetivos do III ENA. Para tanto, torna-se necessário melhorar o diálogo com o público e disseminar os valores inerentes a essa forma diferente de lidar com a natureza e estabelecer relações humanas. Os quatro atos públicos realizados no dia 19 de maio tiveram o papel de potencializar a mensagem do III ENA, permitir a troca de experiências entre seus participantes e os moradores de Juazeiro, bem como pautar a mídia local e nacional com as mobilizações na cidade (ANA, 2015, p. 153).

No total foram 4 atos. Três deles foram simultâneos e “desaguaram” no grande Ato na Ponte Juazeiro-Petrolina. Um deles reuniu cerca de 300 mulheres em frente à sede da Embrapa Semiárido, em Petrolina - PE. As mulheres reivindicavam que a empresa pública trabalhe na perspectiva da produção diversificada de alimentos saudáveis e denunciaram a falta de políticas públicas voltadas para mulheres camponesas. Segundo Noemi Krefta, do Movimento de Mulheres Camponesas:

Este momento é muito importante na vida das mulheres do campo. Queremos frisar que a Embrapa precisa cumprir o que tem nos seus documentos e que nós mulheres do campo devemos lutar pelo nosso direito de produzir alimentos saudáveis e diversificados. Não queremos que o agronegócio invada nossos quintais. E digo que não há possibilidade de coexistência entre os dois tipos de agricultura neste país, nem no mundo. A agroecologia é o nosso projeto (KREFTA, apud ANA, 2015, p. 155)



Ato organizado pelas mulheres do III ENA na Embrapa Semiárido. Juazeiro – BA, 2014. Foto: Cíntia Barenho.

O segundo ato simultâneo aconteceu no Mercado do Produtor de Juazeiro e buscou denunciar a produção do *Aedes Aegypti* geneticamente modificado sob o pretexto de combater a dengue. Cerca de 50 pessoas distribuíram panfletos, acompanhados por um carro de som e um balão gigante com a denúncia do mosquito transgênico. Além de pouca pesquisa sobre o tema, as que existem são pouco divulgadas e já foram registrados casos de aumento da doença em lugares onde o mosquito transgênico foi liberado, como em Jacobina:

Em Jacobina, houve um aumento da doença, sendo decretado estado de calamidade pública. Quando reduzimos a população de uma espécie de mosquitos, outra espécie tende a ocupar o lugar, no caso, a do *Aedes albopictus*, que transmite, além da dengue, a malária e a febre amarela. O risco é que uma possível mutação do vírus gere uma doença ainda mais potente ou que outras espécies de mosquitos sejam contaminadas pelo vírus da dengue, afirma (ANA, 2015, p. 156)



Ato contra a liberação de Mosquitos Transgênicos durante o III ENA. Juazeiro – BA, 2014. Foto: Roberta Rangé.

O terceiro ato simultâneo ocorreu na unidade de pesquisa da Monsanto em Petrolina – PE, no local ocorrem experimentos com milho e sorgo transgênicos. Os participantes do ato colocaram várias cruzes na porta da unidade, representando as mortes provocadas por agrotóxicos e transgênicos produzidos pela empresa. Além

das cruzes, foi colocada também uma faixa em frente à empresa com os dizeres “Fora Monsanto”. Na frente da unidade não havia nenhuma identificação de que ali era uma unidade da Monsanto, é possível que isso se dê pela péssima imagem que a empresa vem construindo ao longo dos anos. Segundo o agricultor Vilmar Lermen, de Exu – PE:

Esse é um ato simbólico para que possamos conversar com a sociedade. Temos a proposta de convivência com os diferentes biomas brasileiros, da autonomia das famílias. Esse modelo que a Monsanto implementa é feito para gerar dependência [...] e o governo brasileiro é conivente. A CTNBio aprovou os transgênicos no Brasil e a Embrapa apoia essas pesquisas (...) Mas temos uma proposta de segurança alimentar, de convivência com as condições ambientais, e estamos firmes nesta luta com todos os povos da humanidade pela soberania (LERMEN apud ANA, 2015, p. 157).



Ato contra a Monsanto durante o III ENA. Juazeiro – BA, 2014. Foto: Daniel León.

Todos esses atos se encontraram na Ponte Presidente Dutra (Juazeiro-Petrolina), onde também estavam os demais participantes do encontro. O ato da ponte foi intitulado “Ato em defesa da Agroecologia”. Os participantes (que não estavam nos outros atos) saíram do campus da Univasf e caminharam por cerca de dois quilômetros até a ponte. Cerca de 2000 pessoas participaram desse ato. A grande maioria levava os chapéus de palha, representando os agricultores e agricultoras. A ponte foi interditada por cerca de uma hora.

A beleza das águas do Velho Chico, que resiste à destruição do agronegócio, encantava os presentes, que fizeram questão de alertar a população ao microfone: Esse rio não aguenta mais tanto agrotóxico das transnacionais! O vento tremulava bandeiras vermelhas, feministas e muitas outras em defesa da agroecologia e, como dizia uma das canções do protesto, “anunciava esperanças” (ANA, 2015, p.154)

Na subida da ponte, foi pendurado na lateral um painel de 8 metros de altura por 12 de largura que denunciava: *Agrotóxicos e Transgênicos matam. Apoio à Agroecologia por uma vida saudável no campo e na cidade*. O painel chamava a atenção mesmo em grandes distâncias e junto à multidão na ponte e da paisagem do Rio São Francisco foi uma das imagens mais emocionantes do encontro. Segundo Miraci da Silva, agricultora do Mato Grosso “essa é uma causa que a gente abraça: a libertação de um povo explorado por um sistema político dominante. Nós trabalhadores rurais precisamos lutar, nos unir contra um modelo de agricultura que só visa o lucro (SILVA apud ANA, 2015, p. 154)”.



Painel colocado na Ponte Juazeiro-Petrolina durante o ato “em defesa da Agroecologia”. 2014. Foto: ANA



Ato em defesa da Agroecologia na Ponte Juazeiro-Petrolina. 2014. Foto: Leonardo Melgarejo

Após os atos ocorreu a Plenária Final. Foi o momento de apresentar nossos resultados dos dias de encontro e, para isso, foram convidados gestores públicos para assistirem, comentarem e nos atualizar sobre que compromissos o poder público é capaz de assumir diante do cenário. Após a intervenção dos gestores, foi lida a Carta Política do III ENA e na sequência muitos participantes pediram fala, principalmente no sentido de enfatizar algumas prioridades e urgências diante da Carta. Após a leitura, o Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência foi convidado a fazer uma fala.

Ele iniciou sua fala trazendo um abraço em nome da presidenta e agradecendo o convite para participar. Enfatizou o fato de que a SGP fez questão de comparecer e estar presente nos diversos espaços e atividades realizadas durante todo o evento, mesmo diante da agenda concorrida com a proximidade da Copa do Mundo. Segundo ele, a decisão do governo federal de apoiar o III ENA expressa o reconhecimento da importância do evento. Quanto à Carta Política, classificou-a como um importante documento, com críticas pesadas, mas pertinentes, e se comprometeu a entregá-la pessoalmente à presidenta. Destacou ainda que, embora assuma um tom de cobrança para os momentos atuais, a Carta deve ser encarada como um belíssimo programa de governo, pois aponta um modelo de sociedade que precisamos ter neste país (ANA, 2015, p.161).

Como encerramento do III ENA foi feita uma celebração às margens do Rio São Francisco. Os participantes caminharam pra lá, muitos se banharam no rio, cantaram

músicas, se abraçaram e celebraram o encontro e a construção da Agroecologia no Brasil.



Encerramento do III ENA às margens do Rio São Francisco. Juazeiro – BA, 2014. Foto: Uschi Silva

Seguiremos com um breve relato do Seminário de Avaliação do III ENA e Debate sobre o futuro da ANA, realizado em Luziânia-GO, em agosto de 2014. O interesse em relatar também esse momento parte da consideração de que, pensar um espaço que abarque a avaliação e o monitoramento dos processos com representantes de diversas regiões e organizações se faz como parte essencial de uma construção que se propõe coletiva.

3.4 – Pós III ENA: Avaliação e Rumos da ANA

O Seminário de Avaliação do III ENA e Debates sobre o futuro da ANA iniciou-se com a leitura coletiva de trechos emblemáticos da Carta Política do III ENA. Em seguida ocorreu a apresentação dos participantes da seguinte forma: cada participante ia ao centro da roda, mostrava uma palavra ou frase sobre o que pensam do seminário, diziam o nome, a organização que representavam e o lugar de onde vieram. No total eram 45 participantes (23 mulheres e 22 homens). Dentre

as palavras e frases compartilhadas estiveram: “promissor”, “modo de vida”, “pedagógico”, “inspirador”, “força”, “convergência”, “unidade”, “direito ao território”, “participação das mulheres”, “comunicação”, “juventude”, “expressões”, “encontro”, “festa”.



Seminário de avaliação do III ENA, Luziânia – GO. 2014. Foto: ANA

Após a apresentação, Eugênio Ferrari contextualizou a trajetória dos ENAs e foi apresentada a programação do seminário, dividido em três etapas: 1 – Avaliação do III ENA; 2 – Análise de conjuntura com as contribuições e Guilherme Delgado⁵² e Selvino Heck⁵³; 3 – pensar o horizonte da ANA num horizonte de 3 a 4 anos.

Para a avaliação do III ENA, os participantes foram divididos em 6 grupos, cada um com um aspecto avaliativo: Participação; Temas Estratégicos; Em que medida a pergunta inicial foi respondida – Por que interessa à sociedade apoiar a

⁵² Economista, atualmente é consultor da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

⁵³ Diretor do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã e Secretaria Geral da Presidência da República. Membro da Coordenação Nacional do Movimento Fé e Política e Secretário Executivo da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO)

Agroecologia?; Comunicação; Poder Público; e Metodologia. Os participantes de distribuíram nos grupos por adesão voluntária e era sugerido que, após dar suas contribuições e ouvir as avaliações, os participantes mudassem de grupo para contribuir em outros aspectos quando julgavam necessário. Cada grupo apresentou o resultado dos debates em plenária e depois foi aberto o debate para complementações e comentários sobre a avaliação.

Na sequência ocorreu a mesa de debate com Guilherme Delgado e Selvino Heck. A exposição foi filmada e gravada e pode ser acessada de site da ANA (<http://www.agroecologia.org.br/>). Os temas centrais dos debates foram a atualidade da questão agrária, com o auxílio de Guilherme Delgado e o diálogo da ANA com o poder público a partir da análise de conjuntura trazida por Selvino Heck. Como nos outros espaços, após as exposições houve debate aberto para a plenária.

A terceira e última parte foram os apontamentos e reflexões sobre o futuro da ANA. Nesse momento foi sugerido que cada participante dissesse em curtas palavras o que sonha para a ANA nesse intervalo e 3 a 4 anos. Dentre os “sonhos” apareceram: ampliação das alianças; fortalecimento das experiências agroecológicas; intensificação do diálogo campo-cidade; criação do GT de Juventude; que o feminismo seja fortalecido e internalizado nas organizações; que o próximo ENA seja realizado em no máximo 3 anos; que sejam garantidas as conquistas alcançadas; que aconteça a redução drástica no uso de agrotóxicos; que a rede de sementes seja fortalecida; que a agroecologia não seja um projeto à parte, mas sim o projeto de desenvolvimento rural do país.

Após a rodada de “sonhos”, foi apresentado um projeto acessado pela ANA, da Fundação Banco do Brasil (FBB) para que pudssemos pensar como os “sonhos” podem encontrar viabilidade também a partir do que podemos realizar com o recurso captado.

O debate seguinte foi sobre as dinâmicas e formas de organização da ANA. Para isso, os participantes foram divididos em 4 grupos, cada um buscando responder uma pergunta diferente, sendo elas: que estratégias a ANA deve adotar para incidir em Políticas Públicas?; Como e quando a ANA pode se reorganizar incorporando novos e diferentes atores?; Como fortalecer a Agroecologia nos territórios?; e como aprimorar as estratégias de comunicação. Cada grupo apresentou os resultados das

discussões em plenária e novamente foi aberto o debate para complementações, comentários e adições.

Como encerramento, houve a avaliação do seminário. A dinâmica utilizada funcionava da seguinte forma: duas pessoas eram escolhidas e cada uma ficava num extremo oposto da sala; o facilitador fazia as perguntas: “nesses dois dias, algo inesperado te surpreendeu?” e “esse encontro cumpriu seus propósitos?”; uma extremidade (representada por uma pessoa) era o “sim” e a outra o “não”. À medida que as perguntas eram feitas, os participantes se posicionavam mais perto do “sim” ou do “não”. O facilitador andava pela sala e perguntava às pessoas porque elas se posicionaram onde estavam. Daí surgiam relatos e avaliações que possibilitavam uma avaliação mais heterogênea e dinâmica do seminário.

O objetivo central em trazer esses relatos do seminário avaliativo é o de demonstrar a forma sistemática pela qual é pensada a avaliação. Todos os ENAs e demais espaços desde 2002 aqui descritos, tem como protagonista a ANA, porém destaca-se o esforço em reunir representantes de organizações e movimentos sociais de todo o país e redes parceiras nos momentos de debates, preparação e deliberação.

No próximo subcapítulo, intitulado *Movimento agroecológico e Ecologia de Saberes* buscamos sintetizar as informações expostas nos dois últimos capítulos em dois eixos: a trajetória do movimento agroecológico e os marcos na consolidação da perspectiva da Ecologia de Saberes; e as inovações e contribuições para o diálogo e valorização da diversidade de saberes expressos no III ENA.

3.5 – Movimento Agroecológico: Trajetória, Consolidação, Valorização de saberes e Limites

Ao longo dos dois últimos capítulos descrevemos a trajetória do movimento agroecológico no Brasil tendo por base os marcos no surgimento e consolidação da perspectiva da Ecologia de Saberes. Tais marcos surgiram dos dados de observação participativa e entrevistas realizadas ao longo da etapa de campo. Os aprofundamentos de pesquisa foram feitos principalmente em relatórios e anais de encontros, seminários e oficinas.

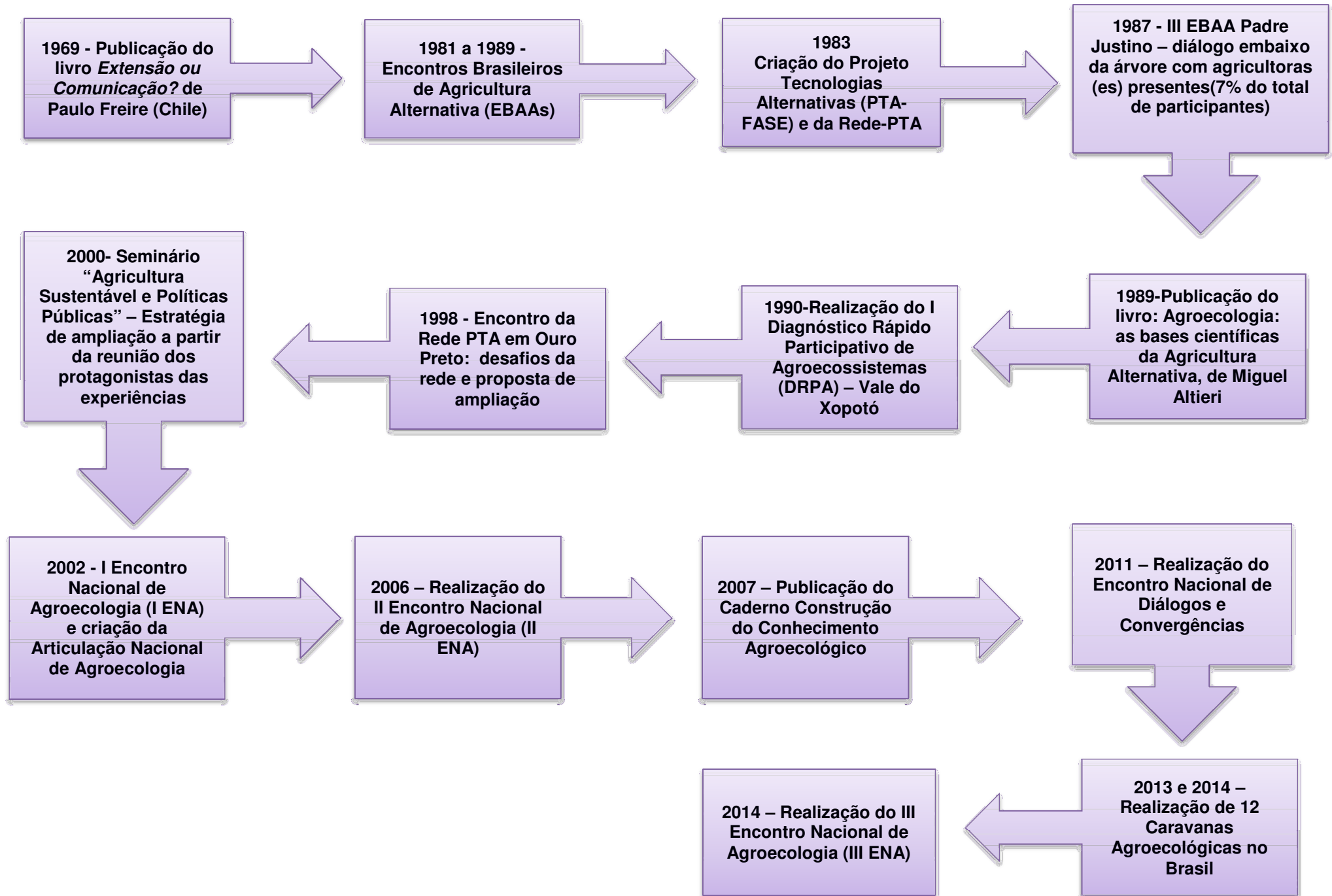
Para otimizarmos o entendimento da trajetória do movimento agroecológico no Brasil, tendo como foco os marcos do surgimento e da consolidação da perspectiva

da Ecologia de Saberes, elaboramos uma linha do tempo que destaca momentos importantes, aos quais já nos referimos anteriormente.

Tendo em vista a descrição que fizemos do processo de construção e realização do III ENA, elaboramos também um fluxograma que traz as etapas de construção do encontro e os principais destaques metodológicos que nos permitem aproximar a Construção do Conhecimento Agroecológico à Ecologia de Saberes.

LINHA DO TEMPO: MARCOS NA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO E NA CONSOLIDAÇÃO DA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA DE SABERES

123



A partir da linha do tempo acima, podemos perceber que entre 1981 e 2014 muitas mudanças e iniciativas contribuíram para a formação do que hoje chamamos movimento agroecológico. O livro de Paulo Freire *Extensão ou Comunicação?* apesar de ter sido lançado em 1969, foi lançado em espanhol e apenas no começo dos anos oitenta se intensifica sua divulgação no Brasil.

Os EBAA's aparecem como essenciais para a reunião e debates de pessoas interessadas no tema da Agricultura Alternativa a nível de país. Como já vimos anteriormente, a participação de agricultoras e agricultores nesses encontros era bastante reduzida e a maioria dos participantes vinha das universidades (estudantes e professores). Durante o III EBAA, quando Padre Justino reúne os agricultores embaixo de uma árvore para dialogarem sobre suas realidades, é possível assinalar um grande marco com bases na Educação Popular, no reconhecimento de que o saber camponês é legítimo e era necessário espaços nos quais os debates não girassem em torno apenas do saber acadêmico.

Nessa perspectiva, surge em 1983 o Projeto PTA – FASE e a Rede PTA. A proposta da rede em intercambiar tecnologias alternativas traz os sujeitos agricultor e agricultora familiares para o protagonismo na medida em que busca valorizar as tecnologias que os próprios agricultores desenvolvem em seus territórios. A Rede PTA protagoniza e/ou participa de diversas iniciativas, como a realização do primeiro DRPA, no Vale do Xopotó, na Zona da Mata Mineira. Nos processos internos à rede, os membros percebem que se torna difícil manter a articulação entre processos locais e regionais e que isso se dá principalmente pela necessidade de ampliação.

A construção do I ENA surge no contexto dessa necessidade de ampliação e busca, para além de ter os agricultores e agricultoras como protagonistas nas tecnologias alternativas, que também participem do que chamam “uma refundação da rede”. O uso do termo Agroecologia tem por principal objetivo reunir os princípios das agriculturas ditas alternativas em um formato capaz de abarcar a diversidade, construir unidades políticas e incidir em políticas públicas. Os relatos das etapas de campo indicam que a publicação de Miguel Altieri (1989) tem papel fundamental na adoção da nomenclatura. A partir desse encontro é criada também a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

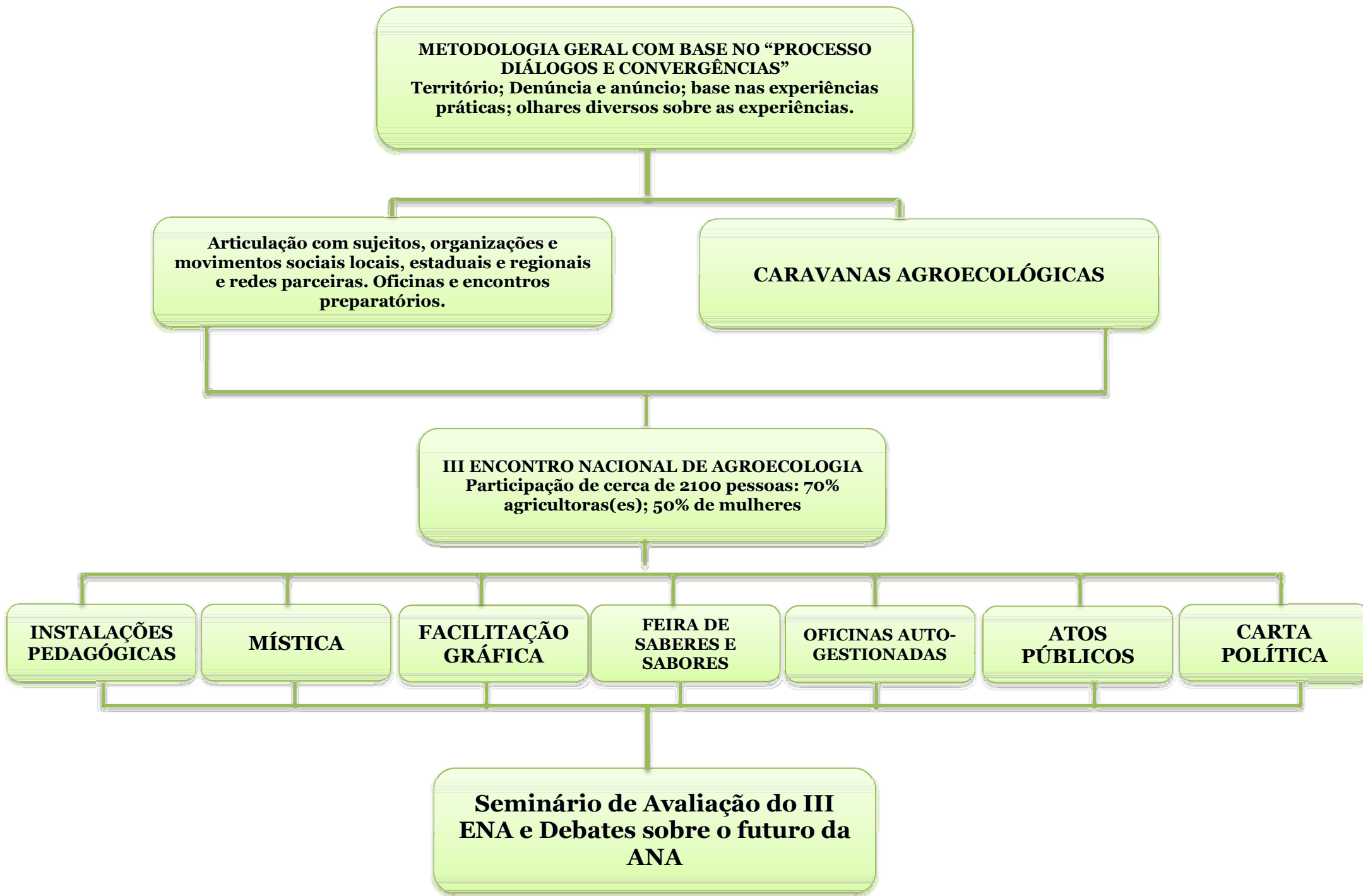
O II ENA acontece em 2006, já com 4 anos de existência da ANA e uma participação maior de movimentos, organizações e redes parceiras. O encontro

avança bastante na sistematização das experiências de Construção do Conhecimento Agroecológico , o que culmina na publicação de um caderno debatendo o tema e reunindo artigos sobre as experiências em diferentes locais do Brasil. Todas as experiências relatadas trazem a interação entre saberes técnicos, acadêmicos e camponeses na construção da Agroecologia.

O Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, em 2011, foi puxado pela ANA. À época a avaliação era de que, mais importante que realizar outro grande encontro de Agroecologia era reunir diversos grupos da sociedade que trabalham a luta por direitos e que podem, nesse momento, se conhecer melhor e pensar nas possibilidades de agir coletivamente no que convergem, criando maior unidade política, social e metodológica.

O III ENA foi o encontro nacional mais recente e do qual pude participar e trazer de forma mais detalhada a forma como foi construído e realizado. Novamente, para otimizar o entendimento, preparamos um fluxograma que traz as principais etapas de construção do III ENA e algumas das inovações metodológicas que nos permitem aproximar a dinâmica da interação de saberes à busca pela não hierarquização e valorização do saber camponês.

FLUXOGRAMA: Etapas do III ENA / Inovações Metodológicas



O fluxograma acima tem início com a metodologia geral do encontro, inspirada no processo diálogos e convergências. Os debates sobre o III ENA se iniciaram em 2012 no Seminário Convocatório para o III ENA, a partir daí o processo de construção passou a se dar também em nível local e regional a partir dos dois pontos seguintes do fluxograma: articulações, encontros, oficinas e seminários e as caravanas agroecológicas.

No campo dos encontros, reuniões, seminários e oficinas preparatórios, além de nivelar as informações sobre o processo, proporcionaram que pessoas de diversas localidades participassem. Essa dinâmica favorece principalmente a participação de mais agricultoras e agricultores, uma vez que boa parte deles e delas encontram dificuldades de sair da propriedade por muito tempo e/ou fazer viagens longas.

As caravanas agroecológicas possibilitaram, além da interação de diversos sujeitos com saberes diferentes durante os dias da viagem, o entendimento territorial das realidades, seja na construção da Agroecologia, sejam nos conflitos que ameaçam essa construção. Apresenta-se como inovação por viabilizar que comunidades que avançam na agroecologia e enfrentam uma série de desafios possam conhecer outras comunidades, outros agricultores e agricultoras e trocar conhecimentos, estratégias, sementes, mudas e o que mais for possível intercambiar. Os estudantes e professores que participam da caravana tem também a possibilidade de trocar conhecimentos e conhecer as experiências agroecológicas e os conflitos nos territórios.

Tais processos convergem na realização do III ENA, em 2014, em Juazeiro-BA. À medida que chegavam as delegações, muitos sujeitos já se incorporavam às comissões de organização do encontro. Muitos traziam, de seus lugares, propostas de místicas, sementes para trocar, produtos para a feira e ornamentação dos espaços. A ligação com as caravanas, a partir da montagem de instalações pedagógicas nas sessões territoriais, fez com que já chegassem ao encontro participando ativamente na construção do mesmo. Além do espaço das sessões territoriais, a Feira de Saberes e Sabores também foi foco de muita dedicação de todas as delegações que chegavam a Juazeiro.

A facilitação gráfica foi bastante elogiada por muitas agricultoras e agricultores. Os painéis já prontos foram expostos na tenda principal para que todos pudessem ter acesso aos principais pontos de debate de cada espaço do encontro. O espaço das

oficinas auto-gestionadas tiveram início também nos processos locais e regionais, quando as organizações e movimentos enviavam fichas de inscrição dos sujeitos que gostariam de propor oficinas.

Os atos públicos foram debatidos também nos espaços preparatórios e vieram no esforço de dialogar com o lugar no qual estávamos. Dessa forma, dois atos simultâneos foram protestos em sedes locais da Monsanto e da Embrapa e o terceiro também simultâneo foi contra a liberação dos mosquitos transgênicos que já haviam sido liberado em Jacobina e Juazeiro na Bahia. O quarto ato foi o encontro desses três e também dos demais participantes que vieram em passeata da UNIVASF até a ponte Juazeiro-Petrolina.

Havia uma comissão responsável pela elaboração da carta política do encontro formada por sujeitos de diversas organizações e movimentos membros da ANA ou parceiros, agricultoras, técnicas, professoras universitárias, de diferentes regiões do Brasil. A relatoria era feita em todos os espaços. Algumas pessoas foram contratadas para isso, mas grande parte atuou voluntariamente como integrantes da comissão de relatoria. Esses relatórios foram passados aos integrantes da comissão da carta política no tempo em que ficavam prontos para servirem de base para a elaboração da carta. Depois de pronta, foi lida e aprovada em plenária e entregue ao representante da Secretaria Geral da Presidência. Também foi amplamente divulgada em espaços da internet.

A carta política comunica diagnósticos, propostas, denúncias e anúncios. Tal carta é elaborada num processo composto de tantas diversidades e com várias iniciativas de valorização de saberes historicamente negligenciados. Esse processo demonstra que, mesmo com limitações e desafios, o movimento agroecológico aumentou bastante ao longo do tempo seu diálogo com a sociedade em geral, a construção de unidade política e sua capacidade de incidir em políticas públicas.

A participação constante de agricultores e agricultoras, sujeitos historicamente inferiorizados e a valorização do saber camponês são elementos que remetem bastante às referências na Educação Popular e nas potencialidades e riquezas dos sujeitos oprimidos. Na prática da Educação Popular, se faz necessário o diálogo e o esforço de não-hierarquização de saberes. Esses elementos na trajetória do movimento agroecológico contribuem de forma central para a consolidação de uma perspectiva voltada para a Ecologia de Saberes.

Realizamos essas análises com base na participação em números, na diversidade de sujeitos e na lógica de construção dos espaços de debate e deliberação. É certo que existem inúmeras limitações e colonialidades ainda presentes no contexto do movimento agroecológico, que numa pesquisa com foco mais limitado a alguns espaços, analisando o conteúdo desses debates aparecem e geram também problematizações pertinentes ao debate agroecológico. O que podemos destacar aqui é que apesar da abertura à valorização de saberes, ainda é perceptível que na dimensão política e organizacional o protagonismo segue, em maior parte com técnicos e acadêmicos, que na maior parte das vezes não reivindicam esse lugar, mas por estarem mais envolvidos com a totalidade do movimento agroecológico são quem, em boa parte, contam a história do movimento. Uma pesquisa que tivesse como fonte principal os agricultores e agricultoras em todo o Brasil, que estiveram nas construções que aqui relatamos, certamente nos trariam outras importantes dimensões de análise.

Considerações Finais

No momento da intensificação do processo de modernização agrícola, em meados do século XX, uma série de mudanças no campo provocam um êxodo rural que muda drasticamente a configuração populacional no país. Tais mudanças tem como objetivo central favorecer a integração do Brasil com o mercado mundial e garantir o benefício de elites emergentes dentro do país. A situação da agricultura familiar é de, ou se adaptar as mudanças impostas no campo, ou se integrar às atividades urbano-industriais que demandam mão-de-obra barata.

Os debates e experiências em torno da agricultura alternativa, durante os anos 80, expressam uma busca por soluções sustentáveis para o desenvolvimento rural, partindo da crítica ao processo de Modernização Agrícola e das experiências práticas dos agricultores. Ainda nos anos 80, na realização dos EBAA's, uma série de questionamentos trazem à tona a necessidade de que a busca dessas soluções devem envolver também a valorização do saber camponês, a inclusão de espaços de trocas e a maior participação de agricultores e agricultoras nos encontros, seminários, reuniões e demais espaços de debate e deliberativos.

Nos fins dos anos 80 e começo dos 90, os temas da Agroecologia (ALTIERI, 1989) e

da Educação Popular (FREIRE, 1983) influenciam fortemente as mobilizações e culminam na realização, em 2002, do I Encontro Nacional de Agroecologia, momento no qual é criada também a Articulação Nacional de Agroecologia. A ANA surge como uma espécie de catalizador de processos em curso de construção da Agroecologia no Brasil. Sendo por dentro da articulação ou em parceria com ela, muitas organizações e movimentos sociais desde 2002 intensificaram as interações no que diz respeito à Agroecologia. A esse conjunto de repertórios, campanhas e representações públicas de VUNC chamamos movimento agroecológico.

O movimento agroecológico contribui na reconstrução de saberes negligenciados ao longo da modernização agrícola, atua como forma de reparação crítica a formas passadas de legalidade e revaloriza saberes desvalorizados e desqualificados, como nos aponta Guzmán (2005) ao se referir às potencialidades da Agroecologia. Tilly (2010) nos lembra também que os movimentos sociais têm história e isso os difere de outras formas de mobilização. Touraine (2006) ressalta a dimensão que diz respeito à oposição a uma dominação, o que, no caso do movimento agroecológico, se expressa na dominação exercida pelo Agronegócio, como um adversário social organizado com raízes no processo de modernização agrícola.

O Estado aparece também como apoiador do processo de modernização agrícola, tendo em vista a série de incentivos à proposta, como o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (1975) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A ATER surge com uma forte relação com a lógica da ciência moderna, tal qual entendida por Pidner (2010), e como forma de legitimar a superioridade do saber técnico e acadêmico sobre os saberes camponeses. Posteriormente, nos anos 2000, reformulações na legislação, também em consequência da interação com o movimento agroecológico, fazem com que a proposta de ATER ganhe maior compatibilidade com princípios que buscam valorizar a diversidade de saberes. Como pontua Caporal (2005), a ATER não perde por completo seu caráter difusionista, mas avança bastante no reconhecimento do saber camponês.

O debate da transmissão de conhecimentos já aparece no contexto da agricultura alternativa. Segundo as entrevistas, o livro *Extensão ou comunicação?* de Paulo Freire teve papel essencial no início desse debate. Ao problematizar a ATER quanto à seu potencial de dialogicidade, muitos agrônomos e estudantes de agronomia (maior parte dos agentes de ATER) se dispuseram a debater as formas de valorizar

o saber camponês nas práticas de extensão rural. O fortalecimento dessa perspectiva ao longo do tempo leva a maior centralidade desse debate e nessa pesquisa consideramos como um ponto alto dessa consolidação a publicação do Caderno Construção do Conhecimento Agroecológico, em 2006, a partir do II ENA. Consideramos que ocorre uma ruptura com a colonialidade do saber (CASTRO-GOMÉZ, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2006), incentivada pela modernização agrícola, e uma aproximação da ecologia de saberes (SANTOS, 2007) no que diz respeito aos debates e práticas do movimento agroecológico.

Observando a trajetória do movimento agroecológico, o esforço em questionar a lógica advinda da modernização agrícola, a proposta de ter como base as experiências locais desenvolvidas no Brasil e a negação do papel estabelecido para o país na divisão internacional do trabalho (MARINI, 1973), consideramos também que o movimento traz consigo uma série de rupturas com a colonialidade do poder, principalmente porque foge do controle exercido sobre o trabalho, os recursos e produtos.

A presente pesquisa teve como foco verificar a existência e caracterizar a contribuição do movimento agroecológico para rupturas com a colonialidade do saber e do poder, por isso não lança tanta luz sobre muitos dos desafios e limitações envolvidos nos processos que descrevemos. Admitimos que, de fato, é relevante e necessário ponderar com ênfase os limites até como forma de refletir academicamente e na sociedade em geral a forma de seguirmos superando colonialidades nas práticas cotidianas de construção da Agroecologia e também nas pesquisas. Nas possibilidades futuras de continuidade pretendemos nos aprofundar nesses aspectos.

Referências Bibliográficas

ACIOLI, Sonia. **Redes sociais e teoria social**: revendo os fundamentos do conceito. Informação & Informação, v. 12, n. esp, 2007.

ACSELRAD, H.; DO AMARAL MELLO, C. Campanello; BEZERRA, G. Das Neves. **O que é justiça ambiental**. 2008.

_____.; Mello, Cecilia C.A. e BEZERRA, Gustavo N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009. 156 p.

_____. **Ambientalização das lutas sociais**: o caso do movimento por justiça ambiental. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010>. Acesso em: 19 dez. 2014.

_____. “Apresentação”. In: FÓRUM DOS ATINGIDOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E PETROQUÍMICA NAS CERCANIAS DA BAÍA DE GUANABARA (Org.). **50 anos da refinaria duque de caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil**: Conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal. Rio de Janeiro: Fase, 2013. p. 9-12.

AGUIAR, Joaquim. “Os limites da forma Estado”. **Cultura: Revista de História e Teoria das Idéias**, Lisboa, v. 11, n. 1, p.13-40, jan. 1999

ALTAFIN, I. G., **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em : <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba, eRS RS: Ed. Agropecuária, 2002.

ANTONGIOVANNI, Lídia. **Território com abrigo e território como recurso**. Territorialidades em Tensão e Projetos Insurgentes no Norte do Espírito Santo. Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, UFF, Rio de Janeiro, 2006.

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. **Revista brasileira de ciência política**, v. 11, p. 89, 2013.

BETHELL, Leslie. “O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica.in **Historical perspective**. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais**. São Paulo: Elos/Ed. Perspectiva, 1979.

_____, Pierre. **O poder simbólico**. 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. Editora Brasiliense, 1984.

_____; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, v. 6, n. 1, 2008.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, RS, v.1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

_____; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. MDA: SAF: DATER-IICA, 2004.

_____. “Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados”. **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: Bagaço**, p. 09-34, 2006.

CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. “A. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores”. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. Rio de Janeiro, RJ**, v. 3, 2006.

CASANOVA, González. Pablo, **La democracia en México**. 1965.

_____. “Colonialismo interno (uma redefinição)”. **A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas**, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. “Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes”. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 79-91, 2007.

CLIFFORD, GEERTZ. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petropolis: Vozes, 1997.

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. **Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação**: o que está em jogo na questão ambiental?. 2012. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/ecadernos17/07.ColetivoBras.Pesq.DesigualdadeAmbienta.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidad y eurocentrismo”. **Revista de Cultura Teológica. ISSN (impresso) 0104-0529 (eletrônico) 2317-4307**, n. 4, p. 69-81, 1993.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Zahar, 1994.

ESCOBAR, Arturo. **Más allá del tercer mundo**: globalización y diferencia. Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Universidad del Cauca, 2005.

FAORO, Raymundo. “A questão nacional: a modernização”. **Estudos Avançados**, 1992, 6.14: 7-22.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Delimitação conceitual de campesinato**, 2004.

FONTES, Marília Andrade et al. "A experiência da metodologia "Camponês a Camponês"" em Sergipe. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**... --^a. 1983.

GORDON, Lewis R. "African-American philosophy, race, and the geography of reason. Not only the master's tools: African-American studies **in theory and practice**, p. 3-50, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; DE MOLINA, Manuel González. Sobre a evolução do conceito de campesinato. Via Campesina do Brasil, 2005.

HARAWAY, Donna. "Saberes localizados". **Cadernos pagu**, v. 5, p. 7-41, 2009.

HERCULANO, Selene. "O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental". **InterfaceHS-Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 3, n. 1, 2011.

III ENCONTRO BRASILEIRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA, 1987, Cuiabá. **Anais do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa**. Cuiabá: Feab; Faeab, 1987. 284 p. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/?wpdmpo=anais-do-iii-encontro-brasileiro-de-agricultura-alternativa>>. Acesso em: 24/03/2016.

III ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2014, Juazeiro. **Anais do III Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: Ana, 2014. 232 p.

LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: A territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009. 439 p.

LUZZI, NILSA. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Instituto de Ciencias Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007, 182.

MALDONADO-TORRES, Nelson. "on the coloniality of being: Contributions to the development of a concept". **Cultural Studies**, 2007, 21.2-3: 240-270.

MARINI, Ruy Mauro. "Dialéctica de ladependencia". Em: Ruy Mauro Marini. **América Latina, dependencia y globalización**. Fundamentos conceptuales. Bogotá:

SiglodelHombre - CLACSO, 2008.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. “A atualidade do uso do conceito de camponês”. **Revista Nera**, n. 12, p. 57-67, 2012.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**; Publicação original: 1997 [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 569 p.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Gedisa Editorial SA, 2007.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, SG de. **Rincões Transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro—uma perspectiva a partir da Rede PTA**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Articulação Nacional em Agroecologia, 2007.

PIDNER, Flora. **Diálogos entre Ciência e Saberes Locais: dificuldades e perspectivas**. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Programa de Pósgraduação em Geografia, Belo Horizonte, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Editora Record, 2006.

PORTUGAL, Sílvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. 2007.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e mercado: reformas econômicas na Europa Oriental e na América Latina**. 1994.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. En: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Buenos Aires, CLACSO, 2005. pp.227-278.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. **Manifesto da Rede Brasileira de Justiça Ambiental**. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=229>. Acesso em: 19 dez. 2014

SADER, Emir (Org.). **Latinoamericana: enciclopedia contemporânea de América Latina y el Caribe**. Boitempo, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

_____. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de

saberes”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, Coimbra, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse; HADDAD, S. “Redes e sociedade civil global”. **ONGs e universidades**: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong, p. 63-92, 2002.

SORJ, B. 1980. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar.

SUÁREZ-KRABBE, Julia. “En la realidad. Hacia metodologías de investigación descoloniales”. **Tabula Rasa** 14; 183-204, 2011.

TERRA, F. H. B.; PELAEZ, V. “A história da indústria de agrotóxicos no Brasil: das primeiras fábricas na década de 1940 aos anos 2000”. In: **Anais do Congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia rural**, Porto Alegre: RS, 2009. CD-ROM.

TILLY, Charles. “Movimentos sociais como política”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 3, p. 133, 2010.

TOURAINÉ, Alain. “Na fronteira dos movimentos sociais”. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 17-28, 2006.

WANDERLEY, M. de N. B. “Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade”. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.21, p. 42-61, out.2003.

WEZEL, Alexander et al. “Agroecology as a science, a movement and a practice”. **A review. Agronomy for sustainable development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.